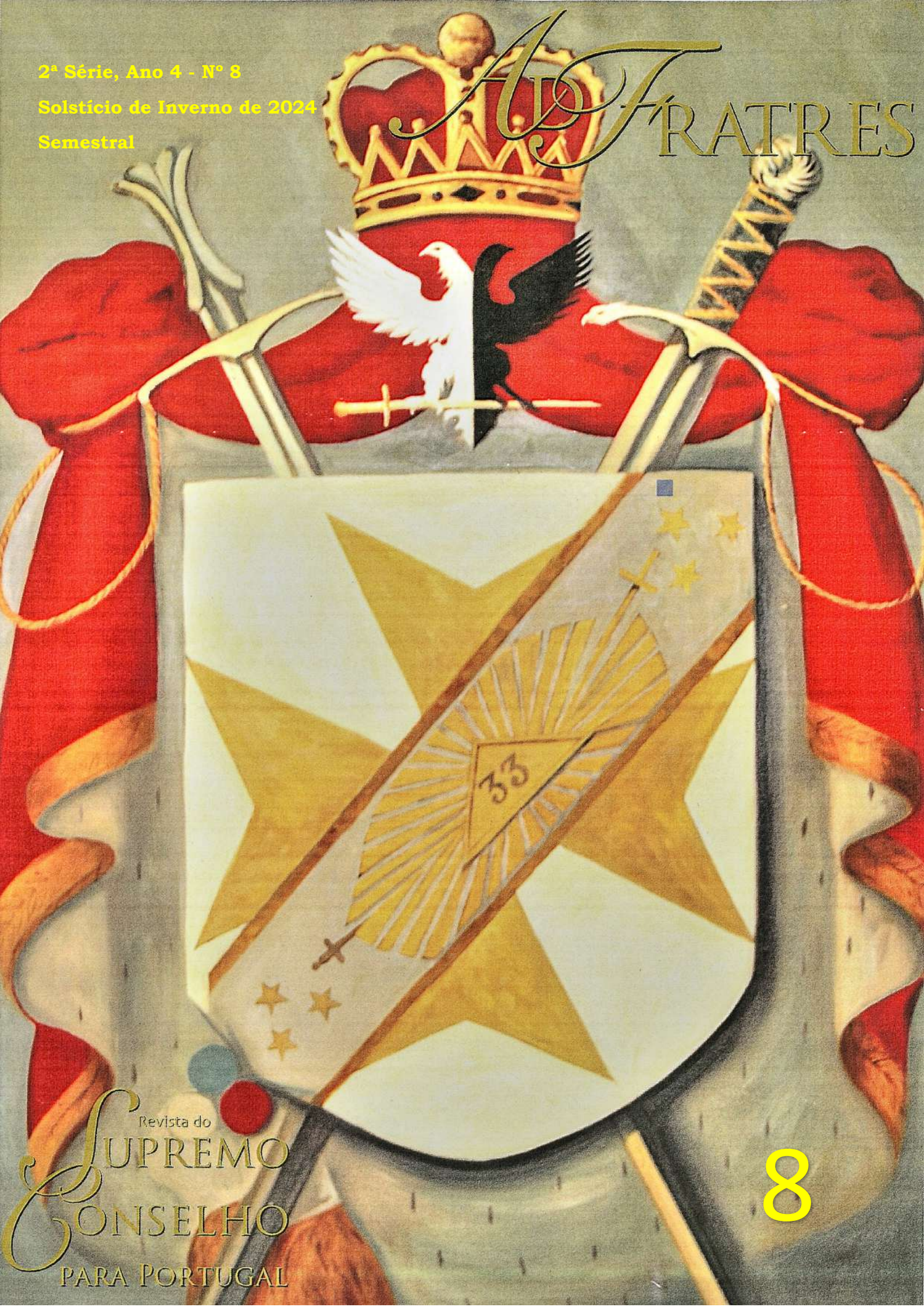


2ª Série, Ano 4 - Nº 8

Solstício de Inverno de 2024

Semestral

ADFRATRES



Revista do
SUPREMO
CONSELHO
PARA PORTUGAL

8



Ficha Técnica

Revista Digital Semestral

Propriedade: Associação Cultural Albert Pike

Direcção Editorial: António M. Balcão Vicente

Sede: Rua João Saraiva, 34, 1º

1700-250 Lisboa

adfratres@scg33.pt

2ª Série, Ano 4, Nº 8

(Solstício de Inverno)

21 de Dezembro de 2024

O conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade dos seus autores

INDICE

Editorial	4
Mensagem do Soberano	6
<i>Antecedentes Filosófico-Políticos na Criação da Maçonaria Especulativa</i>	7
A Lira de Orfeu	19
Dar à Luz uma estrela dançante	33
Liberdade de Consciência	37
Justiça e equidade	39
Da Tetraktys...	41
Reflexões sobre a Justiça	44
Do Silêncio	48
O meu divórcio da Religião estabelecida	66
Real Segredo ou Liberdade?	70
Os Altos Graus e a crise institucional	72
Do Templarismo à Inteligência Artificial	76
Os Caminhos do Oriente	80
Dante Alighieri—<i>il sommo poeta</i>	83
Eventos	87
Leituras	92



Editorial

O número anterior da *Ad Fratres* abriu com o grito pungente de Sophia “Vemos ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Os perigos e os desafios para os quais, então, alertávamos continuam firmes no horizonte, perante a indiferença de muitos e a ignominiosa hipocrisia de quase todos.

O ecoar dos tambores da guerra torna-se ainda mais ensurdecido e já quase esquecemos o pífio resultado da Conferência de Paris sobre as alterações climáticas.

Por isso reafirmamos a importância do empenhamento do R.:E.:A.:A.: no processo da universalização do Templo, pela *intervenção da Ordem na sociedade, assente na Solidariedade maçónica edificada sobre a Iluminação que irradia do Templo interior*.

Perante os desafios da sociedade, perante os gritos de ódio que alastram e que, por vezes, já se insinuam entre nós, é fundamental estarmos atentos e não transigir. É indispensável manter aceso o lema que nos identifica com os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Cientes de que a Ordem nasce do *Caos*, essa ordem em potência, num início primordial antes que o *Verbo* proporcionasse o surgimento da *Luz*.

Ordo Ab CaHo.

O Supremo Conselho para Portugal encontra-se seriamente empenhado em contribuir para que esta divisa se concretize no íntimo de todos os que abraçam o escocismo, numa cooperação que faça irradiar, por toda a sociedade, os princípios que nos unem como Maçons.

Para isso, importa que todos os membros do Supremo Conselho sejam arautos do escocismo nas suas Loja Simbólicas, cientes de que os Altos Graus do R.:E.:A.:A.: são uma via estruturante para a formação de todos os maçons.

“Vemos ouvimos e lemos, não podemos ignorar”

MENSAGEM DO SOBERANO

Meus Queridos Irmãos

A paz, a harmonia e a solidariedade são princípios fundamentais da Maçonaria Escocista. Estes valores são essenciais para promover um ambiente de respeito e compreensão entre os irmãos, além de serem pilares para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

A Maçonaria Escocista, com a sua rica tradição e simbolismo, enfatiza a importância da união e do apoio mútuo, incentivando os seus membros a praticar a solidariedade não apenas dentro da ordem, mas também nas suas comunidades.

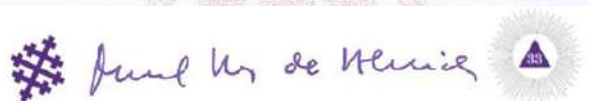
A busca pela paz e pela harmonia é um caminho para o crescimento pessoal e colectivo, reflectindo a crença de que, ao trabalharmos juntos, podemos superar desafios e promover o bem-estar de todos.

Esses princípios são especialmente relevantes em momentos de celebração, como o Natal, quando a mensagem de amor e solidariedade ressoa ainda mais forte. Lembremos que a verdadeira essência do Natal está em compartilhar e cuidar uns dos outros.

Que possamos sempre cultivar estes valores nas nossas vidas e nas interações com os outros.

Que a luz do Natal ilumine os nossos corações e nos inspire a construir um mundo mais solidário e acolhedor.

Um Feliz Natal para todos



ORDO AB CHAO
DEUS MEUMQUE IUS

Antecedentes Filosófico-Políticos na Criação da Maçonaria Especulativa

...Eis também porque Deus, quando terminou a arquitectura da orbe, proibiu ao Homem que comesse o fruto da árvore da ciência, como se a ciência envenenasse a felicidade...

Erasmus, *Elogia da Loucura*

Prendem-se estas linhas com o abordar os antecedentes filosófico-políticos que antecederam a fundação – oficial – da **Maçonaria Especulativa**, ou **Filosófica**, em 1717.

Se o séc. XVII, em Inglaterra¹, começara caracterizado pelo facto de os reis governarem – ainda – por direito divino, passou depois por um sistema republicano, em que o governo foi exercido pelo Parlamento, de 1649 a 1653, a que se seguiu um sistema ditatorial, eufemisticamente designado por “protectorado”, também conhecido por República Puritana, de 1653-1659, e estendida esta à Escócia e Irlanda, sob o comando do Lorde Protector, Oliver Cromwell.

Por morte deste, em 1658, sucedeu-lhe o seu filho Richard, que não conseguiu manter o controlo do governo, abdicando em Maio do ano seguinte, após o que, passado um ano, a monarquia seria restaurada na pessoa de Carlos II (Stuart), por iniciativa do General George Monk².

Neste ínterim, a Europa ainda procurava cauterizar as feridas de uma prolongada e dramática guerra – a Guerra dos 30 anos³ (1618-1648).

Apesar do restabelecimento monárquico, em 1660, a estabilidade governativa só ficou sanada em 1688, através da designada Revolução Gloriosa, na qual foi estipulado que o Parlamento tinha o direito de escolher a pessoa que mais lhe agradasse para monarca. Daí que tenha resultado, pela *Declaração de Direitos*, de 1689, após a deposição de Jaime II, irmão de Carlos II, que a sucessão ao trono se fizesse, em primeiro lugar, através dos descendentes de Guilherme III (filho da princesa Maria, casada com Guilherme II de Orange); em segundo lugar, pelos descendentes da rainha Maria II; e só depois pelos descendentes da rainha Ana, sua

irmã, ambas filhas do deposto rei, Jaime II.

Por falta de herdeiros nomeáveis, a casa dos Stuart extinguir-se-ia na pessoa da rainha **Ana**, que se tornara Chefe de Estado do Reino da Grã-Bretanha, precisamente, quando entraram em vigor os *Actos de União*, em 1707, após aprovação dos Parlamntos Inglês e Escocês, embora já reinasse, por união pessoal, na Inglaterra, Escócia e Irlanda, desde 1702

Todas estas movimentações se devem ao facto do Parlamento não querer reis católicos/papistas – razão que se encontrava subjacente ao *Decreto de Estabelecimento*, de 1701, que designava a princesa Sofia do Palatinado, e seus descendentes, como herdeiros do trono, pelo facto da primeira ser protestante e neta de Jaime I, abrindo, assim, caminho à casa de Hanôver.

A Grã-Bretanha e a Irlanda permaneceriam governadas, em termos de união pessoal, até Janeiro de 1801, quando o *Acto de União*, de 1800, entrou em vigor, após aprovação dos parlamentos britânico e irlandês, criando, então, uma união política, que formaria o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Quando se instala a Grande Loja de Inglaterra, em 1717, já reinava Jorge I – primitivamente conhecido por Luís, eleitor de Hanôver.

Neste ínterim, no tempo de Carlos II, deram-se dois acontecimentos de grande impacto sócio-económico – A peste de Londres (1665-66), de proporções muito inferiores às da “Grande Peste” que grassara em toda a Europa, entre 1347 e 1353 e o grande Incêndio de Londres, em 1666, que acabaria por destruir toda a parte central da cidade e, igualmente, a Catedral de S. Paulo. Em termos de vítimas mortais, esta última ocorrência, de proporções dantescas, saldou-se em 6 pessoas... apenas.

Por iniciativa de Carlos II, de pronto se começou a reconstrução da cidade, que se arrastaria por mais de meio século, tendo ficado inicialmente encarregue dessa árdua tarefa, Christopher Wren, com apenas 34 anos, e um dos fundadores da Royal Society (R.S.)⁴, agremiação/associação originalmente de forte predomínio maçónico. Como símbolo desse nefasto acontecimento, encontra-se erigido “The Monument”, próximo da London Bridge.

Na subjacência da R.S. encontravam-se as teses iluministas que defendiam o primado do Estado, através da prática de um “despotismo esclarecido”, pugnando, paralelamente, por uma tolerância social e por uma ciência baseada, cada vez mais, na experimentação e na evidência.

Seria, no mínimo, impúdico, se não iniciasse esta sùmula por René Descartes (1596-1650). Ainda que não fosse um filósofo da área da política, a influência das suas ideias fez-se sentir, positivamente, em Kant⁵, e, de um modo contrário, em John Locke, George Berkeley e David Hume, o que acabaria por conduzir ao aparecimento do empirismo, nas Ilhas Britânicas.

Para Descartes, o pensamento e a razão constituíam a essência da Humanidade. Só utilizando a **razão** é que o Ser humano poderia atingir o verdadeiro conhecimento e a certeza dos factos científicos. Perante a existência de um problema, advogava a sua divisão em partes mais simples, podendo as mesmas ser transmitidas como se se tratassem, em abstracto, de equações, eliminando-se, deste modo, a questão da percepção sensorial, que não era fiável, permitindo depois que a razão, objectivamente, viesse a resolver esse tal problema.

Apesar da não fiabilidade sensorial, a percepção e a imaginação tinham de existir, porque são modos de consciência dentro da mente, ainda que possam não conter, necessariamente, quaisquer verdades. Assim, o conhecimento de outras matérias só poderia ser feito através de Deus. Para tal, e seguindo a via ansélmica, afirmava que Deus, sendo perfeito, era-Lhe impossível não ser verdadeiro, ou enganar alguém. Deste modo, o Homem ao conceber a noção de perfeição, significa que esta, forçosamente, terá de existir. E essa perfeição encontra-se em Deus...

Se, nos alvares da sua existência, Descartes ain-

da respirou sob os dogmas católicos, tal já não se poderá dizer do alemão Johannes Althusius (1557-1638), criado em ambiente calvinista. Na época da vida deste autor, o território germânico era um espaço repartido em principados e em outras espécies de soberanias.



Logo no início do séc. XVII, mais propriamente, em 1603, dá à estampa um livro com o título de *Politica Methodica Digesta*, antecedido pelo *Civilis Conversationes Libri Duo* (1601), versando este último temas de moral. Para Althusius, a Política consistia – “na arte de estabelecer, conservar e cultivar, entre os homens, as condições essenciais e homogêneas da vida social”. Assim, não é de estranhar, que a sua teoria política se encontrasse impregnada, quer pela actividade dos corpos sociais das corporações profissionais, como pelas inter-relações das cidades, que propiciavam uma distribuição de poderes, de acordo com a vontade popular... Defendia que “A Sociedade se construía de baixo para cima, através de uma sucessão de consensos como os da família e das corporações ou colégios, onde o presidente, eleito democraticamente, obedeceria aos pareceres da agremiação, tornando esta como um só corpo detentor de personalidade jurídica e moral”.

Deste modo, a política aparecia, assim, como um eixo onde gravitavam a Teologia, o Direito, a Ética, e a Lógica ou Matemática. À Teologia corresponderia a piedade; ao Direito a justiça; e à Lógica, ou à Matemática⁶, a sabedoria, perscrutando a finalidade última do Homem, na óptica de o defender das teses absolutistas.

O Homem, sendo visto como um animal simbiótico, “...não podia viver isolado, devendo, por isso, integrar vários grupos, a fim de preservar a sua existência... Quando isolado, não poderia viver, nem honesta nem comodamente, uma vez que, sendo simbiótico, vivia da *communicatio* ou permuta de bens, de funções ou serviços e, por último, da *communicatio júris*, acerca das normas de cooperação e do estatuto da vida em comum”.

No dizer de Acílio da Silva Rocha, a sociedade althusiana assemelha-se às “matrioskas”, devido ao facto dos diversos patamares sócio-organizacionais se encaixarem uns nos outros – a família constitui a mais restrita, seguindo-se a corporação/colégio, a cidade...o estado.

A Natureza impulsionava a Família, não só para a procriação, mas também para uma comunhão íntima, que consiste no amor humano. Neste sentido, pode-se compreender a cidade (*civitas*) como uma larga associação, constituída por muitas famílias e agremiações que vivem num dado local, observando as leis, e onde as autoridades, escolhidas pelos cidadãos, eram igualmente submetidas a essas mesmas leis, que deveriam emergir da vontade dos próprios cidadãos. Assim, a família teria capacidade de acção para atingir os respectivos fins, a corporação para elaborar os respectivos regulamentos e a cidade para tratar do que é público, ou seja, dos cargos e das tarefas para o efeito.

Na ideia de Althusius, cada núcleo, ou consociação, buscaria o seu bem-estar colectivo no prosseguimento dos fins próprios, o que não significa que, por exemplo, a família, tal como qualquer outra instância, não pudesse recorrer aos recursos de outras instâncias superiores, como é o caso do Estado. Contudo, é a comunidade “simbiótica” – na sua íntegra – que possui a “suficiência universal”.

Em suma, o construto do edifício político não é baseado em um qualquer poder exercido sobre o povo, mas, pelo contrário, é feito a partir dele; devendo esse poder ser, então, organizado

nos seus diversos patamares, ao mesmo tempo que se alarga no âmbito do exercício das suas acções.

Por outro lado, a administração civil dos bens públicos de um dado território, independentemente do tipo de regime em que este se encontra constituído, seja ele um reino, um ducado, ou uma república, mas cuja propriedade e usufruto pertencem ao povo, a mesma não pode ser delapidado em luxos, em viagens desnecessárias a terras longínquas, nem em construções de manifesta ostentação, porquanto não trazem qualquer utilidade e proveito à nação. Daí que o povo tenha o direito de resistir e de se opôr às arbitrariedades dos governantes – tese que foi não só acolhida pelo protestantismo germânico, como elevada a um nível de formulação jurídica, muito difundido.

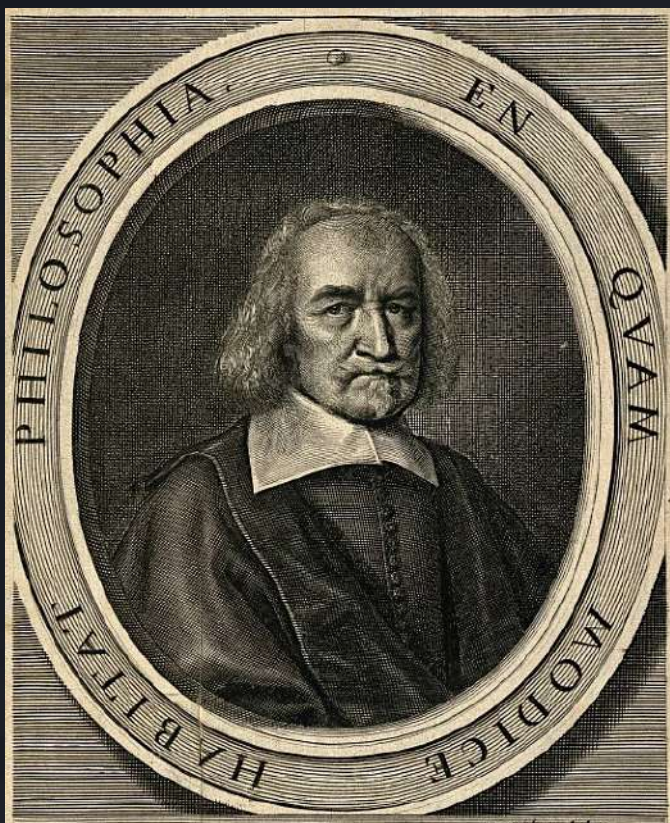
A uma política absolutista, Althusius contrapôs a institucionalização do federalismo, favorecedor de uma circulação democrática do poder e de uma distribuição equitativa de direitos e obrigações pela comunidade⁷. Seria este o modelo que acabaria por vigorar nos estados democráticos protestantes e nos EUA, após a sua independência.

Nas ilhas britânicas, Thomas Hobbes (1588-1679) defendia que o saber – a filosofia e a ciência – devia formar um sistema de verdades, baseado em princípios fundamentais e universais que pudessem ser facilmente demonstrados. Considerando a geometria como o modelo de uma verdadeira ciência, utilizou-a como base do seu raciocínio dedutivo, aplicado à filosofia política.

Materialista convicto (“tudo o que existe é matéria – matéria em movimento”), não acreditava que o Homem tivesse alma e, muito menos, que esta fosse imortal. Na sua concepção, o Homem, bem como os outros animais, eram simples máquinas, cujas funções poderiam ser explicadas através de processos mecânicos. Daí decorre que a Sociedade fosse igualmente tida como uma máquina, que seguiria as mesmas leis, pelo que os respectivos fenómenos podiam ser explicados por intermédio das interacções dos “corpos materiais”.

Ainda que o Homem, com o fim de satisfazer os seus próprios interesses, buscasse o prazer, tal como expressa no *Leviatã*⁸, o seu discernimento – o que implica conhecer as consequên-

cias dos actos praticados –, aquando da busca desse prazer, devia ser guiado pela Ciência.



No dizer de Hobbes, quando o discurso mental é governado por um desejo, constitui uma forma de ir “buscar as causas de um efeito ou os efeitos de alguma causa presente ou passada”. Contudo, a fim de transcender as limitações do referido discurso mental, o Homem teria de recorrer à linguagem, a fim de esta lhe permitir pensar e falar, em termos universais, dado a mesma se encontrar sustentada nos nomes então criados/atribuídos, para conceber e caracterizar as coisas. Seria também através da linguagem, que o Homem poderia organizar e generalizar os pensamentos, ao longo do tempo.

Por outro lado, devido à parcialidade com que a linguagem é muitas vezes utilizada, Hobbes, ao caracterizá-la como uma potente instigadora de possíveis conflitos, defende que a mesma deva ser substituída por uma Ciência Política que siga a geometria.

Na verdade, só o conhecimento matemático está livre de controvérsias e de disputas, “uma vez que consiste, apenas, na comparação de figuras e do movimento, coisas que não opõem os homens uns aos outros”. Ao contrário, o conhecimento dogmático, “que se debruça sobre a história da filosofia moral e da política, segue uma dinâmica de invasão e de disputa” – daí a ocorrência da guerra –, tal como Hobbes a vi-

venciou

Desta experiência, e no intuito de melhor explicitar a sua tese, o bem deveria ser comparado a uma coisa que preenchesse o desejo das pessoas, sendo o mal identificado como uma “existência” que o ser humano pretende evitar a todo o custo. É como se disséssemos que, enquanto a esperança representa a aspiração de se alcançar um determinado *bem* (aparente); o medo corresponde, por sua vez, ao que acontece quando esse bem não pode ser alcançado.

Se é verdade que o desejo e a ausência de leis que impedem uma pessoa de magoar outrem, criam um “estado de guerra permanente”, esta situação terá, como corolário, o facto de os indivíduos manifestarem um medo constante uns dos outros. No entanto, como Hobbes defende, quando esse medo e a razão se unem, faz com que as pessoas passem a desejar obter o “máximo bem possível e a procurarem a paz” – o que, aliás, já ficou bem demonstrado, com a existência passada e presente das “guerras frias”.

Mas, Hobbes, vai mais longe ao afirmar que – “para a existência da Paz, não basta desejá-la. É necessário que se estabeleça uma autoridade suprema para governar”... o que acaba por conduzir a um poder absoluto, que se torna inimigo dos tão propalados – direitos naturais.

Como aponta Mónica Vieira, os direitos naturais não decorrem da lei natural, mas, antes, constituem liberdades de acção primordiais, fundadas no mais básico desejo do homem – a autopreservação. Assim, não conhecendo qualquer limite externo, não existe qualquer dever, em relação a outrem, ou de respeitar os seus direitos.

Ora, esta noção de lei natural, para Vieira, é uma noção subversiva, que passou a fazer parte integrante das teorias políticas, de pendor revolucionário, que sancionavam o direito de resistência ao rei e, igualmente, aos governos injustos que não se conformavam à lei natural. Ou seja, por outras palavras, quem actuasse contra a justiça natural, actuaria como se fosse um tirano. No entanto, Hobbes subverte-a para justificar a obediência absoluta ao soberano e expor a ilegitimidade do direito de resistência...

Na relação do povo com o Estado e com o seu representante soberano, ambos artífices do poder de governação e actores da sua vontade co-

lectiva, esse mesmo povo, ao aceitar transferir o direito de julgar – “o que é necessário à paz” – e o poder de actuar, na base desse juízo, para um soberano, esse mesmo povo destituiu-se de todo o direito de poder questionar ou de se desresponsabilizar do que seja dito e feito – mal – em seu nome colectivo. Este posicionamento de temor reverencial do povo, relativamente à entidade soberana, por si sustentada, torna-o, ao mesmo tempo, responsável pela geração e perpetuação do estado, ao longo do tempo.

Estrategicamente, ao pretender conciliar os requisitos da moral e da religião, Hobbes apresenta-os, na sua essência, como idênticos, permitindo, a quem creia em Deus, aceitar a autoridade de tais leis, atendendo à sua forma de leis divinas, ainda que o Criador não “tenha desempenhado” qualquer papel na derivação da lei natural, sustentada, apenas, pela razão e pelo desejo. Deste modo, a interpretação das leis naturais e da palavra de Deus, era transferida para uma outra instância – para o poder do soberano.

Teriam sido os acontecimentos passados no 2º quartel do séc. XVII, desde o processo de Carlos Iº até ao seu filho Carlos II, passando pelo período da República cromweliana, que o teriam levado a prescrever, em *Leviatã*, a existência de uma monarquia absoluta – como o melhor tipo de governo e o único capaz de proporcionar a paz a todos –, perante a existência de sectarismos no interior da sociedade, a par da proliferação das mais diversas filosofias e da luta entre a Igreja e o Estado, ingredientes mais do que sobejos para despoletar uma guerra civil. Daí, que as sociedades devessem concordar, para manter a paz, em uma figura plena de autoridade, que fizesse e controlasse o governo e, concomitantemente, fosse responsável pela Igreja.

Já no 2º quartel do séc. XVII, nasce outro importante filósofo do panorama inglês – John Locke (1632-1704). Este pensador, que teve uma educação muito rica e diversificada, cursou Medicina, tendo depois viajado para França, com o fim de estudar o fenómeno do protestantismo.

Após o seu regresso a Inglaterra, **Locke** acaba por se envolver numa tentativa, que seria gorada, para assassinar Carlos II e o seu irmão, o futuro Jaime II, sendo obrigado a sair nova-

mente do país. Foi nesse período que conclui a sua obra “Dois Tratados sobre o Governo” e, já no exílio, na Holanda, escreve o “Ensaio sobre o Entendimento Humano”; só tendo regressado a Inglaterra, após a invasão efectuada por Guilherme de Orange que, por sua vez, obrigaria Jaime II a refugiar-se em França.

Se tivéssemos de caracterizar o séc. XVII, diríamos que foi um século de transição, não só em Inglaterra, como em toda a Europa, onde os “dogmas” começavam a abrir brechas. E, ao acentuar da deriva totalitária, defendida pelo rei e seus partidários, erguia-se o Parlamento, no intuito de restaurar, legitimamente, os velhos usos e costumes.

Contudo, esta disputa não surgiu inopinadamente, porquanto vinha a ser cozinhada em lume brando desde os tempos da Reforma protestante, seguidos do período da Contrarreforma católica, resultante do Concílio de Trento¹⁰, no séc. XVI; tempos estes, em que as pedras da calçada da dúvida se começavam a levantar. Na verdade, as teses protestantes, ao criticarem o poder de Roma, bem como ao pretenderem renovar a mensagem original cristã, acabavam por pôr em causa a ordem religiosa, até então seguida, e, ao fazerem-no, semearam a incerteza acerca do fundamento do poder político dos reis derivar directamente de Deus.

Se, na tradição cristã, cabia ao povo obedecer às autoridades constituídas, independentemente da confissão religiosa seguida pelas mesmas; por outro lado, havia a expectativa de, ao ser instituído o cristianismo como religião oficial, os governantes, como bons cristãos, moderassem a sua acção política, de acordo com a mensagem religiosa e as leis tradicionais do país, uma vez que a religião, com o seu poder aglutinador, conferia uma legitimidade tradicional ao poder político.

Ora, a Reforma protestante, ainda que defendesse teses de teor religioso bastante profundas, havia condenado a Igreja por se ter afastado da original mensagem cristã, a par de, na sua génese, ser vincadamente anticlerical, uma vez que defendia que o indivíduo era o único interlocutor de Deus na Terra, chegando a afirmar, já numa visão socinianista¹¹ que – “... a razão humana era capaz de entender Deus para a sua salvação, mas a Sua imensidão, a Sua omnipre-

sença e infinitude, encontravam-se para além da compreensão do Homem, sendo, portanto, desnecessárias para a sua salvação...”

Deste modo, ao relativizar a Igreja Romana como autoridade verdadeiramente cristã, o protestantismo rompia com a visão de uma complementaridade entre a vertente religiosa e a política, (posicionamento defendido por Tomás de Aquino), o que viria a enfraquecer a autoridade baseada na tradição.

É neste caldo de controvérsia que, em 1688, como atrás foi mencionado, tem lugar a “Revolução Gloriosa”, em que o poder soberano, depois de ter sido completamente transferido do rei para o parlamento, no tempo da vigência da República de Cromwell, passa a ser partilhado com a figura reinante, inaugurando-se, em definitivo, um ano depois, o que se passou a designar-se por monarquia constitucional, que acabaria por evoluir para a moderna democracia.

Locke é então revelado como uma das mais brilhantes mentes europeias, cujas obras abordavam desde a vertente religiosa até às de índole político-económica. De confissão calvinista, muito possivelmente derivada do tempo de exílio na Holanda, este pensador é considerado o pai do Empirismo, tendo sido seguido por George Berkeley (1685-1753), e por David Hume (1711-1776), ambos igualmente britânicos, sendo o primeiro irlandês e o segundo escocês.

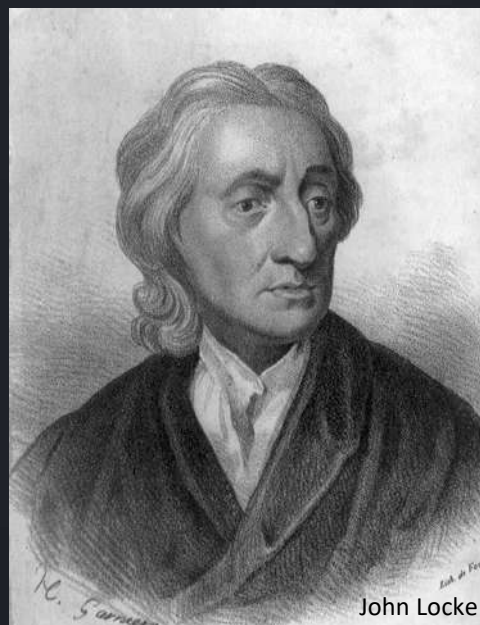
O Empirismo defendia que todo o conhecimento advinha da experiência sensorial¹², rejeitando a ideia do ser humano possuir um conhecimento inato, ou prévio, das coisas, pois este só podia ser adquirido posteriormente. No entender de Locke, o ser humano nascia como se fosse uma "folha em branco", sendo moldado pelas experiências, pelas tentativas e pelos erros. Ou seja, a aquisição do conhecimento seria efectuada através da experiência, a qual se basearia nas sensações captadas pelos órgãos dos sentidos de tudo o que rodeasse o Homem, levando inicialmente à criação de ideias simples, as quais, através da combinação e após reflexão, se tornariam mais complexas (igualmente através da abstracção e da comparação), permitindo, então, chegar à formulação de conceitos e de crenças, a par das respectivas correlações.

Locke fundamenta o seu desacordo quanto à

ideia platónico-cartesiana de que qualquer indivíduo nasceria com “princípios e conhecimentos inatos”. No facto de assim ser, significaria que todos os indivíduos aceitariam os mesmos princípios, o que não se verificava na prática, uma vez que as pessoas tinham ideias diferentes acerca da existência de um Deus e quanto à essência da moral. Deste modo, o conhecimento nunca poderia ser inato.

Respondendo ao modo como pensa o Ser humano, Locke, na sua obra, que podemos classificar dentro do domínio da Metafísica¹³ – “*Ensaio sobre o Entendimento Humano*” –, defende que as ideias, sob o prisma ontológico¹⁴, tanto podem ser primárias – quando não podem ser separadas da matéria e estão presentes, independentemente de as pessoas as verem ou não, como são os casos das ideias de dimensão, de forma ou de movimento; ou secundárias – quando existem separadas da matéria e só são percebidas quando a matéria é observada, caso das ideias de sabor ou de cheiro.

Quando as essências/ideias apresentam propriedades observáveis, Locke designa-as, também, por essências nominais. Tratando-se de ideias/essências invisíveis, mas que constituem propriedades observáveis, tomam a designação de essências reais. Deste modo, e segundo este autor, apesar do conhecimento humano ser limitado, devendo o Homem estar ciente de tal limitação, pode-se sempre formar uma ideia e criar uma essência sobre, por exemplo, o que é um dado animal, com base no que se observa e na sua biologia, que, no fundo, descreve as propriedades observáveis.



Se Locke começara como um promitente médico, a sua fama adveio-lhe da deriva filosófico-política. Na base da sua filosofia estava o facto de defender que os seres humanos tinham direito à propriedade privada. Sendo verdade que, quando Deus criou o Homem “este só tinha de viver segundo as leis da natureza”, não deixa de ser menos verdadeiro, que o direito à sua autopreservação não deva também implicar o de “deter as coisas necessárias à sua sobrevivência e felicidade, uma vez que, as mesmas, haviam já sido providenciadas por Deus”. Por outro lado, sendo o Homem dono do seu corpo, “qualquer produto resultante do seu trabalho físico, também lhe deveria pertencer”, como é o caso da terra trabalhada e dos alimentos por ela produzidos.

Ainda no âmbito da propriedade privada, afirmava que ninguém se devia apropriar de qualquer coisa que pudesse prejudicar outro indivíduo, porque “Deus quer que toda a gente seja feliz”. Também “o Homem não deve tomar mais do que necessita, pois o excesso pode ser utilizado por outra pessoa”.

No dizer de Locke, estes direitos existem no “estado de natureza”, ou seja, são anteriores à constituição da sociedade pelo Homem e, perante a existência de pessoas sem moral, devem ser criadas Leis para garantir e proteger os direitos do Homem, quanto à sua propriedade e liberdade. Nesse sentido, defende igualmente que o governo deverá trabalhar para o bem estar de todo o povo e ter a capacidade para proteger, eficazmente, os seus direitos. Caso assim não proceda, é obrigação moral da comunidade revoltar-se.

Como afirma Ángel Rivero, “implicando a existência de qualquer governo, uma delimitação da liberdade dos indivíduos, ainda que não uma restrição dos seus direitos, justifica-se a necessidade da sua legitimação, através do consentimento popular. E este consentimento pode ser demonstrado quando, perante a possibilidade de recorrerem à desobediência política, não o fazem; o que mostra que obedecem por sua própria escolha.”

Quando existe um governo adequado, tanto os indivíduos, como a comunidade, deverão prosperar, quer a nível material quer espiritual, devendo o mesmo estar em sintonia com a lei natural que, criada por Deus, se autoperpetua. Ou

seja, não são os títulos das famílias, mas o modo como o governo soluciona os problemas, balizado pela protecção dos direitos do povo, do que resulta a paz social, que torna um governo legítimo.

Deste modo se pode concluir que John Locke, ao defender um governo constitucional¹⁵, condena, por inteiro, o absolutismo, uma vez que o povo é detentor de uma liberdade original, a qual, nenhum governo, sob quaisquer que sejam os pretextos, pode nem deve coartar.

A suas teses políticas não só ajudariam ao derube do absolutismo na Inglaterra, como influenciariam as revoluções que se haviam de dar na América e em França, no século seguinte.

Igualmente nascido em 1632, mas no continente europeu, mais precisamente, em Amesterdão, temos Baruch/Bento de Espinosa (1632-1677), filho de uma família judia portuguesa.

As únicas obras assinadas, em vida, por Espinosa, remetem-nos para os “Princípios de Filosofia de Descartes”, em conjunto com os “Pensamentos Metafísicos” (1663), porquanto, nem o “Tratado Teológico-Político” (1670), que acabaria por estar envolto em grande controvérsia, nem os outros escritos, como foi o caso da “Ética” (1676)¹⁶ que, por pouco, não era finalizada, uma vez que morreria passado pouco tempo, levaram a sua assinatura – embora o “meio” do conhecimento conhecesse a proveniência da autoria.

Deve-se à coragem dos seus amigos a publicação da “Ética”, a título póstumo que, de pronto, foi proibida em toda a Holanda, onde vingava, nessa altura, a ortodoxia calvinista.

Se, inicialmente, este país era visto como bastante tolerante, acolhendo várias confissões religiosas e livres-pensadores, os pastores calvinistas, que se tinham perfilado como uma verdadeira âncora da independência das Terras-Baixas, relativamente ao directório de Madrid; a pretexto da instalação da Inquisição e das derrotas sofridas no campo militar, contra a França e a Inglaterra, começaram a sublevar o povo contra o pluralismo religioso e, sobretudo, contra a livre circulação de livros e panfletos, alguns deles estrangeiros. Tendo elegido para “bode expiatório” o Grande Pensionário¹⁷ Johan de Witt e seu irmão Cornelius, Regentes oriundos da alta burguesia comercial¹⁸, estes acabariam por serem massacrados por uma “turba assassina”, a poucas dezenas de metros

da casa onde Espinosa vivia em Haia – facto que marcaria profundamente a sua vida, como confessara a Leibniz (1646-1716). Deste modo, o poder passou para William III, da casa de Orange-Nassau¹⁹, em 1672, que restringiria grande parte das liberdades, pelas quais as repúblicas holandesas se haviam outrora batido em



sua defesa.

É, portanto, neste ambiente restritivo e de medo, que se vai desenvolver a obra de Espinosa .

Podemos afirmar que este filósofo foi o iniciador do Panteísmo, ao defender a biunivocidade entre Deus e a Natureza – “Deus é a Natureza e a Natureza é Deus causando-se a si própria”, pelo que era um erro, segundo ele, conceber uma ideia antropomórfica de Deus. Por outro lado, obedecendo todas as coisas existentes a leis básicas idênticas e descritíveis, também o Homem devia ser descrito e entendido da mesma forma que as demais existências.

Ao escrever na “Ética” que não existe nada mais transcendente ou sobrenatural, a não ser Deus e a Natureza, compreende-se que a providência divina não tenha aqui lugar, nem a concepção da imortalidade da alma. A alma ou mente “...não é senão a ideia de um corpo, a qual é feita de muitas ideias que interagem entre si, da mesma forma que o corpo é feito da interacção de muitos órgãos e partículas...” Dito por outras palavras, corpo e mente constituíam só uma e a mesma coisa. “Tudo o que ocorre na mente, ocorre concomitantemente no corpo”.

No que se refere aos milagres, segundo **Espinosa**, nada há de transcendente que pudesse extravasar uma explicação natural. Relativizando-os, focaliza-se na frase que, para ele, constitui a grande mensagem de Deus para o Homem – “amar o próximo”, a qual, infelizmente, tem vindo a ser adulterada ao longo dos tempos.

Outro dos livros que gerou bastante polémica, como atrás se referiu, foi o “Tratado Teológico-Político”. Perante o insólito deste título, caberá perguntar o que é que a Política terá a ver com a Teologia?

Como transcreve Diogo Pires Aurélio, a Teologia e a Política não são mais do que duas faces da mesma moeda, tendo como ponto comum a obediência. Se os dogmas da Fé, descritos na Bíblia, têm por fim levar o Homem a obedecer a Deus, quando pratica o bem, a Política, sustentada nas leis criadas, tem por fim levar o Homem ao cumprimento das mesmas, de modo a dirimir as acções conflituais existentes, a fim de manter a ordem e assim

conduzir à paz.

E quanto à Liberdade? Ficarà ela coartada com a observância da obediência? Para Espinosa, a Liberdade não só é compatível com a religião e a paz, como, sendo ela abolida, compromete estas duas últimas... “sem a liberdade não haverá ordem...”

Ainda dentro do capítulo da liberdade, este autor manifesta-se contra a superstição, porque, ao explorar o medo e os preconceitos das pessoas, coarta o livre discernimento. Critica também o regime monárquico “...que tenta manter os homens enganados e disfarçar, sob o especioso manto da religião, o modo em que devem ser mantidos, para que combatam pela servidão como se fosse pela salvação”.

Contudo, e independentemente do tipo de governo de uma dada sociedade, Espinosa explicita que, como cidadão dessa sociedade, ...“a única coisa a que se cede é ao direito de agir segundo a sua própria lei, mas não ao direito de julgar e de raciocinar”... uma vez que a existência de poder, por parte dos órgãos que exercem a soberania, “só pode ser justificada se, por seu intermédio, for aumentado o direito dos súbditos”.

tos.

No “Tratado”, o filósofo realiza uma exegese acerca da religião, sobretudo no referente à Bíblia que, segundo ele, devia ser lida como um qualquer texto histórico e não como se se tratasse de uma emanção divina, uma vez que tinha sido escrita por vários autores em distintas épocas, e cujos relatos haviam sido muitas vezes contraditos pela ciência.

Embora a Bíblia, no Antigo Testamento, se dirigisse sobretudo ao Povo Judeu, Espinosa discordava da tese de pertencer ao “povo escolhido”, devido ao facto de as pessoas serem todas iguais perante a Lei, independentemente do credo religioso seguido. Daí, que defendesse, e ao contrário de Hobbes, que a Democracia constituía a melhor forma de governo, a fim de evitar situações de abuso de poder.

Como afirmava “...uma soberania mantida através do medo e da violência é uma soberania condenada a prazo, porquanto induz ao ressentimento e este pode conduzir à desobediência e à revolta”. Ao contrário “...a democracia, que deixava aos indivíduos a liberdade de julgar e de se exprimir publicamente, era a forma política que mais libertava do medo e a que mais aproximava os homens da sua natureza”.

Aqui chegados, podemos então dizer, que Espinosa interpretava a Política como sendo uma entidade, através da qual podiam ser asseguradas, não só a liberdade, como igualmente a possibilidade do Homem se exprimir ancorado na razão.

Contrariando os Empiristas, defendia que as ideias que se baseavam nas sensações não conduziam ao verdadeiro conhecimento, porque eram percebidas “através da ordem da natureza”, o que constituía uma fonte inesgotável de erro. Só as ideias obtidas através da Razão e de uma forma “ordenada”, gradual ou coerente, eram susceptíveis de proporcionar o verdadeiro entendimento da essência das coisas. Ou seja, nunca se poderá ter uma ideia correcta, se a mesma se basear, unicamente, na captação efectuada pelos órgãos dos sentidos, sem a presença da razão.

Permitam-me, para terminar, que dedique algumas palavras a Gottfried Leibniz²⁰, amigo de Espinosa e por ele influenciado, muito embora não fosse um filósofo do domínio da teoria de

âmbito político.

Leibniz foi essencialmente um filósofo e matemático amante do racionalismo. Tal como Espinosa, defendia, acima de tudo, a Verdade, procurando através dela criar uma ampla base de entendimento, com o propósito de unir a Igreja dividida.

Um dos maiores contributos para a metafísica, baseia-se na sua “Teoria das mónadas”, os elementos que constituem o Universo, os quais não eram mais do que partículas individuais interactuantes e eternas, que apresentavam uma harmonia pré-estabelecida, nas quais o mundo se encontrava reflectido. Segundo este autor, estas partículas eram as únicas substâncias verdadeiras, “porque apresentavam unidade e tinham acção”. Não tendo carácter material e espacial, eram simultaneamente independentes umas das outras e encontravam-se previamente programadas com instruções individuais. Para Leibniz, as mónadas eram “formas de ser, ou seja, entidades mentais e de substância, das quais resultavam entidades como a matéria, o espaço e o movimento”...

Na sua obra designada por “Teodiceia”, e à semelhança de Sto. Anselmo, afirmava que Deus, ao ser um Ente todo-poderoso e onisciente, nunca criaria um mundo que fosse imperfeito, pelo que este mundo devia ser o mais equilibrado e o melhor possível. A existirem falhas neste mundo, terão de existir nos demais mundos, possivelmente existentes.

Por outro lado, defendia que a Filosofia não pretendia contradizer a Teologia, porque a Razão e a Fé constituíam-se, ambas, como dádivas de Deus. Se alguma parte da Fé não pudessem ser apoiada pela Razão, devia ser rejeitada.

Neste sentido, Leibniz levanta outro problema ... “Se Deus é um ente todo-poderoso, infinitamente sábio e bom, como poderá ter surgido o mal?” Ora sendo os Seres humanos criações de Deus, mas possuidores de sabedoria e poder limitados, encontram-se, naturalmente, mais predispostos a decisões erradas e a falsas crenças. Deste modo, este autor defendia que esses actos, ao constituírem consequências advindas dessa imperfeição, ao serem comparados com o verdadeiro bem, servissem de base para a correspondente correcção.

Desta **súmula**, fácil se pode concluir, que o séc. XVII constituiu um verdadeiro “atanor”

para as ideias que estavam em ebulição desde o Renascimento. Desde logo, a questão religiosa, extremada ao ponto de ter feito eclodir uma guerra entre facções cristãs, que veio a confirmar o cisma entre católicos, a favor das teses vaticano-romanas, e as diferentes interpretações protestantes, de onde sobressaem os luteranos e os calvinistas, já para não mencionar os anglicanos.

Por este motivo se entende todo o cuidado na redacção do 1º Landmark, reforçado depois no 6º, pela proibição de qualquer discussão de base religiosa e política, não deixando, contudo, de o compromisso do maçom, quando iniciado, ser efectuado perante um volume da Lei Sagrada, a fim de lhe emprestar o carácter solene e sagrado, indispensável à sua perenidade, tal como é prescrito no 7º Landmark.

As guerras e as perseguições que tiveram um impacto negativo na sociedade europeia, desajustada de viver e prosperar pacificamente, justifica a redacção do 3º Landmark pelo qual os maçons se comprometem a pôr em prática um ideal de Paz

Dando continuidade à vertente política, a generalidade dos pensamentos filosóficos têm, na sua subjacência, a defesa da Razão, para que, através dela, se possa atingir a Verdade e a Liberdade, sem as quais, o aperfeiçoamento moral do maçom e da humanidade ficariam seriamente comprometidos – 4º Landmark.

Daí que as teses elejam a Democracia como o melhor tipo de governação, em que o povo é mandatado para escolher os seus governantes, podendo também rebelar-se, caso estes desvirtuem ou desrespeitem o que se encontra plasmado na Lei, tal como pode ser subentendido na redacção dos 10º e 11º Landmarks.

Assim, podemos concluir, que os pensamentos descritos, no âmbito das diversas orientações filosóficas apresentadas que, de maneira nenhuma esgotam a plêiade doutrinária existente à época, vieram respaldar, em grande parte, os princípios que balizam a prática maçónica, realizada por homens livres e de bons costumes, que também se comprometem a uma união de entreajuda – 12º Landmark.



Notas

1. O Reino Unido passou a existir no ano de 1707, mediante o *Acordo de União*, que unificou os parlamentos da Inglaterra e da Escócia e criou o Estado soberano do Reino Unido da Grã-Bretanha, ainda sem a Irlanda do Norte.
2. Durston, Christopher (1998): “The Fall of Cromwell's Major-Generals” *English Historical Review* 113 (450): pp.18–37 .
3. A Guerra dos Trinta Anos aconteceu na Europa Central, entre 1618 e 1648, sendo considerada, na história europeia, como um dos conflitos mais sangrentos. Tendo tido como motivação inicial as diferenças religiosas existentes entre cristãos católicos e protestantes, de pronto ganhou outros contornos.

As verdadeiras motivações, que eram mais de âmbito político, envolviam, desde interesses de expansão territorial, a par dos de natureza económica e, até mesmo, os de ordem hegemónica na Europa. As mesmas, tornar-se-iam questões relevantes e justificativas para que uma série de países como a França, os Países Baixos, a Dinamarca e a Espanha interferissem no conflito. O acordo, que viria a pôr fim a todas estas “aspirações”, traria transformações significativas para o futuro europeu, particularmente sentidas no Sacro-Império Romano-Germânico, as quais, como é do conhecimento, já tinham sido iniciadas, no séc. XV, através do desenvolvimento das reformas protestantes.

Naquela região, marcada como berço da Reforma, havia diferentes reinos dirigidos por príncipes de orientação católica e protestante. Essa diversidade constituía um foco de tensões políticas, dado os governantes de uma determinada região não aceitarem a prática de uma religião contrária à sua própria fé, como foi o caso do imperador Rodolfo II que combateu o protestantismo por meio da destruição de igrejas e através da promulgação de leis que reforçavam o poderio católico na região. Como reacção a esta situação impositiva, os príncipes protestantes criaram a “Liga Evangélica”, a fim de combater os desmandos promovidos pela intolerância religiosa do rei. Do outro lado, e como resposta, os monarcas católicos germânicos criaram a “Liga Sagrada”, que viria a ser apoiada por outras monarquias ligadas à Igreja Romana, tendo sido a Boémia onde se fez sentir uma maior intransigência por parte dos reis católicos, dado essa região do Sacro-Império ser, igualmente, de maioria católica.

Em Maio de 1618, os protestantes promoveram um levantamento na cidade de Praga, o que acabou por vir a despoletar o interesse de outras nações anticatólicas em impedir a ampliação do poder do Império Habsburgo, dinastia germânica interessada em combater o protestantismo no Sacro-Império e ampliar o seu domínio político-territorial.

Inicialmente, as tropas que compunham a “Liga Sagrada”, conseguiram sobrepor-se aos exércitos protestantes e, com isso, a dinastia Habsburgo desfrutou de um grande território, controlado por uma monarquia centralizada e apoiada pela Igreja Romana. Dessa forma, o aparecimento desse poderoso e agressivo poder acabou por despertar a preocupação das outras nações europeias que defendiam o protestantismo, a par de temer a consolidação de uma forte concorrente no cenário mercantilista.

A Dinamarca foi a primeira nação a manifestar-se contra o grande reino católico que se formara no Sacro-Império. Paralelamente, os holandeses também apoiaram a reacção protestante, ao disporem armas e exércitos para lutarem ao lado dos príncipes germânicos protestantes. Claro que, por detrás dessas disputas, havia o interesse dinamarquês em recuperar os ducados que haviam sofrido a intervenção dos monarcas católicos do Sacro-Império Germânico. Entre 1625 e 1627, houve novas lutas que viriam a confirmar a superioridade dos exércitos da “Liga Sagrada”.

Dessa maneira, a supremacia dos Habsburgos foi instituída com a dominação dos territórios e dos bens dos protestantes que, com a assinatura da “Paz de Augsburg”, em 1555, haviam tomado terras católicas. Esta situação, que acabou por fragilizar o poder económico da Dinamarca, preocupou o reino de França que, rapidamente, negociou a entrada das tropas suecas na luta contra os Habsburgos, com a promessa de ceder territórios que garantiriam a sua hegemonia na região báltica.

Nessa nova fase do conflito, os exércitos suecos, liderados pelo rei Gustavo Adolfo, viriam a conseguir expressivas vitórias, tendo contado com o apoio dos príncipes alemães protestantes, o que viria a obrigar, por sua vez, as forças católicas a negociar o fim da guerra, de modo a que existisse um equilíbrio político no Sacro-Império, que pudesse preservar, em condições básicas, o poderio dos católicos. Dessa maneira, os protestantes conseguiram rever algumas perdas impostas pelo “Édito de Restituição”, de 1629.

A partir de então, os franceses resolveram intervir directamente no conflito, tendo declarado guerra aos Habsburgos e a todas as monarquias que fossem aliadas dos católicos germânicos. O poderoso exército francês conseguiu aniquilar as forças inimigas que, mesmo com as sucessivas derrotas, não estavam dispostas a render-se. Foi nessa altura que a guerra perdeu toda a sua motivação religiosa, uma vez que a França, uma nação tradicionalmente católica, estava a lutar contra outras nações que professavam a mesma fé.

O “Tratado de Westfália” (1648), negociado nos finais da guerra dos 30 anos, veio a acabar com o conflito que mobilizou quase toda a Europa. A França foi extremamente beneficiada com o acordo, uma vez que obtivera o domínio das regiões do Rossilhão e da Alsácia-Lorena, tendo limitado a possibilidade de expansão do Império Germânico em direcção ao Império Turco-Otomano, mas nunca mais para dentro da Europa. Por outro lado, através da “Paz de Westfália”, as nações, como a Suíça e a Holanda (Países Baixos), viriam a conseguir consolidar a independência dos seus estados.

4. A Royal Society começou com grupos de médicos e cientistas/filósofos naturais, reunindo-se em vários locais, incluindo o Gresham College, em Londres, os quais teriam sido influenciados pelo “método científico” promovido por Francis Bacon, referente a um conjunto de regras básicas ou procedimentos, necessários à produção do conhecimento científico. A data oficial da fundação da Royal Society reporta-se a 28 de Novembro de 1660. De entre os 12 Filósofos Naturais que decidiram iniciar uma “Faculdade para a Promoção da Aprendizagem Experimental Físico-Matemática”, encontravam-se o matemático, projectista e astrónomo, Christopher Wren, o físico e químico Robert Boyle, o matemático William Brouncker e o diplomata, juriconsulto e, igualmente, tido como maçom, Robert Moray. Deve-se a Moray a aprovação das reuniões e a “Carta Régia” fundacional da Royal Society of London, de 15 de Julho de 1662, tendo sido seu 1º Presidente, Lord William
5. Immanuel Kant nasceu em Königsberg, na Alemanha, a 22 de Abril 1724, já depois da data, tida como fundacional, da Maçonaria Especulativa ou Filosófica (1717), e um ano após as primeiras Constituições de James Anderson (1723).
6. A ciência Matemática ou *Mathema*, significa aquilo que se conhece, ou todas as formas do conhecimento, sendo os *Mathematikoi*/Matemáticos os conhecedores ou os interessados no saber
7. Althusius/Altúcio defendia igualmente uma liberdade económica baseada na livre concorrência de um mercado onde operassem agentes económicos, ao arrepio da concentração absolutista que lavrava no mercantilismo, ou seja, na concentração do poder e da actividade económica, como monopólio exclusivo dos soberanos ou, mesmo, dos nobres.
8. Leviatã é um peixe feroz citado/retratado, pela primeira vez, no “Livro de Job”, do Antigo Testamento. Thomas Hobbes, no livro que tem o mesmo nome, justifica a existência de um governo central e autoritário, a fim de ultrapassar a situação de “guerra de todos contra todos” (*Bellum omnium contra omnes*), que caracteriza o “estado da natureza”. Deste modo, o governo central seria uma espécie de monstro – o *Leviatã* – que concentraria todo o poder em torno de si, a par de ordenar todas as decisões da sociedade.
9. O processo de Carlos I que terminou na sua execução, junto a Whitehall, acabaria por marcar o séc. XVII em Inglaterra, ao dividir ou, mesmo, a radicalizar o povo, porquanto, se havia os que exultaram com a morte do rei, caso dos parlamentaristas ou republicanos, tida como justa, porque os

livrara de um tirano, existiam outros, os defensores do rei, realistas ou monárquicos, que defendiam que esta execução representava um regicídio ou, até mesmo, um martiricídio

10. Este Concílio, que se iniciou em 1545 e veio a terminar em 1563, foi um dos mais importantes da Igreja Católica.
11. Os Socinianos correspondem aos seguidores do italiano Fausto Sozzini, que desenvolveu uma teologia baseada nas teses defendidas pelo seu tio, Lelio Sozzini, o qual acabaria por ser morto em Zurique, em 1562. Este grupo definia-se como sendo antitrinitário, dado considerar que, em Deus, só existe uma única pessoa, pelo que considerava Jesus, meramente, como um homem, ainda que excepcional. Para eles, a Bíblia é a única autoridade, embora deva ser interpretada pela Razão. Esta doutrina rejeita o pecado original, não considerando o Baptismo nem a Santa Ceia/Comunhão como meios eficazes para a obtenção da graça.
12. Hume iria chamar a atenção para o facto de existirem limites a esse conhecimento, relativamente às conclusões a que se poderia chegar, quando as mesmas resultassem, unicamente, das sensações, uma vez que estas são muitas vezes enganosas.
13. Os sistemas metafísicos costumam examinar a natureza fundamental da realidade, incluindo a relação entre a mente e a matéria, ou entre a substância e o atributo, de entre outras relações. Deste modo, a Metafísica apresenta-se como uma tentativa de descrição dos fundamentos, das condições, das leis, a par da descrição das causas ou dos princípios, como um todo. Já a Epistemologia, termo baptizado pelo filósofo escocês James Frederick Ferrier (1808 – 1864), é igualmente considerada como um ramo da Filosofia que se ocupa do conhecimento científico, discutindo as hipóteses do objecto de estudo e os resultados obtidos, com a finalidade de determinar os fundamentos lógicos, o seu valor e importância objectiva.
14. Como ramo central da Metafísica a Ontologia compreende a investigação sobre as categorias básicas do Ser e de como essas categorias se relacionam umas com as outras.
15. Deve dizer-se, que os “Dois Tratados sobre o Governo Civil” foram escritos numa época de grande tensão política entre a monarquia e o parlamento. Locke aspirava à existência de um melhor tipo de governo, tendo a sua filosofia política um grande impacto na filosofia ocidental.
16. No dizer de **Diogo Pires Aurélio**, as obras póstumas, para além da “Ética”, incluíam 75 cartas e três textos não concluídos, o “Tratado da Reforma do Entendimento”, a “Gramática Hebraica”, o “Tratado Político” e o “Tratado Breve”.
17. Título dado ao então primeiro ministro da Holanda. Johan de Witt exerceu essas funções entre 1653 e 1672.
18. A alta burguesia comercial, à qual pertenciam os Regentes que administravam as cidades, dominava os Estados Gerais. Era ela que detinha o poder económico, uma vez que era praticamente a dona das Companhias das Índias. Por via disso, constituía o suporte para custear as guerras. Encontravam-se no grupo dos Regentes as elites intelectual e económica.
19. A casa de Orange, que tinha liderado a revolta independentista, detinha o poder militar. A este grupo ou, se quisermos, a esta facção, pertenciam os aristocratas, os camponeses, os pescadores e os artifices.
20. Leibniz foi notável no domínio da Matemática ao desenvolver o cálculo diferencial e integral, independentemente dos desenvolvimentos contemporâneos de Isaac Newton. Morreu 7 meses antes da fundação oficial da Grande Loja de Inglaterra – início da Maçonaria filosófica ou especulativa.

Bibliografia

Antognazza, Maria Rosa (2009): *Leibniz, uma Biografia Intelectual*. Cambridge University Press. Cambridge, UK: 623 pp.

Aurélio, Diogo Pires (2000): *Imaginação e Poder. Estudo sobre a Filosofia Política de Espinosa*. Editora Colibri, Lisboa: 224 pp.

Cranston, Maurice (1985): *John Locke. A biography*. Oxford University Press. Oxford, UK: 518 pp.

Espinosa, Baruch de (2019): *Tratado Teológico-Político*. 4ª edição. Tradução e notas da 1ª ed.. de 1677, de Diogo Pires Aurélio. Imprensa Nacional, Lisboa: 456 pp.

Hampton, Jean (1988): *Hobbes and the Social Contract Tradition*. Cambridge University Press. Cambridge, U. K.: 316 pp.

Hobbes, Thomas (2003): *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva, da 1ª edç. de 1651. Martins Fontes. S. Paulo, Brasil: 526 pp.

Kavka, Gregory (1986): *Hobbesian Moral and Political Theory*. Princeton University Press, Princeton N.J. USA: 542 pp.

Kleinman, Paul (2023): *Gottfried Wilhelm Leibniz*. In *Filosofia, tudo o que precisa de saber*. Marcador/ Editorial Presença, Lisboa: pp: 262-266.

Mesnard, Pierre (1977): *Joahannes Althusius et la Democratie Corporative*. In *L'essor de la Philosophie Politique au XVI siècle*. 3ª ed.Vrin, Paris: pp:507-616.

More, Thomas (2019): *Utopia*. Tradução de Berta Mendes e Helder Guégués. Clássicos do Pensamento Político BookBuilders edt. Lisboa: 232 pp.

Ritual de Aprendiz do REAA (2007) Editado pela Grande Loja Legal de Portugal: pp: 5 e 6.

Rivero, Angel (2020) : *Locke versus Filmer*. In *História da Filosofia Política*. João Cardoso Rosas (coord.). Editorial Presença, Lisboa: pp: 255-282.

Rocha, Acílio da S. E.(2020): *Bodin e Altúsio*. In: *História da Filosofia Política*. João Cardoso Rosas (coord.). Editorial Presença, Lisboa. pp: 195-225.

Vieira, Mónica B. (2020) : *Hobbes*. In *História da Filosofia Política*. João Cardoso Rosas (coord.). Editorial Presença, Lisboa: pp: 227-253.



Joaquim Silveira Sérgio, 32º

A Lira de Orfeu



Orfeu com a lira e cercado por feras (Séc. IV — Museu Bizantino e Cristão, Atenas)

Quando Jasão partiu na Argo, no que se revelou ser o último suspiro dos semideuses e dos heróis, a sua nau continha muitas das grandes figuras da época, incluindo Hércules e Teseu. Mas, entre estes super-heróis musculados, havia um que ti-



na poderes muito diferentes, uma figura de transição que aguardava com expectativa a vida após a partida dos semideuses e dos heróis, em que os humanos teriam de se desembaraçar sozinhos.

Orfeu viajara do Norte, trazendo consigo o dom da música.

Orfeu, nome que lembra privação, falta, carência, orfandade, conforme nos conta o seu mito, teria nascido na Trácia. Além de poeta, músico e can-

cantor, era considerado como o inventor da cítara e da lira, instrumentos que têm relação com a harmonia cósmica através dos números sete, número, da ordem e da organização do espaço, e do número nove, que, no Orfismo, define os aspectos simbólicos do universo, divididos em três tríades: 1) A Noite, o Céu e o Tempo; 2) O Éter, a Luz e os Astros; 3) O Sol, a Lua e a Natureza.

De voz excepcional, a sua música era tão bela que não só podia encantar humanos e animais, como podia fazer as árvores e até as rochas mover-se.

Orfeu era filho do deus Apolo e da ninfa Calíope; da figura paterna ele herdara uma lira que, uma vez tocada pelas suas mãos, revelava um canto tão primoroso que nada nem ninguém conseguia ficar imune à sua magia. Até as feras mais selvagens amenizavam a sua ira diante das notas extraídas desse instrumento, que praticamente as hipnotizava. Mesmo os arbustos cediam aos seus encantos.

Educador dos bélicos trácios, palmilhou todo o mundo antigo, iniciando-se nos mistérios das mais antigas tradições, de Ísis, de Cibele, dos Cabiros, da Samotrácia e de Elêusis. Da sua história, consta que participou da expedição dos argonautas com o objectivo de ajudar os heróis que nela se engajaram, dando-lhes não só o ritmo dos remos como encobrimdo com a sua maravilhosa música o canto das suas sedutoras primas (filhas



de Melpómene), as Sereias, que levavam quem as ouvisse à perdição.

Na viagem marítima com Jasão, Orfeu ajudou os heróis quando a força bruta não conseguiu. Cantando e acompanhando-se à lira, encantou os grandes rochedos que ameaçavam esmagar a Argo e pôs a dormir o dragão que guardava o Tosão de Ouro.

Ao retornar da expedição dos argonautas, Orfeu propagou na Grécia a ideia de que os crimes e as faltas que os homens cometessem poderiam ser expiados. Para isso, os humanos deveriam participar dos mistérios por ele criados, sob o nome de Orfismo, sendo prometida inclusive a imortalidade a quem nele se iniciasse.

No regresso, apaixonou-se pela dríada Eurídice (a de grande justiça) e a ela se uniu, considerando-a como a sua alma.

Himeneu, deus dos matrimónios, foi chamado a consagrar o amor de Orfeu e Eurídice, mas não foi capaz de trazer boa sorte a este relacionamento, pois a tocha que usava para consagrar as uniões que presidia fumegou, fazendo com que todos os presentes à cerimónia lacrimassem. Uma atmosfera de presságios inundou esta união desde o início, o que se concretizou quando a jovem, pouco depois, foi assediada por Aristeu, por sua intensa beleza.



No dia do seu casamento, ao escapar dessa perseguição do deus apicultor Aristeu, que a queria violentar, ela esbarrou com uma serpente e foi picada pelo réptil no tornozelo, o que provocou a sua morte.

A sua alma desceu então ao Hades, “cobrindo-se de trevas”.

Incapaz de aceitar este facto, Orfeu declara a sua tristeza a mortais e imortais, mas, nada obtendo, vai atrás da sua amada até ao Inferno.

Logrando penetrar no reino infernal através de uma gruta situada ao lado do cabo Tenaro, apresentou-se a Plutão e a Perséfone, encantando-os com a sua música.

Meio cego de dor, Orfeu desceu ao Submundo. A morte era agora uma coisa terrível, não mais um repouso bem-vindo em que o espírito recuperava e se refrescava em preparação para a sua encarnação seguinte. Era uma separação dolorosa daqueles a quem se amava. Estava decidido a não aceitar a nova ordem da vida e da morte, determinado a reconquistá-la.

Descendo cada vez mais fundo o amante, tocando a sua lira, enfeitiça Caronte, o velho e sombrio barqueiro, o qual, de início, recusou levá-lo, pelo rio Estige, até à terra dos mortos. Encantado pela lira, impele-o a guiá-lo pelo mundo sombrio dos mortos, ao longo do Rio Estige; entorpece Cérbero, o cão de três cabeças, o guardião das portas infernais, cuja tarefa era guardar a entrada do

Submundo; o seu doce lamento ameniza as torturas das almas aí exiladas; Orfeu encantou também demónios terríveis cuja tarefa era arrancar dos espíritos dos mortos as pecaminosas volúpias animais e os desejos selvagens que ainda se agarravam a eles.

Finalmente, chegou ao local onde o rei do Submundo mantinha cativo o seu amor e, diante de Hades, o deus dos infernos, arranca lágrimas do próprio soberano dos desprovidos de vida, o qual, diante dos apelos da esposa Perséfone, permite que Orfeu atravesse os umbrais desta região

para buscar Eurídice, mas impõe uma cláusula ao seu contrato verbal. O rei não foi inequivocamente encantado por Orfeu, porque a libertação concedida não foi incondicional. Havia apenas uma pequena condição: ele iria à frente e ela atrás, não podendo ele, em hipótese alguma, voltar-se para vê-la. Só poderiam ver-se quando tivessem ambos ultrapassado os limites do reino infernal.

Eurídice podia regressar ao mundo dos vivos se Orfeu a conseguisse conduzir até lá acima sem

nunca se virar para garantir que ela o seguia. A jovem retornaria com Orfeu ao universo dos vivos, desde que o amante não olhasse para a sua amada até estar novamente sob o Sol. Ele consegue resistir através de túneis sombrios e difíceis de atravessar, e já estava quase a chegar à esfera iluminada quando, dominado, tomado por invencível *pathos*, provocada por terrível dúvida, para ter certeza de que a esposa estava logo atrás, espia por um instante a parte final do caminho. Neste momento, Eurídice transforma-se de novo num espectro, lança um último grito e parte para a esfera dos mortos.

Rompido o acordo, perdeu-a. Ao longe, uma sombra que lembrava vagamente a sua amada, deslizava na direcção do Hades. Tentou alcançá-la, mas foi em vão.

Quer dizer, Orfeu, no último momento, quando a luz do Sol lhe bateu no rosto, talvez temendo estar a ser enganado pelo rei, virou-se para trás. Viu o amor da sua vida ser subitamente puxado para baixo e para longe dele, pelos corredores de pedra, longe da vista, desvanecendo-se no Submundo como um fio de fumo. Os outros heróis mais musculados tinham sido bem-sucedidos nas suas demandas ao travar o bom combate até aos limites da força e da resistência, sendo corajosos e nunca desistindo. Mas os tempos estavam a mudar. Os grandes iniciados que preservaram esta história para que esta nos chegasse queriam que entendêssemos que Orfeu falhou por ter tentado fazer o que todos os bons heróis haviam feito - tentou certificar-se. Também pode ser que a sua música tivesse perdido algum do seu encanto, porque não impediu um bando de Ménades, as seguidoras de Dioniso, de se lançarem sobre ele e de o despedaçarem membro ensanguentado a membro ensanguentado.

Orfeu é impedido de acompanhar a esposa e desespera, permanecendo sete dias ao lado do lago, em jejum. Ele se converte num ser devorado pela angústia e rejeita as outras jovens de extrema beleza; tenta sem sucesso esquecer a sua grande perda. Cansadas de serem menosprezadas, as Ménades, mulheres furiosas, cortam seu corpo em pedaços e lançam a sua cabeça no Rio Hebrus.

Deitaram a cabeça dele ao rio, por ali flutuando, corrente abaixo, ainda enquanto flutuava, os sal-



gueiros-chorões encheram as margens. A sua cabeça foi atirada para o rio Hebro, onde flutuou até Lesbos, cantando todo o caminho e a lira de Orfeu foi também atirada para o rio, e também flutua até Lesbos, que ficava numa praia perto do templo de Apolo.

As nove musas compadecem-se de Orfeu e juntam os seus fragmentos, sepultando-os no Monte Olimpo. Agora no reino dos mortos, o amante se



reúne a Eurídice. No local em que jaz o seu corpo, afirmam que os rouxinóis entoam o seu canto de uma forma mais suave. As assassinas são punidas pelos deuses, transformando-se em sólidos carvalhos.

Finalmente, a cabeça de Orfeu foi resgatada e posta num altar numa gruta, onde vinham multidões consultá-la como a um oráculo.

Segundo uma inspiração apolínea, de pendor espiritualizante, aristocrática, manifestamente masculina, o crime perpetrado deveria ser punido.

Uma peste assolou o país e, para aplacar os deuses, conforme sentença oracular (Delfos), era preciso recuperar a cabeça de Orfeu para que lhe fossem prestadas as honras fúnebres.



Assim foi feito e tudo se resolveu, tendo a cabeça do poeta sido transformada num oráculo, enquanto a sua lira foi para Lesbos, centro da poesia lírica grega, e depois para os céus, sendo transformada numa constelação. Conduzido à Ilha dos Bem-Aventurados, lá, Orfeu, metido numa túnica imaculadamente branca, solitário e triste, passa o seu tempo tangendo a lira, com os olhos postos na eternidade.

Apolo, então, convence Zeus de que o instrumento deveria tornar-se numa constelação. Zeus concorda, e coloca a lira de Orfeu entre Hércules e Cisne.

Nesta altura do ano, (Outubro) no início da noite e junto ao horizonte Nordeste, aparece a constelação da Lira, uma das mais fáceis de reconhecer no firmamento boreal. Durante a noite, o asterismo sobe em altitude até se posicionar quase no

zénite, já de madrugada. Colocada nos céus como constelação boreal (10º a 29º de Capricórnio), a lira (Lyra) tem como a sua mais brilhante estrela Wega, alfa, de 1ª magnitude, hoje a 14º37' de Capricórnio. Esta estrela, mais ou menos entre 12.000 e 10.000 aC, era a estrela polar da Terra, sendo chamada pelos egípcios de Maat, nome da sua deusa da Justiça, que participava da psicostasia.

Entre os árabes, o nome desta estrela era Al Waki, a Cadente; na Idade Média, foi conhecida pelo nome de Vultur Cadens. Ptolomeu atribuía-lhe influências semelhantes às de Vénus e Mercúrio. Sempre associada pelos gregos à constelação da Lyra e ao mito de Orfeu, Wega é uma das estrelas mais brilhantes do céu, sempre considerada por todos os povos da antiguidade como a estrela da música.

A mitologia grega diz-nos que a Lira foi feita por Apolo — deus da luz, da música e das artes — a partir de uma carapaça de tartaruga e oferecida a Orfeu, seu filho numa das versões da história. A música que dela emanava era tão bela que encantava seres vivos e objectos inanimados. Quando Orfeu morreu, Zeus enviou uma águia para recuperar a sua Lira e colocou ambas no céu.

Na versão do compositor clássico Glück, os amantes recebem uma nova oportunidade do Amor, que permite a Orfeu buscar Eurídice no reino dos mortos. Este curioso personagem testa a resistência do jovem apaixonado ao impedir que olhe para a amada enquanto não atingem o mundo dos vivos, mas, quando ele não resiste e perde novamente a esposa, ele o impede de buscar a morte e propicia o reencontro definitivo de ambos.

No entanto, existem outras versões do final deste mito.

Orfeu surgiu como um guia e educador da humanidade para a sociedade grega entre os séculos VI -V aC., uma sociedade que se sentia ameaçada pela crescente influência dos cultos dionisíacos. A teologia órfica opunha-se frontalmente aos cultos de Dioniso.

Uma das asserções do orfismo era a de que a prática vegetariana aproximava o homem do divino. O orfismo também se opunha ao colectivismo extasiado ou sensorialmente alterado dos ritos do deus do vinho, enfatizando a ida em direcção do divino através de um princípio individual e consci-

ente, sempre inalterado.

Dá-se o nome de **Orfismo** a uma corrente religiosa que desde o período arcaico da história grega, anterior ao aparecimento de Homero, estava instalada no país, sendo que já no séc.VI aC os cultos órficos estavam espalhados por toda a Hélade, com um grande número de adeptos. O Orfismo compreendia uma cosmogonia e uma teogonia que apresentavam uma certa semelhança com aquilo que Hesíodo fixará.

O tema primordial do Orfismo é o esquarteramento de Zagreus, filho de Zeus e de Perséfone, por parte dos Titãs, que não o aceitavam como divindade tutelar do universo por desígnio do pai. Revoltados, os Titãs atacaram o menino-deus que, para fugir dos seus perseguidores, tomou a forma de um bode. Assassinado e devorado pelos Titãs, sobrou apenas do seu corpo o coração, recolhido por Palas Atena.

Zeus usará esse coração para dar nascimento a um novo Zagreus, que tomará o nome de Dioniso, o que nasceu duas vezes, sendo os Titãs fulminados pelo Senhor do Olimpo e de suas cinzas nascerão os humanos, formados por dois elementos, um terrestre (as cinzas titânicas) e o outro divino e eterno (o corpo de Zagreus devorado como bode, que estava no corpo dos Titãs). É desse núcleo que sairá, consabidamente, a tragédia (canto do bode) como género teatral que consistia em representações que reproduziam a vida, a paixão e a morte do menino-deus, encenadas pelas populações camponesas do interior da Grécia.

Quanto à **cosmogonia órfica**, fala-se de um ovo cósmico, nascido do Caos, de cuja divisão teriam nascido a Terra e o Céu e todos os outros seres. Quanto à **escatologia** (tratado das coisas finais, do fim dos tempos, da consumação final de tudo)

órfica, institui-se que o homem tinha uma alma imortal a qual, por causa de um pecado original, entrava no plano da matéria, decaía. Sucessivas reencarnações e processos de iniciação órfica po-

deriam purificá-la para que voltasse ao Bem, para junto de Zeus, o Todo-Poderoso. É neste sentido que o Orfismo se tornou uma religião da salvação, soteriológica, sobretudo das elites gregas. Abandonando o cárcere do corpo, a alma voltava à luz, desde que observados todos os ritos que a doutrina órfica estabelecia.

Quando da sua morte, os adeptos ou iniciados baixavam às sepulturas levando consigo umas pequenas lâminas (lamelas) nas quais se liam pequenas frases rituais, palavras de esperança proclamando que

aquele corpo que a carregava era de alguém que pertencia à raça dos mortais, sendo a sua alma filha do céu estrelado. Na prática, o Orfismo foi pregado por um colégio sacerdotal; exigia-se castidade dos adeptos, jejuns, mortificações, regimes alimentares (proibição de carne animal, abstenção de ovos etc.), práticas ascéticas, vestes brancas, o que muito o aproximava das seitas pitagóri-



Dionísio de Caravaggio (c. 1595) - Galleria degli Uffizi, Florença



cas, sendo ambas, Orfismo e Pitagorsimo, muito influenciadas, sem dúvida, por doutrinas orientais (Índia). O Cristianismo, por sua vez, como fica fácil constatar, incorporará à sua teologia e à sua prática muitos itens das duas importantes seitas gregas.

O Orfismo disseminou-se por todo o mundo grego e os textos órficos, muitos deles outorgados a Orfeu, eram na realidade da autoria de Onomácritos, um adivinho da corte de Pisístrato de Atenas, a ele se devendo também uma compila-

ção de poemas falsificados sob o nome de Museu, poeta mítico trácio, uma espécie de porta-voz de Orfeu. Pausânias, grande viajante e geógrafo, observador atento da sociedade do mundo greco-romano, atribuiu a Onomácritos muitos poemas falsificados sob o nome de Museu.



Procissão Dionisiaca—mármore proveniente da *Villa Quintiliana*, na Via Ápia, Roma (c. 100 EC) - British Museum, Londres

ção de sentenças oraculares de Museu, poeta místico, trácio como Orfeu. Museu, amigo inseparável de Orfeu, era, como ele, grande músico, sendo capaz de curar enfermos com a sua arte. A ele se credita a criação do verso hexâmetro dactílico ou hexâmetro heróico, tradicionalmente associado à poesia épica e que era uma forma de métrica poética ou esquema rítmico, e que se dizia ter sido também discípulo de Lino, irmão de Orfeu.

Onomácritos (530-480) é uma figura importante do Orfismo. Foi um conhecido cresmólogo (adivinho) compilador e falsificador de oráculos, que viveu na Corte do tirano Pisístrato, em Atenas.

Heródoto conta que o tirano solicitou os seus serviços para dar nova forma aos oráculos

O Orfismo atravessou toda a filosofia, a arte e a literatura gregas.

O poeta Píndaro acolheu o dogma da reencarnação seguido pela seita e, no teatro, os trágicos Ésquilo e Sófocles foram muito influenciados pelas suas teses. A maior influência, contudo, está



em Platão, sendo nele dominante mesmo, como se pode apontar em importantes temas do plato-

nismo, o do corpo como prisão da alma (*Soma Sema*, lema órfico) e o de sua queda e imortalidade.

Mas se, no período clássico da história grega, o Orfismo era ainda prezado com alguma seriedade, no período helenístico a sua doutrina estava desprestigiada, pois incontáveis charlatães, em nome do Orfismo, percorriam a Grécia vendendo a salvação e lâminas que assegurassem uma boa viagem depois da morte. Diziam eles que, como conhecedores da magia órfica, poderiam limpar todas as impurezas das almas. Platão, aliás, na *República*, já verberara os charlatães que, em nome do Orfismo, vendiam a salvação. As lâminas órficas, como vimos, serviram, mais tarde, como fonte de inspiração para, no cristianismo, se estabelecer o sistema das indulgências.

A história trágica de Orfeu e de Eurídice, depois de Virgílio com *As Geórgicas* e de Ovídio com as *Metamorfoses*, viria a dar origem a uma grande tradição literária, artística e musical.



Muitos dos escritores e artistas que usaram o tema deturparam-no ou trataram-no candidamente, apesar do sucesso da crítica e do público. Esvaziaram-no sobretudo no que ele tinha de mais importante, o seu carácter político-social, como uma força apolínea de combate ao dionisíaco. De entre as obras mais conhecidas podemos citar as óperas de Monteverdi, Gluck, Haydn, Offenbach, os dramas coreográficos e balés diversos, como o de Angelo Poliziano, de Lope de Vega etc. Nas artes plásticas lembramos Bruegel, Tintoretto, Poussin, Delacroix e Jean Cocteau e Marcel Camus no cinema.

Mas o traço mais marcante e de maior evidência

na personalidade de Orfeu é que ele é sobretudo um sedutor, alguém que vence as resistências, dissipando-as. Seduzir é convencer com arte e astúcia, sob promessa de vantagens (vida eterna, na circunstância); exercer influência irresistível, fascinar; desencaminhar, atrair, encantar. Etimologicamente, *seducere* é chamar à parte, separar, desviar. Orfeu é um sedutor que apenas adormece o mal, mas que não o vence. A palavra seduzir comporta tanto uma ideia de encantamento, êxtase, como de descaminho. O sedutor, nesse sentido, está muito próximo do feiticeiro, do mágico, das Sereias.

Orfeu, na viagem dos argonautas, com a sua lira e canto, não só dava cadência musical às remadas e impedia que o canto das Sereias seduzisse os comandados de Jasão, como criava um ambiente de simpatia, afastando todas as possibilidades de desentendimento entre os participantes da expedição.

Na Cólquida, adormeceu o dragão que guardava o Velocino de Ouro. Na sua descida ao Hades, encantou por completo o mundo subterrâneo. Foi transportado por Caronte, o barqueiro, que nada exigiu dele, quando da travessia dos rios infernais. Adormeceu Cerbero, que guardava os portões do Tártaro, tendo, assim, acesso ao palácio de Hades e de Perséfone, também seduzidos pela sua arte. No pouco tempo que permaneceu no mundo ctónico (referido aos deuses ou espíritos do mundo subterrâneo, por oposição às divindades olímpicas), acalmou os monstros que lá viviam e aliviou o tormento dos condenados.

Orfeu foi aquele que perdeu Eurídice, a sua alma, a sua metade (o seu lado feminino), como ele mesmo proclamava. Teve a oportunidade de res-



gatá-la, de integrá-la na sua vida de uma outra

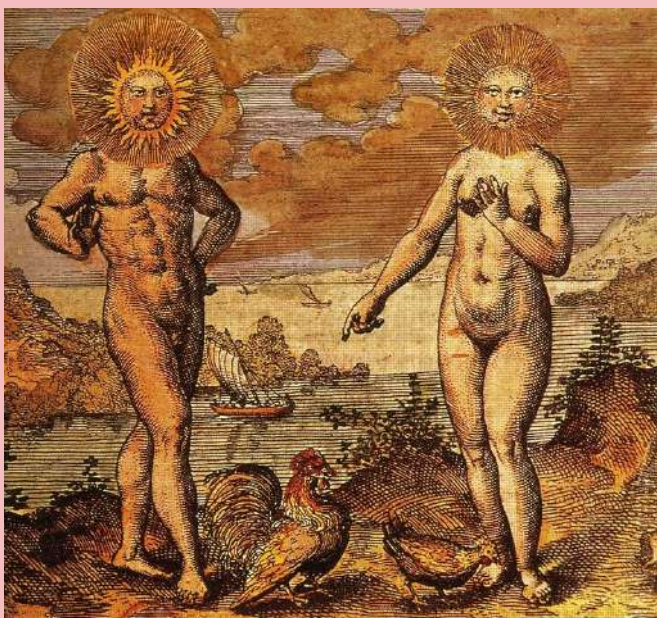
transgredindo assim a lei das direcções, negando o devir, não conseguindo tornar-se o que não era antes.

A alma, *psikhe* para os gregos, *anima* para os latinos, sempre foi considerada como um princípio vital, no qual se reúne o conjunto das actividades imanentes à vida (pensamento, afectividade, sensibilidade etc.) entendidas como manifestações de uma substância autónoma ou parcialmente autónoma em relação à materialidade do corpo. Daí animar, dar vida, imprimir movimento, impulsionar.

A alma é um princípio de inspiração moral, como extraímos das expressões “ter alma”, “não ter alma”, “criar alma nova”, “sua alma, sua palma”, “vender a alma ao diabo” etc. Princípio de vida, sede de pensamentos e de sentimentos, estes dois conceitos distinguem-se desde a antiguidade hebraica (alma orgânica e alma pensante) e romana (*animus* e *anima*). A redução do segundo sentido ao primeiro constitui o vitalismo; a redução do primeiro ao segundo, o espiritualismo (Platão, Leibnitz, Hegel).

É consabido que o problema da união da alma ao corpo foi tratado por Descartes, mas, já antes, Platão o havia versado de modo excepcional no seu diálogo *Phedon*. A *psykhe*, entre os antigos gregos, era geralmente relacionada com a ideia de movimento, pois pela sua simples partida o corpo era transformado em algo (*soma*) sem movimento, um agregado inerte de órgãos e membros que logo se desfazia.

Quando Orfeu aludiu à perda da sua alma (morte de Eurídice) o que temos é uma referência clara ao lado feminino da sua personalidade. Tentou



libertá-lo, mas não conseguiu. E, como vimos, era esse lado feminino que os gregos denominavam de *anima*, conceito depois desenvolvido na Psicologia, principalmente, por Jung, como índice feminino do inconsciente masculino. O conceito de *anima* tem, evidentemente, que ser compreendido a partir da complementaridade entre consciente e inconsciente e, nessa óptica, singelamente, pode dizer-se que o homem terá uma alma feminina. E o que representa a feminilidade da *anima* é o sentimento alquimicamente ligado ao elemento água. Por seu turno, o *animus* estará ligado ao pensamento racional, essencialmente masculino, associado aos elementos ar e fogo. Sentir e pensar, pois. No seu processo de individuação, os homens terão assim que integrar nele a sua *anima*, as mulheres o seu *animus*. A compreensão e a integração dessas imagens, é bastante complexa e exige um entendimento com o sexo oposto, sendo a vida de cada um de nós o cenário em esse diálogo acontece.



Ora, no momento da sua descida ao Hades, foi oferecida a Orfeu a possibilidade de ser restaurada a sua “unidade”; contudo, por ter “olhado para trás” e não ter entendido que “a mulher é o futuro do homem”, Orfeu abriu mão da sua transcendência terrestre, afinal a única possível ao ser humano. Vale por dizer que rejeitou o “feminino” em nome do céu, o que de resto sucedeu em todas as religiões patriarcais.

O Hades, como é cristalino, liga-se à obscuridade, às origens, sendo um símbolo da noite e dos terrores que inspiravam ao homem, desde a pré-história, o frio, a sombra, a solidão. A descida ao inferno da qual nos falamos nos mitos corresponde, acima, na superfície terrestre, no ciclo das estações, aos primeiros dias de decréscimo da luz, prelúdio do Inverno, por oposição à ascensão, en-

tre o primeiro dia da fase crescente seguinte, o equinócio da Primavera e o dia 24 de Junho.

No esoterismo, em geral, essa descida representa uma morte alegórica, o abandono, pelo iniciado, da sua natureza profana nas obscuras câmaras de reflexão, a passagem do negro ao branco dos alquimistas. É o Hades, o mar nocturno do inconsciente ao qual é preciso descer e atravessar, a partir de uma situação de vida consciente, para voltar de novo à luz, chegar a uma outra margem. Em muitas tradições de que é exemplo a aqui tratada, essa descida é considerada como um processo de individuação que começa por uma descida que alguém faz ao seu mundo interior, uma regressão, uma volta sobre si mesmo, que Orfeu não soube fazer.

Orfeu faz parte da ampla galeria de profetas fundadores de religiões, de instauradores dos vários cultos religiosos que conhecemos, sendo manifesto que, em todos eles, a transcendência nunca é terrestre pois o que se presenteia como salvação é uma vida eterna na bem-aventurança ao lado de um Deus, num paraíso, sendo as doutrinas desses profetas, como a história das religiões o confirma, completamente omissas quanto ao feminino.

Numa outra perspectiva, podemos visualizar Eurídice como o duplo de Orfeu o qual se torna o objectivo da eterna busca do ser humano, pois é ele e só ele que pode garantir a fecundidade do ser. Em todos os mitos, a alma é concebida como um duplo do ser vivo, que pode separar-se do seu corpo na ocorrência da morte, pelo sonho ou por alguma operação mágica.



Platão, em *O Banquete*, refere-se ao andrógino

como o *alter ego* da personalidade humana, seu complemento indispensável, ao qual todo o homem ou toda a mulher deverão voltar a unir-se para ser recuperada a unidade original perdida. A partir do século XIX, o Romantismo alemão pôs em circulação a ideia do duplo sob uma outra forma, sob a inspiração do triunfo da subjectividade, (tendência a encarar e a avaliar as coisas de um ponto de vista meramente pessoal). Os duplos (*doppelgänger*) que o Romantismo alemão nos divulgou são perturbantes, têm um carácter de fatalidade. Como exemplos desta tendência, podemos citar obras como *A Mulher Sem Sombra* de Hugo von Hofmannsthal, *O Retrato de Dorian Grey* de Oscar Wilde), *Le Horla* de Guy de Maupassant), *A Sombra* de Hans C.Andersen, etc.



Grey de Oscar Wilde), *Le Horla* de Guy de Maupassant), *A Sombra* de Hans C.Andersen, etc.

A visão de Eurídice, como *alter ego* da personalidade humana, é a reconstituição da unidade original, sempre perdida e sempre reconquistada e os

mecanismos que nos despojam de nós próprios, levando-nos a um desdobramento (fenomenologia do duplo, da sombra, da psicologia moderna), deparam no mito de Orfeu com uma das suas mais completas manifestações.

Os adeptos do orfismo eram conhecidos ainda como renunciantes e tinham como único ideal a salvação para o que praticavam a santidade, aperfeiçoavam técnicas de purificação a fim de se separar dos outros. Na verdade, os órficos, em nome da humanidade, queriam ser absolvidos do sangue espalhado nos altares por aqueles que haviam vivido a religião como sacrifício sangrento e, por isso mesmo, rejeitavam o alimento vermelho, as “apetitosas emanções”, em nome da comensalidade vegetariana. O orfismo jamais tentou actuar politicamente ou conceber a *polis* de outra maneira, pois apenas pretenderam reescrever a gênese do mundo (cosmogonia) e a história dos deuses (teogonia).

Mas o orfismo já buscou dar uma outra forma à religião olímpica. Vindas de séculos anteriores, as

comunidades órficas já tinham a sua existência inteiramente confirmada no séc. VI aC. Traduzindo-se a sua ritualística numa ascese de mortificações e purificações que os transportasse a uma exigente catarse, os iniciados defendiam a me-



tempicose, entrando muitas vezes em choque com a religião oficial da *polis*.

Na visão órfica, o ser humano era produto de um dualismo original, o titânico e o divino. A morte não punha fim à vida, pois, segundo a doutrina da transmigração das almas, o elemento divino teria que se reunir novamente com o seu antagonico titânico para recomeçar uma nova vida, sob uma outra forma. Assim, a alma é julgada e, conforme os seus méritos e as suas faltas, depois de uma permanência no além, retorna ao cárcere de um novo corpo humano, podendo inclusive descer ao nível animal e vegetal. Daí que, para os órficos os sepultamentos fossem uma cerimónia simples e alegre, já que “as lágrimas se guardavam para os nascimentos”. Os criminosos e os sacrílegos estavam condenados a passar por penosas metempsicoses. A alma que não havia libertado as suas culpas devia, pois, retornar.

O orfismo procurou modificar enraizados e imemoriais princípios que estavam presentes na religião oficial da *polis* grega, a qual falava de seculares maldições familiares segundo as quais cada membro do “genos” era co-responsável e herdeiro das violências (*hamartiai*) praticadas por qualquer um de seus membros. Para os órficos, a culpa era sempre do domínio individual e por ela o criminoso pagaria no além e em outras reencarnações, até à sua catarse final. O orfismo, ao contrário da religião oficial da *polis*, que propunha o bem viver segundo os modelos apolíneos, era uma doutrina que falava do “bem morrer”. Nestas condições, “sorrisos para os que morrem, lágrimas para os que nascem.”

A par da tradição literária, surge uma tradição teológica - nem sempre separáveis - que também parece remontar ao século VI a.C., mas de que só possuímos documentos do século V a.C., segundo a qual Orfeu é o herói glorioso que penetra o reino dos mortos donde trouxe experiências e ensinamentos que vai divulgar entre os homens, através de ritos iniciáticos misteriosos. A primeira referência literária a esta faceta da personagem ocorre em Aristófanes, em finais do século V a.C., nas *Rãs*, verso 1032.

Se foi Enoque quem deu nome aos planetas e às estrelas, foi Orfeu quem os mediu e, ao medi-los, inventou os números. Há oito notas numa oitava, mas, de certa forma, na verdade, apenas sete, uma vez que a oitava representa sempre a elevação à oitava seguinte. As Oitavas referem-se, então, à ascensão pelas sete esferas do sistema solar, esferas que, na Antiguidade, eram centrais a todo o pensamento e experiência. Ao dar um sistema de notação, Orfeu dava origem à Matemática. Assim, os conceitos podiam ser manipulados, preparando o caminho para o entendimento científico do universo físico. Orfeu é uma figura transicional, porque, por um lado, é um mágico com o poder de deslocar pedras com a música, mas, por outro, é um precursor da ciência.

Orfeu pode ter falhado pelos padrões do herói convencional, mas a sua influência na História foi maior e mais duradoura do que as de Hércules, Teseu e Jasão. A música a que Orfeu deu origem seria um bálsamo para curar o espírito doente e atribulado da Humanidade durante milénios. Se as pessoas estavam a ficar isoladas não só dos

deuses, mas umas das outras, se eram desgastadas por um ambiente sempre duro e às vezes hostil, e se as suas imaginações eram infectadas pelos impulsos perversos e bestiais da magia, tudo isto podia agora ser combatido pela influência da estética sobre a imaginação, não só através da música, mas também da literatura, da pintura e da escultura. Imagens inspiradoras de beleza, verdade e amor agiriam sobre a Humanidade a um nível abaixo do da mente consciente. Seriam mais poderosas do que qualquer ensinamento moral explícito e abstracto.

Orfeu foi o fundador mítico dos mistérios gregos que iluminariam e inspirariam a Grécia Antiga.

Mas como tudo no mundo está ligado a tudo, teremos de ligar os mistérios gregos a outras escolas de mistérios, a maior das quais a egípcia, onde Heródoto foi iniciado, tal como o foram Abraão e, sobretudo, Moisés, que foi, de resto, um príncipe egípcio que rivalizou com o próprio faraó.

E se o *Livro dos Mortos*, mormente a partir do feitiço 125, inspirou os Dez Mandamentos da Lei de Deus hebraica, é o *Livro dos Números* que mais aproxima os iniciados gregos e, mais tarde, os hebreus, através de Moisés, a quem se deve a fundação da Kabala.

A questão é que os templos egípcios eram construídos a partir da ciência e dos números cuja invenção os iniciados gregos atribuem a Orfeu; e foram construídos dessa maneira porque os deuses já não eram capazes de habitar corpos de carne e sangue. Um templo era construído para ser nada menos do que o corpo de um deus. O espírito do deus vivia dentro do corpo vegetal e material que era o templo, tal como o espírito humano vive dentro dos seus corpos vegetais e materiais.

Os Hebreus não deixaram uma rica herança arquitectónica como os Egípcios. O seu misticismo dos números chegou até nós codificado na linguagem dos livros de Moisés. O grande livro da Cabala é o *Zohar*, um vasto comentário aos primeiros cinco livros do Antigo Testamento, tradicionalmente atribuído a Moisés. Se o mundo é pensamento materializado, então, segundo a Kabala, as palavras e as letras foram a configuração através da qual este processo aconteceu. Deus criou o mundo ao manipular e ao criar padrões a partir das letras hebraicas do alfabeto. As letras hebraicas têm então propriedades mágicas e os

padrões que formam nas escrituras abrem camadas, de facto, grandes paisagens de significado oculto. O capítulo catorze do *Êxodo* contém três versículos- 19, 20 e 21 — que consistem, cada um, em 72 letras. Se escrevermos estes versículos uns por cima dos outros, de modo que as 72 letras apareçam em colunas, então, lendo uma coluna de cada vez, descobrir-se-ão os 72 nomes secretos de Deus.

Cada letra hebraica é também um número. Alef, o A hebraico, é um; Bet é dois, e assim sucessivamente, com ligações assaz complexas. A palavra hebraica para pai tem um valor numérico de 3 e a palavra para mãe tem um valor de 41. A palavra hebraica para filho é 44, a combinação de Pai e Mãe. O valor numérico da expressão hebraica para Jardim do Éden é 144. O valor numérico da Árvore do Conhecimento é 233. Se dividirmos 233 por 144, ficamos muito perto a quatro casas decimais do valor da proporção áurea *Phi*!

Proporção áurea é uma constante real algébrica aplicada, utilizada na arquitectura e nas artes, podendo ser encontrada até na natureza e estando na base da monumentalidade e beleza das obras construídas na Grécia Antiga.

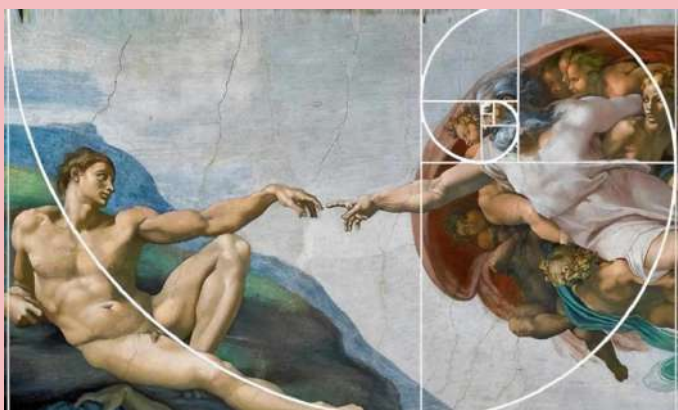
Também conhecida como razão áurea e número de ouro, esse conceito é considerado místico. Na verdade, a proporção áurea acha-se quando dividimos uma recta em duas partes não iguais e, de seguida, pegamos no segmento mais longo dessa recta e a dividimos pelo segmento menor.

O resultado será igual ao valor da divisão da recta inteira pelo segmento mais longo. Esse número corresponde a uma dízima, ou seja, um número infinito, mas podemos arredondá-lo para **1,6180**.

A letra grega *Phi* — ou ϕ é usada para representar essa equação, por se referir ao arquitecto e matemático Phidias, que, segundo os estudiosos afirmam, foi quem empregou pela primeira vez o conceito da proporção áurea, a qual foi descrita pela primeira vez por Euclides na obra *Os Elementos*, por ele escrita há 2 mil e trezentos anos.

Costuma relacionar-se directamente a **proporção áurea com a famosa sequência de Fibonacci** a qual se explica assim: a sequência infinita de números descrita por Leonardo Fibo-

nacci, no século XIII, se disposta em quadradinhos distribuídos geometricamente em um triângulo, forma o que ficou conhecido como “rectângulo de ouro”.



Por ser tão agradável aos olhos a proporção áurea é considerada uma espiral perfeita e um dos instrumentos usados pelos maçons operativos e, até, pelo próprio G:.A:..D:..U:. na Criação.

Nas últimas décadas, os matemáticos têm-se dedicado à tarefa de encontrar mensagens codificadas no texto dos livros de Moisés.

Pesquisas recentes de um grupo ocultista demonstraram que Johann Sebastian Bach compôs algumas das melodias mais belas do mundo - como a célebre *Chaconne*- enquanto conferia concomitantemente a cada nota o valor de uma letra do alfabeto. A música de Bach soletra mensagens secretas, semelhantes a salmos. Isto é, decerto, mais uma vez, algo que está para lá da inteligência humana normal.

Posto tudo isto, que é muito mais do que palavras e revela a origem sagrada da música e o significado e a importância espirituais da música para o homem, retornamos à Grécia e à Lira de Orfeu para falarmos de uma figura incontornável...

Pitágoras nasceu na florescente ilha grega de Samos cerca de 575 A.C., quando os primeiros blocos de mármore estavam a ser amontoados na Acrópole de Atenas. É pacífico que nenhum outro indivíduo teve mais influência na evolução do pensamento esotérico ocidental, ao ponto de ter sido respeitado como um semideus durante a sua vida, sendo embora certo que, à semelhança de Jesus Cristo, nada do que escreveu chegou até nós, só alguns ditos compilados e glosas e histórias escritas por discípulos seus.

Comenta-se que tinha o poder da ubiquidade (de

estar em dois sítios ao mesmo tempo), que uma águia branca lhe permitira acariciá-la, que em tempos se dirigira a um deus do rio e que uma voz lhe respondera, vinda das águas: «Saúdo-te, Pitágoras!»

Circula igualmente a narrativa segundo a qual uma vez transmitiu a uns pescadores, que estavam a ter um dia pouco produtivo, que lançassem as redes ao mar uma derradeira vez, após o que a pesca quase lhes rasgou as redes. Terá sido um grande curandeiro, declamando às vezes certos versos de Homero que acreditava terem um grande poder, tal como os místicos cristãos recitam versículos dos Salmos e do Evangelho de São João. Também usava a música com propósitos curativos enfatizando o filósofo grego Empédocles que Pitágoras podia curar os doentes e rejuvenescer os velhos. À semelhança de Buda, recordava-se das suas encarnações passadas, e afirmava-se até que se lembrava de toda a História do mundo desde o exórdio.



A sua sabedoria era o resultado de anos de pesquisa e de múltiplas iniciações em escolas de Mistérios, tendo passado vinte e dois anos a aprender os segredos dos sacerdotes iniciados egípcios. Estudou ainda com os Magos na Babilónia e com os descendentes dos *Rishis* na Índia, onde foi conservada uma memória do grande milagreiro a que chamavam Yaivancharya.

Através daquilo a que Leibniz, matemático e cabalista do século XVII, mais tarde chamaria Filosofia Perene, Pitágoras procurava epitomar o pensamento esotérico de todo o mundo numa cosmogonização ampla.

Assim, a filosofia de Pitágoras constitui o primórdio do processo de interpretação da visão originária, da consciência em imagens da Humanidade antiga, para termos categoriais abstractos.

Sucedem que por volta de 532, Pitágoras entrou em desavença com Polícrates, o monarca despótico

de Samos tendo sido forçado ao exílio, tendo estruturado uma pequena comunidade em Crotona, no sul de Itália. Nela, os candidatos à iniciação tinham de se sujeitar a anos de treino, incluindo uma estranha dieta que incluía sementes de papoila, sésamo e pepino, mel silvestre, flores de narciso e a pele de uma cebola do mar da qual todo o sumo fora completamente extraído. Puxa-se uma grande ênfase na ginástica enquanto forma de pôr os três corpos humanos -material, vegetal e animal- em harmonia, e era exigido aos candidatos que se mantivessem em silêncio durante anos a fio.

Pitágoras podia conceder aos seus discípulos conhecimentos do primeiro ensino discursivo dos quais despontariam a Matemática, a Geometria, a Astronomia e a Música.

Naquele tempo, constava que Pitágoras era o único ser humano capaz de ouvir a Música das Esferas, concebida como uma escala de diferentes notas, cada uma delas produzida pelos sete planetas à medida que se moviam pelo espaço. Isto é fácil de descartar como desatinos místicos, mas a história de como ele mediu a primeira escala musical parece autêntica.

Certo dia, Pitágoras andava pela cidade quando ouviu metal a ser batido numa bigorna, tendo notado que martelos de diferentes tamanhos produziam sons diferentes. Regressado a casa, fixou um andaime de madeira numa sala e pendurou nele uma sequência de pesos numa escala ascendente. Através de um método de tentativa e erro, demarcou que as notas musicais que soam belas ao ouvido humano condizem com diferentes pesos. Calculou então que eram proporcionais umas às outras de uma forma matematicamente precisa, sendo a partir destes cálculos de Pitágoras que obtivemos a oitava musical que hoje entendemos e apreciamos.

À medida que começavam a traçar o elemento racional da vida, Pitágoras e os seus sequazes principiaram a enunciar um conceito paralelo e que nunca fora, talvez, articulado antes, porque, até àquele ponto, fizera parte da experiência quotidiana de todos, a saber: a vida só se pode explicar em termos racionais até certo ponto. Também na vida há um vasto elemento irracional.

Já o ensinamento irracional, ao menos na sua for-

ma explícita, ficaria restringido às escolas, pois, falar dele no exterior era perigoso e podia muito bem atrair hostilidades.

É esse o significado de "atirar pérolas a porcos" fórmula secreta de Jesus Cristo: "Não deis aos cães o que é santo, nem lanceis ante os porcos as vossas pérolas" (*Mateus 7:6*). Dada a ênfase à compaixão para com as faltas dos outros, a linguagem de Jesus Cristo pode parecer um tanto surpreendente. Não é como se Jesus nunca usasse fortes metáforas para descrever a atitude espiritual de certas pessoas. Ele referiu-se a Herodes Antipas como "essa raposa" (*Lucas 13:32*) e aos fariseus como "serpentes, raça de víboras" (*Mateus 23:33*). Mas esta fórmula difere. Nenhum grupo específico de homens está sendo visado. "Cães" e "porcos" não se referem aos gentios ou a certa classe de pecadores extraordinariamente repreensível. Eles são simplesmente figuras nas proverbiais afirmações, nos moldes de 2



Pedro 2:22. Ambos os provérbios ilustram a futilidade de tentar oferecer algo de grande valor a alguém incapaz de apreciá-lo. "O que é santo refere-se aos sacrifícios do Velho Testamento, que só os sacerdotes podiam comer (*Êxodo 29:23; Levítico 2:3*). O significado especial deste alimento sagrado seria totalmente perdido num cão vadio (não os cães de estimação de *Mateus 15:26-27*), que simplesmente o engoliriam sem saboreá-lo mais do que se fosse um pedaço de lixo podre. De maneira similar, não adianta tentar ensinar aos suínos o valor especial das pérolas, que qualquer porco que se preze alegremente pisotearia, para

correr a comer a mais repulsiva lavagem. Nenhuma gratidão por tal generosidade deveria ser esperada dessas partes. A sua resposta pode ser mais do que indiferente; pode ser violenta.

Plutarco disse que quem conhece as verdades superiores acha difícil levar a sério os valores “sérios” da sociedade. Mas também gostava de citar Heráclito que afirmava que “A eternidade é uma criança a brincar”.

Mas se o materialismo científico descrevesse tudo o que há na vida, então o poema do maçom Rudyard Kipling “SE”, seria a última palavra na conduta da vida e a filosofia esotérica nada teria para nos ensinar.

“Se podes coração e nervos forçar
A servir muito depois de esgotados
E assim quando nada há em ti aguentar
Só com a vontade que os tem comandados...
Se preenches o minuto implacável
Com sessenta segundos do teu trilho,
Tua é a terra e o que nela é viável
E mais serás tu um Homem, meu filho!”

O problema é que, embora possa haver alturas em que o melhor a fazer é tentar com todas as nossas forças e não desistir, há outros momentos, como Orfeu descobriu à sua custa, em que é prudente desistir e seguir a corrente. Às vezes, quando agarrámos o que queremos, só o empurramos para mais longe, pelo que a única maneira de manter algo é deixá-lo ir como ensina Lao Tsé: “Porque o desperto se põe atrás, dá um passo à frente.

Porque dá lugar, ganha
Porque é altruísta, preenche-se
O calmo é o senhor do inquieto.”
E nada mais balsâmico para um tal desassossego do que a música, arte que Orfeu trouxe do Divino e cujas notas Pitágoras estruturou tornando-a para todo o sempre o alimento do amor!

Referências Bibliográficas

- Grimal, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*; Portugal, Lisboa: Difel – Difusão Editorial, 1951;
- Graves, Robert, *Os Mitos Gregos*; Vol. 1, Portugal, Lisboa: Publicações Don Quixote, 1990;
- Pereira, Maria Helena da Rocha, *Motivos Clássicos na Poesia Portuguesa Contemporânea: O Mito de Orfeu e Eurídice*

https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas33-34/06_Rocha_Pereira.pdf;

- Schuré, Édouard, *Os Grandes Iniciados: Esboço Da História Secreta Das Religiões*, Lisboa: Veja, 1998;
- Schuré, Édouard, *Los Grandes Iniciados: Rama, Krishna, Hermes, Moisés, Orfeo, Pitágoras, Platón, Jesús, Zoroastro, Buda*, Madrid: Editorial Dilema, 2018;
- Black, Jonathan, *A História Secreta do Mundo*, Odivelas: Alma dos Livros, 2018
- Fry, Stephen, *A Grande História Dos Mitos Gregos*, Lisboa: Clube do Autor, 2018;
- *Orfeu ou o Fracasso de um Profeta*, in <https://cidmarcus.blogspot.com/2012/03/orfeu-ou-o-fracasso-de-um-profeta.html>;
- Trismegisto, Hermes, *Corpus Hermeticum - A Obra-prima da Tradição Hermética*, Odivelas: Alma dos Livros, 2023;
- Salema, Vivian de Azevedo Garcia, “O Mito de Orfeu nas Metamorfoses de Ovídio” in *Principia*, (29), 1–8. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/principia/article/view/13982>;
- Ovídio, *Metamorfoses*, Lisboa: Livros Cotovia, 2007;

Fontes de inspiração:

- Orfeu e Eurídice* – Christoph Willibald Glück
- Orfeu*- Arcade Fire- Reflektor
- The Lyre of Orfeus* – Nick Cave & The Bad Seeds

José Gomes Correia, 32º



DAR À LUZ UMA ESTRELA DANÇANTE

O humano está sempre interligado com o Divino.

I

Era uma vez um tempo sem tempo, onde a grande questão era saber qual seria mais real, a noite ou a matéria, pois quer a ciência quer a religião, concordavam que, no início, o Cosmos passou de um estado de vazio à existência da matéria e todas as religiões ainda hoje ensinam que a noite veio antes da matéria. Daí que, para os Antigos, a história do mundo estava escrita nas estrelas e já Nietzsche dizia que “é preciso ter o caos dentro de si para se poder dar à luz uma estrela dançante”.

Em cada Grau julgamos ter subido mais um degrau da escada da nossa evolução, mas em cada Iniciação constatamos ser esta uma sempre renovada ilusão. A grande lição que se retira é a relatividade dos nossos conhecimentos e o carácter incognoscível e impenetrável da realidade em que vivemos. Como se refere no ritual do nosso grau, sob o ponto de vista moral, o Absoluto da Metafísica chama-se ideal, isto é, a Perfeição que devemos constantemente procurar, sabendo que jamais a atingiremos, embora só assim possamos dela nos aproximarmos. Nele também se refere uma afirmação de Herbert Spencer: “Entre os mistérios que se tornam tanto mais misteriosos quanto neles mais se pensa, existe uma certeza absoluta, é que o homem se encontra em presença de uma Energia Infinita e Eterna, donde tudo procede”.

II

Fomos colocados à entrada de uma cripta, para receber os ensinamentos de grandes filósofos, ouvir as grandes vozes do passado para “pressentir” o futuro, nomeadamente, Confúcio, Zoroastro, Buda, Moisés, Hermes Trismegistus, Platão, Jesus e Maomé.

Todas estas vozes merecem ser ouvidas no Templo que sonhamos levantar ao Eterno. Naturalmente, não irei repetir ou declinar os ensinamentos recebidos destes Mestres, até porque seria

uma tarefa ciclópica, impossível de cumprir dada a dimensão e profundidade exigida. Pretendo apenas fazer um modesto e resumido levantamento de outras grandes vozes que os precederam, sustentaram e, de certa maneira, com elas e entre elas, se confundem.

Começemos por Enoque ou Canduro, o primeiro humano, na tradição hebraica, a quem os deuses pediram auxílio.

Lê-se em *Genesis* 5: 21-24: “E Enoque viveu 65 anos e gerou Matusalém (...) e Enoque andou com Deus e desapareceu, pois, Deus levou-o.” Enoque é lembrado também como Idris, na tradição árabe e Hermes Trimegistro na tradição esotérica egípcia, tendo descrito aquilo que se pode chamar de Ecosistema dos mundos espirituais. No *Livro de Enoque* diz-se que a ele foi revelada toda a história do Cosmos, até que do Céu desceu um cavalo que Enoque montou e ascendeu aos Céus. O que esta história nos pretende dizer é que Enoque não morreu como os humanos, porque não o era. Tal como outros semideuses e heróis, era um anjo a ocupar um corpo humano. Todas as histórias destes deuses e heróis são metáforas de memórias e de experiências subjectivas que muito contribuíram para transformar a psique humana durante vários milénios.



Dionísio ou Noé, do qual se diz ter descoberto a agricultura e a pastorícia, possuía o Tirso ou Caduceu, uma vara envolvida em serpentes, semelhantes a hera e coroada por uma pinha. O entrelaçar da serpente e da hera é uma imagem da formação da coluna vertebral e do sistema nervoso central dos seres humanos e animais e a pinha a glândula pineal. Na literatura do Zoroastrismo, Noé ou Dionísio chama-se Yima. Por sua vez, Rama-Alexandre, o grande sábio do Neolítico, deixou sucessores chamados os Sete Sábios ou Rishis, os quais foram os primeiros yoguis e filósofos indianos que deram origem ao livro Yogas Sutras, de Pantajali, escrito por volta dos 400 anos A.C.

Zaratustra começou a iniciar os seus seguidores em grutas isoladas e escondidas na floresta. Uma parte importante desta iniciação, com práticas violentas, consistia numa espécie de experiências



post-mortem e na forma como os mundos espirituais são enfrentados após a morte, sendo objetivo desta prática dotar o iniciado com a atitude certa perante a morte. Todos nós também já tivemos esta experiência. Quem não se recorda?

Zaratustra usava um manto coberto de estrelas e planetas como sinal do conhecimento que os grandes espíritos do Sol lhe haviam transmitido e dizia que *aquele que teme a morte já está morto*. Acabou, aos 77 anos, sendo assassinado no seu próprio altar.

Por volta do ano 3228 A.C., nasceu Krishna, pastor e profeta, considerado em alguns aspectos,

um precursor de Jesus Cristo, uma vez que pregava um evangelho de não-violência e de amor pela humanidade, como por exemplo, responder ao



mal com o bem e renunciar aos bens materiais, sendo o trabalho a única recompensa, ou seja, ideias que ninguém nunca defendera antes.

Em 3112 A.C., Krishna foi morto pelo irmão Kansa, sendo considerado esse ano o início da kalyunga ou Idade das Trevas que terá terminado, em 1889, segundo as tradições oriental e ocidental. Nesse mesmo ano, curiosamente, os maçons celebraram o fim desta época construindo monumentos nas principais cidades do ocidente.

Por volta de 2500 anos AC, viveu no Egito, Imhotep, conhecido como o Chefe dos Observadores. A civilização egípcia iniciava aqui a OBRA cuja missão era trabalhar a matéria até que cada partícula de matéria no universo tivesse sido espiritualizada, sendo a Grande Pirâmide a sua primeira manifestação.

A Gilgamesh, o grande rei de Uruk e herói da Sumeria, seguiu-se em 2100 AC, Nimrod, o Caçador, considerado o primeiro homem que procurou o poder pelo poder. Na tradição hebraica, uma profecia sobre o nascimento de Abraão levou Nimrod ao infanticídio em massa. Abraão que, após a sua estadia no Egito, onde o Faraó dera a sua filha Agar, como serva a Sara, sua esposa, tendo-lhe aquela dado um filho, Ismael, é considerado o pai das nações Árabes.

Moisés cresceu por volta de 1540 AC e, enquanto príncipe egípcio, foi iniciado por Jetro nos Misté-

rios Egípcios, como se pode ler em *Actos, 7:22*, em que pelo apóstolo Estevão é afirmado: *E Moisés foi instruído em toda a sabedoria dos Egípcios*” e, com ele, nasceu a Moral, os Dez Mandamentos inspirados no Livro Egípcio dos Mortos e a Cabala, o livro do Êxodo e o Deuterónimo, os ensinamentos místicos secretos do Judaísmo, assentea no misticismo dos egípcios que deram origem à vírgula de Pitágoras, ao *Pi*, ao *Phi* e à sequência de Fibonnacci, consideradas pelos egípcios como as harmonias secretas do Cosmos.

David, rei de Jerusalém, uniu as tribos de Israel e fez-se rei em 1004 A.C., tendo lançado as bases do Templo que seria concluído por seu filho Salomão, rei em 971 AC e que conduziu a humanidade para um mundo cada vez mais material, mas mantendo acesa a chama da espiritualidade, tal como a Maçonaria também o fez a partir do Século XVII. Depois de Salomão, vieram os profetas. Elias, quando morreu, ascendeu aos céus num carro de fogo, sendo o seu manto sido recolhido pelo seu sucessor Eliseu e Isaías que surge em 550 AC. Posteriormente, aparecem Ageu, Zacarias e Malaquias extinguindo-se a tradição profética por volta de 450 AC. Mas, noutras partes do mundo, outros iniciados notáveis abriam outras direcções para a condição humana como por exemplo, Siddartha Gautama, o Buda, 600 anos A.C. que defendia o Caminho do Meio ou Óctuplo Caminho e que a iniciação devia ser parte do desenvolvimento moral e pessoal de cada um.



Pitágoras, na ilha grega de Samos, por volta de 575 A.C., passou 22 anos a aprender os segredos dos sacerdotes egípcios, estudou com os magos da Babilónia e com os descendentes dos Rishis na Índia,

tendo dos seus ensinamentos emergido a matemática, a geometria, a astronomia e a música. Pitágoras, foi ainda o primeiro a auto-designar-se por amante da sabedoria, ou seja, filósofo, tendo procurado sintetizar todo o pensamento esotérico do mundo e do qual se diz ter sido o único homem a ouvir a música das esferas. Mas a mais famosa de todas as escolas de mistérios grega situava-se perto de Atenas, em Eleusis e procurava proporcionar experiências espirituais autênti-

cas, isto é, místicas, que muito influenciaram a evolução da consciência. Nesta escola andaram Ésquilo, Cícero, Sófocles, Sócrates e Platão e nela o processo de iniciação pretendia dar um conhecimento directo e existencial de que o espírito podia viver fora do corpo. Platão fundou a Academia em Atenas e os seus *Diálogos* são a expressão maior da filosofia que coloca a mente antes da matéria, designada por Idealismo e, como sabemos, Aristóteles foi seu discípulo.

III

Desde os primórdios dos tempos, a religião em que se acreditava era determinada pela raça ou pela tribo em que se nascia, até que, por volta de 200 A.C., o budismo emergiu como a primeira religião/filosofia proselitista e missionária. A condição humana estava a mudar e, inspiradas pelos filósofos gregos, as pessoas começavam a desenvolver capacidades de pensamento dedutivo e indutivo.

Em 140 A.C., Roma era a capital do mundo e um vulcão de ideias onde um cidadão podia escolher o culto oficial dos deuses, o epicurismo, o estoicismo ou o culto persa do Mitraísmo. Pela primeira vez na história, escolher um destes sistemas de crenças ou culto podia ser uma questão de vontade pessoal. E, ao mesmo tempo, o Império Romano construía-se enquanto as escolas de Mistérios caíam em declínio, induzindo uma crise espiritual na humanidade e criando assim as condições para o surgimento de Jesus, o Cristo, e de uma nova religião agregadora.

A vida de Jesus, tal como chegou até nós, pode parecer uma manta de retalhos de acontecimentos que o antecederam. Vejamos: Nascido de um carpinteiro e de uma virgem como Krishna; Nascido a 25 de Dezembro como Mitra; Anunciado por uma estrela no Oriente como Hórus; realizando milagres de cura como Pitágoras; ressuscitando dos mortos como Eliseu; executado numa árvore como Adónis; subindo aos céus como Enoque e Elias.

E, com Jesus, foi introduzido na humanidade um novo tipo de amor, o amor universal, compassivo e empático e o seu efeito na história do mundo não tem paralelo em amplitude e profundidade, nomeadamente, pelo contributo único de criar a ideia de vida interior, da importância do indivíduo

e do poder do amor.

Constantino declarou o Cristianismo como religião oficial do império, não só porque sua mãe já era cristã, mas porque, segundo ele próprio afirmou, teve um sonho no qual Jesus lhe apareceu e lhe disse para colocar o sinal da cruz no seu estandarte com a inscrição: “*Por este sinal vencerás*”. E assim aconteceu.

Sob a égide de Constantino, a Igreja começou a suprimir os ensinamentos iniciáticos, a reduzir a dogmas os seus ensinamentos esotéricos e, em 325, o concílio de Niceia, seleccionou, entre os muitos evangelhos em circulação, quais eram os verdadeiros. Em 361, o sobrinho de Constantino, Juliano, tentou inverter esta onda de intolerância religiosa, mas acabou por ser morto, tendo-lhe seguido Teodósio que, ainda mais que Constantino, retomou a política implacável de repressão a quem discordasse da linha oficial da doutrina cristã, tendo encerrado as escolas de Mistérios e contribuindo assim para quase universalizar a religião cristã.

Em 570, uma criança chamada Maomé nasceu em Meca. Quando tinha 6 anos perdeu os pais e tornou-se pastor e condutor de camelos, depois comerciante e, aos 25 anos, casou-se com uma viúva rica tornando-se assim um dos cidadãos mais respeitados de Meca.

O centro religioso de Meca era, então, uma grande pedra negra de granito chamada Caaba que, segundo algumas tradições, teria caído na Terra oriunda do sistema solar de Sírios. Nessa altura, as regiões árabes eram povoadas por tribos xamânicas que adoravam os seus próprios deuses e espíritos. Nas suas viagens comerciais, Maomé conheceu o judaísmo e ouviu histórias sobre Jesus e convenceu-se que a Arábia necessitava de um profeta que pudesse purgar o povo das superstições, da corrupção e uni-lo num propósito cósmico.

Um dia, segundo ele própria dizia, estava Maomé sentado nas colinas em redor de Meca, pensando em como esse objectivo poderia ser alcançado quando um anjo apareceu diante dele, dizendo-lhe ser o anjo Gabriel, mostrando-lhe uma tábua em ouro e pedindo-lhe que a lesse. Maomé protestou dizendo que era analfabeto, mas quando Gabriel lho ordenou pela 2ª vez, Maomé desco-

briu que podia ler. Desta forma se iniciaram uma série de conversas que viriam a tornar-se o *Corão*.

Mais tarde, Maomé foi à cidade pregando o que Gabriel lhe ensinara, resumindo-se a sua mensagem prática e simples, mas muito semelhante ao conteúdo dos dez mandamentos: *Alá é o único Deus e Maomé o seu profeta. Abandonai a idolatria. Não roubeis. Não mintais. Não difameis. E nunca vos embriagueis. Se seguirdes os meus ensinamentos, seguireis o Islão*.

Para não ser morto, Maomé fugiu para Medina onde reuniu os seus apoiantes. Regressou a Meca em 629, estabelecendo, a partir daí e até à sua morte, quatro anos depois, o controlo sobre toda a Arábia. A combinação do monoteísmo radical de Maomé com o método científico aristotélico alavancou, de forma exponencial, o pensamento árabe que, absorvendo e propagando novas ideias, inspiradas pelo Zoroastrismo, budismo e hinduísmo, permitiu fazer grandes progressos científicos em muitas áreas desde a medicina à matemática.

O cunhado de Maomé, Ali, que era sufi, e a sua filha Fátima, governaram grande parte do norte de África e criaram uma escola de filosofia esotérica chamada Casa da Sabedoria, na qual existiam 7 graus iniciáticos. Um destes iniciados foi Hassan, o velho da montanha que criou a partir de 1090, no Irão, um exército de agentes secretosos *hashishin* (assassinos).

Na mesma época e região, em 800, Haroun al Rashid foi outra extraordinária personagem, o califa das Mil e Uma Noites, assim como Rumi, poeta e professor que criou a Mevlevi, a ordem dos dervixes rodopiantes dos sufis. E, não fossem as 3 gerações de reis francos, Carlos Martel, Pepino e Carlos Magno, o Islão teria varrido o Cristianismo da face da Terra.

Fontes:

Ritual do Grau 32

Black, Jonathan, *História Secreta do Mundo*, Odivelas: Alma livros, 2018

Ohlig. Karl-Heinz, *Religião*, Alfragide: Casa das Letras, 2007.

José Rosseau, 32º

Liberdade de Consciência

A Liberdade de Consciência é um dos pilares essenciais da condição humana, profundamente entrelaçado com a busca incessante por sentido, dignidade e transcendência. No seio da Maçonaria, esta liberdade não é apenas um objectivo; é a essência da jornada espiritual e moral que molda a evolução do ser humano ao longo da história.

O conceito de Liberdade de Consciência pode ser traçado até ao primeiro capítulo do *Génesis*, onde encontramos a criação do homem: "E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (*Génesis 1:27*). Esta passagem sublinha a Liberdade como uma condição intrínseca à dignidade humana.

Quando Adão e Eva descobrem a sua nudez e se cobrem com aventais, essa acção simboliza a tomada de consciência moral e a responsabilidade que dela decorre. A partir deste momento, a Liberdade humana passa a ser associada não apenas à autonomia, mas também à capacidade de discernir entre o bem e o mal.

No Novo Testamento, Jesus Cristo oferece-nos um princípio ético universal: "Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós" (*Mateus 7:12*). Esta máxima coloca a Justiça no centro da Liberdade, sugerindo que a verdadeira Liberdade só é possível quando as nossas acções são guiadas pelo respeito e consideração pelo outro. Na Maçonaria, este princípio é fundamental, reflectindo a ideia de que a Liberdade individual deve sempre ser exercida em harmonia com o bem comum, transformando a ética da reciprocidade numa base para a construção de uma sociedade justa e fraterna.

O trabalho, conforme descrito no *Génesis*, "E o Senhor Deus tomou o homem e pô-lo no jardim do Éden para o lavrar e o guardar" (*Génesis 2:15*), não é apenas uma tarefa, mas uma vocação que confere sentido à existência humana. Na tradição maçónica, o trabalho é visto como uma forma sagrada de expressão da Liberdade criativa do indivíduo. É através do trabalho que o ser humano transforma o mundo e a si próprio, construindo, dia após dia, o templo da sua alma. Este conceito

reflecte a crença de que a Liberdade de Consciência se manifesta plenamente quando o trabalho é orientado por princípios éticos e morais elevados.

Neste contexto, surge um desafio moderno: o impacto da inteligência artificial no conceito tradicional de trabalho. Elon Musk, uma das vozes mais influentes no campo da tecnologia, afirmou que "a inteligência artificial vai colocar a sociedade numa situação onde o trabalho não será necessário". Esta previsão levanta questões profundas, especialmente para a Maçonaria, para a qual o trabalho é considerado um dos seus "Landmarks", ou princípios fundamentais. A Maçonaria ensina que o trabalho é não apenas um dever, mas uma forma de realização pessoal e espiritual, sendo essencial para a dignidade humana e a construção de uma sociedade justa.

Será possível organizar a sociedade humana sem o trabalho? Esta é uma questão para a qual ainda não temos resposta. Estaremos a falar de novos tipos de trabalho, adaptados a uma era tecnológica, ou enfrentaremos um desafio sem precedentes, onde o conceito de trabalho se dilui, comprometendo os valores que sustentam a nossa civilização? A resposta a esta questão é incerta e desafia-nos a reconsiderar o papel do trabalho na nossa busca pela Liberdade e pela realização humana.

A Maçonaria, desde os seus primórdios, promoveu o diálogo entre diferentes culturas e religiões, baseando-se em princípios universalistas de Justiça, Liberdade e Progresso. A Ordem do Templo, por exemplo, estabeleceu as primeiras formas de relações internacionais, onde o respeito mútuo e a busca pelo bem comum se sobrepunham às diferenças culturais. Este espírito de universalismo ético encontra eco nas Nações Unidas, uma instituição moderna que, apesar das suas limitações, tenta replicar esses valores humanistas num mundo cada vez mais globalizado.

Na contemporaneidade, a Liberdade de Consciência enfrenta novos desafios, especialmente com o advento da biopolítica, conceito desenvolvido por Michel Foucault. A biopolítica refere-se à forma



como as sociedades modernas regulam a vida humana através de tecnologias e políticas que controlam desde o nascimento até à morte. Este controlo levanta questões profundas sobre a autonomia individual e o papel da liberdade numa sociedade cada vez mais tecnocrática.

O professor Tiago Saraiva, no seu livro *Porcos Fascistas*, destaca como o regime nazi utilizou a tecnologia na agricultura para manipular e controlar a população. Este exemplo sombrio alerta-nos para os perigos de uma racionalidade tecnocrática que subordina a dignidade humana a objectivos puramente utilitários.

O surgimento da inteligência artificial e do transumanismo abre novas fronteiras para o conceito de Liberdade. A inteligência artificial, definida como a capacidade das máquinas de realizar tarefas que antes requeriam inteligência humana, desafia a nossa compreensão sobre o que significa ser livre. O transumanismo, que procura transcender as limitações biológicas humanas através da tecnologia, levanta questões sobre até que ponto podemos alterar a nossa própria natureza sem perder a nossa essência.

Será que, ao ultrapassar as limitações biológicas, o ser humano se tornará mais livre, ou estará a sacrificar algo essencial da sua humanidade? A ficção científica, em filmes como *O Exterminador Implacável* e *Matrix*, sugere que a batalha final da humanidade será pela preservação da sua "partícula divina", aquela essência que nos torna seres conscientes e livres.

A Maçonaria, na sua rejeição aos dogmas e na sua busca constante pela verdade, convida-nos a reflectir sobre estes dilemas modernos. Como continuaremos a procurar a verdade num mundo onde o progresso tecnológico nos trouxe até aqui? Seremos capazes de encontrar a verdade sem este progresso, ou este é um meio indispensável para a nossa jornada espiritual?

A liberdade de consciência, tal como a própria Maçonaria, é um movimento contínuo em direcção ao divino. Ela desafia-nos a enfrentar as complexidades do mundo moderno com coragem, sabedoria e ética, assegurando que, mesmo em meio às transformações tecnológicas e sociais, não percamos aquilo que nos torna verdadeiramente humanos e livres.

Este texto pretende não só esclarecer, mas também inspirar uma reflexão profunda sobre a importância da liberdade de consciência no mundo contemporâneo, reafirmando o seu papel central na busca da humanidade por dignidade, justiça e transcendência.

Vasco Fonseca, 32º



JUSTIÇA E EQUIDADE

I

Escrever sobre Justiça e Equidade despertou em mim memórias da adolescência quando tinha o sonho de contribuir para um mundo melhor e, orientado por uma amiga que estudava Direito, li Fezas Vital, Marcelo Caetano, a Constituição de 1933, entre outras leituras.

Desde os 11 anos, quando disputei e ganhei a eleição para chefe de uma turma com alunos complicados, alguns dos quais com 18 anos, a Justiça e a Equidade, sob outros nomes como direitos e deveres, protecção dos mais fracos, evitar abusos de poder ou da força bruta pelos mais velhos ou mais fortes, foram sempre o meu moto.

O coronel Oliveira e Silva, director da escola preparatória Avelar Brotero em Odivelas, perante os meus protestos sobre os desmandos ou o que chamamos hoje de bullying, desafiou-me a dar o passo em frente, tomando nas minhas mãos a defesa da justiça e da equidade na minha turma.

Fui chefe de turma até ao final do Liceu Camões e, mais tarde, membro da comissão da orquestra do São Carlos, assim como Presidente da Comissão da Orquestra Régie no Porto, tendo conseguido que passássemos de contratos a recibo verde para contratos de trabalho sem termo. Isto no governo de Cavaco Silva.

Serve este arrazoado para demonstrar a minha preocupação e desconforto, sempre presentes, com a aplicação da justiça e os vícios de que enferma a natureza humana no abuso sistemático do poder quando não escrutinado e enquadrado por leis onde, mais do que o direito à justiça, seja garantido que esta é aplicada a todos por igual, independentemente da raça, credo, origem social, nacionalidade ou ideologia.

Há um ano, José Lamego, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, deu a sua aula de jubilação à qual tive o privilégio de assistir.

Entre alguns autores citados, retive os, para mim, desconhecidos Lacan e Bobbio. Terminou a aula sublinhando a diferença entre o bem maior e o mal menor.

Há muito que digo que numa sociedade autocrática, numa ditadura por exemplo, não são necessárias muitas leis nem o conhecimento delas pois a força da repressão e os meios ao dispor do poder

zelam e são suficientes para o seu cumprimento. Em democracia, as leis têm de ser acatadas, cumpridas e entendidas para que haja um equilíbrio entre os direitos fundamentais e o dever de preservar e zelar para que o direito de um não colida ou invada o direito de outro.

José Lamego terminou com a teoria seguinte: o bem maior é próprio das ditaduras. Normalmente qualquer ditador pretende ter a panaceia para todos os males e a receita ideal para o futuro de cada um, da nação, do país, da humanidade. A noção de bem maior é algo que, sem ponderação, pode ser tragicamente abusiva, conduzindo ao abismo.

Em democracia, deve prevalecer a noção de mal menor, o que se consegue em nome do equilíbrio entre os direitos e deveres de cada um ou, na diplomacia de cada estado. Este mal menor e a sua noção é um garante da paz, por exemplo.

Parece ridículo falar de mal menor. Não é um mal em si mas uma assunção de humildade a qual deve presidir a qualquer decisão equitativa.

O casamento de décadas é um exemplo prático de um mal menor que se negocia para que não aconteça o mal maior - a separação. Numa família, numa associação, somos sempre confrontados com situações em que, crendo numa solução convictamente, temos de considerar o outro lado, por vezes aceitá-lo a contragosto, a fim de preservar o que realmente interessa - a família, a associação - porque juntos, todos diferentes mas juntos, perseguimos um bem que nos trouxe até aqui como civilização - o todo é maior que as partes.

Numa sociedade livre e de democracia plena, assumir a nossa finitude, os nossos defeitos, as nossas crenças espúrias, as nossas certezas vãs, numa humildade sábia, sagaz, plena de empatia, dá-nos os utensílios para um direito tornado justo porque exercido com equidade.

II

No passado dia 28 fui palestrante de um seminário de pós-graduação no ISCAP, no Porto, junto com o Tenente-General Xavier de Sousa, ex vice chefe do Estado Maior do Exército e a Dr.^a Júlia Teixeira, especialista em HR, recursos humanos, quadro da Sonae.

O balaústre constará dos aspectos abordados por mim e meus companheiros de painel sobre as ca-

racterísticas de um líder na gestão de grupo, as qualidades necessárias, os problemas com que se depara e as ferramentas necessárias para o uso da liderança com justiça e equidade ou fairness, na expressão mais abrangente de John Rawls.

Humildade

Um líder deve estar ciente que estará sempre sujeito a novos desafios, novos subordinados, impasses, situações de risco que nem sempre se repetem. Tem de aplicar as regras de modo igual para todos sem esquecer que, ao lidar com seres distintos, o bem de uns pode não ser eficiente com alguns. Nem todos obedecem ao mesmo padrão familiar, etário, de nacionalidade. Também as mesmas palavras têm por vezes resultados distintos conforme o receptor. Psicologia, Sociologia, Justiça, embora obedecendo a critérios científicos, não se esgotam em teses, antes se enriquecem no confronto dialéctico eterno da natureza humana. Assim, o melhor líder será um eterno aprendiz.

Coragem

Ao aplicar regras e directivas ao grupo, naturalmente que estas não vão agradar a todos. Sobretudo em situações extremas (guerra, concerto, planos de desenvolvimento), a prontidão da resposta exige obediência, empenho, sacrifício pessoal. Em nome de um bem maior um líder tem de ter a coragem necessária para decidir e exigir o que alguns poderão considerar para lá do aceitável e humanamente exigível. A abnegação exige coragem. Por isso é comumente aceite que é em situações de crise que se vêem os verdadeiros líderes.

Equidade

Num livro antigo sobre as forças armadas de Israel, li que tinham a percentagem maior de oficiais mortos em combate de todo o mundo.

Um verdadeiro líder não pode exigir aos subordinados o que não seja ele próprio capaz de executar.

Como bem se diz na nossa Augusta Ordem, respondendo à pergunta do V.:M.: - és Maçon?, o 1.º Vigilante responde: -"os meus Iir.: reconhecem-me como tal".

Assim se deve passar, também, num corpo de indivíduos. O líder, para agir como tal e ver cumpridas as suas directivas mais árduas, tem de ter o reconhecimento dos subordinados o qual será tanto maior quanto mais equitativa for a sua atitude e as suas directivas.

Outra forma de exercer a justiça é a capacidade de partilhar o poder reconhecendo capacidade aos subordinados e semeando ele próprio a semente da liderança. Em "O Príncipe", Maquiavel aborda esta

questão.

Ignorância

Como escreve John Rawls, entre outros, o líder, como o legislador, deve ignorar a quem se aplicam as directivas definidas para que não beneficie ou proteja uns em detrimento de outros. Ignorância como cegueira, são atributos primeiros de um líder justo e equitativo.

Humanidade

Na tarefa árdua de comandar nunca deve faltar a capacidade perdoar; poupa a vida s em combate, actuares com bom senso.

Quando alguém cumpridor e honesto erra, o erro já é uma punição em si. Ninguém comete erros de propósito.

Quando, em combate,,o inimigo cai indefeso, cabe ao líder impedir a chacina e a sede de vingança.

Humanidade, mais do que um substantivo, tem de ser um adjectivo, sobretudo na sociedade actual onde a concorrência, impiedosa, por vezes desleal e destrutiva, impera.

Por último e não menos importante, temos de enriquecer a liderança de boas práticas, bons costumes porque, pior do que a inteligência artificial, será o exercício de um Poder artificial sem os valores e os princípios que nos trouxeram até aqui. A fraternidade, a solidariedade, a humanidade onde a Liberdade refulge porque é partilhada na consciência plena dos direitos e nos deveres que nos assistem.

Bibliografia:

Lamego, José, *Filosofia do Direito*, Coimbra: Ed. Almedina, 2021;

Rawls, John, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa: Ed. Presença, 2013.

António Saiote, 31º.



Do Tetraktys...

O estudo pitagórico dos números começou com uma busca espiritual, de certa forma parecida à cabala hebraica, onde cada número tinha uma identidade simbólica.

O **um**, a mónada, era gerador de todos os números, pois cada número pode ser criado a partir dele por adição repetida. Tinha, portanto, um estatuto especial e não era propriamente considerado um número. Era a mónada, símbolo da razão, do definido e do estável. Estava também associado ao lado direito.

O **dois**, a díada, significava a diversidade, o indefinido. Estava associado ao lado esquerdo e era considerado como o princípio feminino.

O **três**, a tríada, era evidentemente a união entre a mónada e a díada, símbolo, portanto, da harmonia e da perfeição. Estava associado ao tempo e era considerado como o princípio masculino.

O **quatro** significava a lei universal e inexorável e, portanto, a justiça, uma vez que $4=2+2$. Era considerado como a chave da natureza e do homem.

O **cinco** era a união da díada e da tríada, do feminino e do masculino e, por isso Símbolo do matrimônio e do triângulo divino ($3^2 + 4^2 = 5^2$). Cinco eram também os poliedros regulares, sólidos cujas faces são polígonos regulares idênticos: o tetraedro (4 triângulos), o cubo (6 quadrados), o octaedro (8 triângulos), o dodecaedro (12 pentágonos) e o icosaedro (20 triângulos). Representa os cinco elementos que constituíam o universo: fogo, terra, ar, água, e a abóbada celeste que rodeava tudo. O cinco revestia-se de grande importância, pelo que, sob a forma de pentagrama, se tornou o emblema pitagórico, usado pelos membros da seita para se reconhecerem uns aos outros.

Ainda mais sagrado do que o cinco era o **seis**, símbolo da procriação, o masculino e o feminino ($6=2*3$) e, sobretudo o primeiro número perfeito. Diz-se que um número é perfeito quando é igual à soma dos seus divisores, incluindo a unidade exceptuando o próprio número. No caso dos seis,

esses divisores são 1,2,3.

O **sete** simboliza a virgindade, pois não é gerado nem gera. Estava por isso associado à saúde e à luz. Sete eram os astros errantes que davam os nomes aos dias da semana.

O **oito** era o símbolo da amizade, da plenitude e da reflexão. Tratava-se do primeiro número cúbico.

O **nove** era o símbolo do amor e da gestação.



O **dez**, a década ou *tetraktys*, era o símbolo de deus e do universo. Uma vez que para os pitagóricos, os quatro primeiros números continham o segredo da escala musical, a sua soma ($10=1+2+3+4$) era considerada como a perfeição a síntese da «natureza toda do número», nas palavras de Aristóteles. Como princípio e fundamento de tudo, a *tetraktys* era a expressão máxima do misticismo numérico dos pitagóricos, pois, representado sob a forma de triângulo equilátero, o anagrama era usado no juramento pitagórico.

«Juro por Aquele que gravou na nossa alma a *tetraktys*, fonte e origem da natureza eterna!»

-Juramento pitagórico recolhido nos versos de ouro.

A educação pitagórica era ministrada mediante símbolos de difícil interpretação, de carácter sen-

tencioso e arcaico. À semelhança das palavras dos oráculos, eram difíceis de entender mas, uma vez descobertas as suas chaves de interpretação, era possível superar o enigma e aceder a um conhecimento de ordem superior. As máximas que os acusmáticos memorizavam eram lições orais idênticas a alguns preceitos religiosos gregos ou às normas das religiões misteriosas e classificavam-se em três tipos:

- Definições por meio de perguntas, que indicavam “o que é algo”:

“ O que é o oráculo de Delfos? - A tetraktys.”

“ O que são as ilhas dos Bem-Aventurados? -O sol e a Lua.”

- Definições pelo melhor, que designavam “ o que é o mais “:

“ o que é o mais justo? - Sacrificar.”

“ O que é o mais sábio? - O número.”

“ O que é o mais belo? - A harmonia.”

“ O que é o mais poderoso? - O saber.”

“ O que é o mais excelente? - A felicidade.”

- Normas de comportamento, que indicavam “ o que fazer e o que não fazer”:

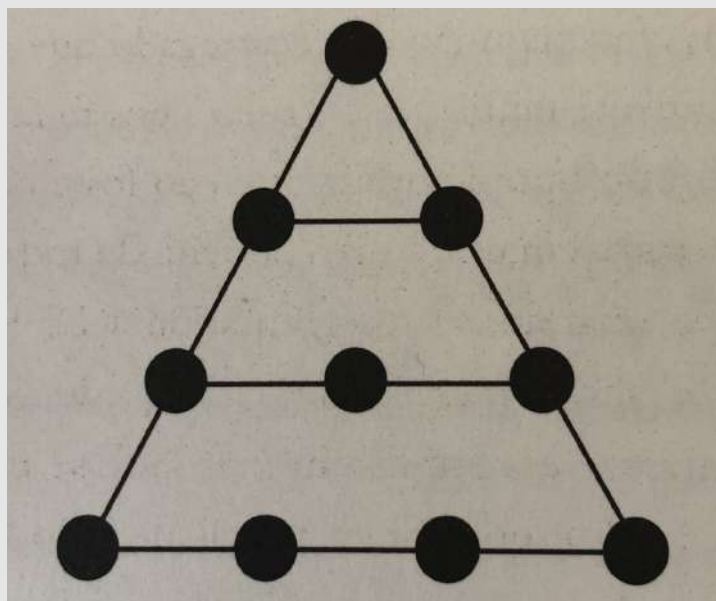
“ Não passar por cima da balança” (não violar a igualdade e a justiça).

“ Não ferir o fogo com a espada” (não incitar a ira e a indignação dos poderosos).

“ Ajudar a transportar a carga e não impô-la “ (não levar a que alguém deixasse de fazer algo).

“ Não comer coração “ (não atormentar o ânimo com angustias e dores).

Uma das definições-chave como forma de aprendizagem por meio de perguntas e respostas introduzia um conceito fundamental no pitagorismo: a *tetraktys*, o conjunto dos quatro primeiros números, cuja soma tinha como resultado o número 10, o número perfeito no pitagorismo posterior.



O capítulo V do livro I da *Metafísica* de Aristóteles intitula-se “Os pitagóricos e a sua doutrina dos números” (*Metafísica*, 985b, 986^a). Este texto do Estagirita, considerado como uma fonte primária, é a exposição sobre a filosofia pitagórica mais

aceite pelos especialistas. O capítulo inicia-se com uma aproximação clara e concisa e, por isso mesmo magistral:

«Os filósofos pitagóricos dedicaram-se ao cultivo da matemática e foram os primeiros a fazê-la progredir [...] Supuseram que todas as coisas existentes são números - isto é, os elementos dos números são os elementos de

todas as coisas existentes e a totalidade do universo é harmonia e número. A sua razão consistia no facto de que as propriedades numéricas eram inerentes à escala musical, aos céus e a muitas outras coisas.»

Pitágoras e os seus seguidores identificavam muitos tipos de números e atribuíam-lhes características morais e físicas.

Por exemplo, os números ímpares eram femininos e os pares masculinos. Alguns números eram amistosos e compatíveis, mas outros eram malvados e não se davam bem com os demais; podiam até trazer azar à Humanidade.

A tarefa da aritmética era descobrir os diferentes tipos de números, o modo como se relacionavam entre si e qual o lugar de cada um no plano divino.

O pitagorismo tornava-se, assim, numa espécie de teologia do número e o matemático era o teólogo que desvendava a ordem divina.

No entanto, a que se referiam exatamente com o termo «número»? Os pitagóricos usavam três definições: Número é uma «imensidão limitada», uma «combinação ou amontoamento de unidades» e uma quantidade que flui». Na realidade Pitágoras imaginava os números como figuras, representando, por exemplo, os números quadra-

dos por pontos formando um quadrado. De facto, ainda hoje falamos de quadrados e cubos dos números, termos criados por Pitágoras

O mestre refere também números oblongos, triangulares, piramidais, etc., nos quais as quantidades de cada número correspondem ao número de pedras necessárias para obter as formas em questão. Tudo leva, portanto, a crer que, de uma forma elementar, o mestre tinha uma visão atómica do mundo, na qual os corpos eram constituídos por moléculas que, por sua vez, eram formados por átomos, dispostos em formas concretas, como ele entendia os números. Talvez fosse por isso que considerava os próprios seres vivos como

«números móveis» - Para lá do salto místico, este tipo de álgebra geométrica foi o precursor da actual álgebra simbólica.

Bibliografia

- Alsina, Claudi, *A seita dos números: O teorema de Pitágoras*, Coleção o mundo é matemático, National Geographic, 2010.
- Sánchez, Marcos Jaén, *O teorema de Pitágoras: Um segredo encerrado entre três paredes*, Edição especial, National Geographic, 2018

Rui Mouzinho, 31º



REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA

"Quando a justiça é capenga e injusta, a impunidade é a lei"

Aquilino Ribeiro em "Quando os Lobos Uivam"

Qual a cor da justiça?

Que forma assume, em que matéria assenta, qual a sua dimensão para a humanidade e o meio? Como foi criada e qual o seu propósito? De onde veio e quais os fins que se pretende venha a atingir? Onde se inspira? De onde emana e como se aplica?

Para que serve afinal?

São muitas as versões da justiça e dependem de tantas variáveis quantas a imaginação possa encontrar. Navega nesse mar colorido feito de ideias e opiniões, mais ou menos alinhadas, procurando a verdade em cada momento, sujeita a factores diversificados e particularmente centrada na humanidade.

O conceito aparece algures na antiguidade, sob influência dos deuses, ou desde que o homem consciente reconhece a sua necessidade, como forma de resolver ou arbitrar uma disputa, a posse de um bem, ou simplesmente decidir sobre a consistência de uma verdade.

Foi um assunto recorrente entre os filósofos gregos, como forma de estabelecer as regras que regulavam as sociedades de então, transitando muito do seu conteúdo para a actualidade, através da tradição romana, um dos pilares dos conceitos que governam as sociedades ocidentais dos nossos dias. Com Justiniano assistiu-se à consolidação da herança jurídica romana, com reflexos na transmissão para os sistemas modernos e futuros.

Assim entendida, como forma de manter a coesão dos grupos ou sociedades, assumiu formas diversificadas de entendimento e de aplicação, consoante as lideranças os regimes, raças, religiões ou outras mais marginais e restritas, onde se pode manifestar, incluindo a própria natureza, não fora também o berço da humanidade e componente indissociável da existência humana.

Antiguidade Clássica - Generalidades

Na antiguidade, foi provavelmente dos grandes temas de debate o mais importante, por estar intimamente relacionado com a forma de regular a vivência em democracia, onde a liberdade e a igualdade entre iguais assumiu grande importância, do ponto de vista das civilizações de então.

A justiça estaria presente em todos os actos sociais,

desde os mais triviais à governação, por qualquer decisão poder, de uma forma ou outra, necessitar da sua validação fosse num mero roubo de rua, fosse de uma decisão de posse ou tomada de poder administrativo, fiscal ou tão somente uma separação matrimonial. Sem o conceito de justiça muito provavelmente se instalaria o caos em pouco tempo.

Mas o conceito estava também dependente da sua verificação e aplicação, o que conduziria a grandes debates dialécticos e profundos, abrindo brechas insanáveis e até hoje impossíveis de corrigir, tal a riqueza que a diversidade veio a demonstrar pelos séculos que se seguiram, até aos nossos dias.

Viver uma vida em justiça, cultivar a justiça na educação, na cultura, na amizade, no amor, no matrimónio e mesmo na morte, seria a normalidade de então. Se por um lado se garantiam valores como a liberdade e a igualdade, por outro também se teciam as amarras que os limitavam, criando a abertura para a instalação de visões mais redutoras, consoante o pulso do poder da justiça.

Ainda assim, do ponto de vista filosófico, a justiça financeira a procura da verdade em todas as circunstâncias, mesmo admitindo a diversidade de opiniões a que se expunha.

Impunha-se assim a necessidade não apenas de regulamentar, mas também de estabilizar conceitos, o que viria a ser a motivação para o que já se adivinhava, por séculos muito mais à frente.

O registo passou a assumir um papel determinante, sem o qual a justiça ficaria ao alcance da multiplicidade de interpretações possíveis, estabilizando ideias regras conceitos, formas de a comunicar e disseminar localmente, mas também territorialmente, estendendo o seu longo braço, onde quer que existissem causas.

Nesse aspecto, as religiões tiveram um papel determinante por dominarem a escrita, vindo a ocupar um lado mais sombrio da justiça que, assim, ficaria refém do olhar dominador destas sociedades, deturpando para controlar, num tempo em que reinava a ignorância e o saber apenas ao alcance de alguns.

Foi assim durante os tempos mais fechados e negros da humanidade, que precederam a criação das democracias modernas.

Nestes tempos muitos dos pensadores estavam centrados em ideias mais voltadas para o interior e, assim, também contaminadas por certas vertentes e verdades oriundas de escritos de cariz religioso, que não esclareciam, antes disseminavam ideias e conceitos dissonantes das realidades de então, usando a justiça como meio de preservar o poder com que dominavam os povos.

Outros, porém, ousaram desafiar tais poderes, usando a escrita como registo de ideias que desmistificavam e clarificavam, trazendo para o lado da justiça a procura da verdade isenta, imparcial, salientando a sua dimensão no seio de classes mais iluminadas que, viriam a

produzir milhares de debates lúcidos, disseminados nos quatro cantos, através da descoberta da multiplicação da escrita.

Sucederam-se tempos de muitas ideias ao alcance de muitos, o que tornou a justiça, esse bem precioso, numa arma poderosa, mas também a defesa dos poucos e dos muitos que dela se puderam servir.

Se, por um lado, a justiça permitiu que poderosos se instalassem e decidissem sobre o destino de povos, dos fracos e indefesos, também foi através da justiça dos povos que os indefesos recuperaram a liberdade, dentro dos limites a que a própria justiça sempre esteve e estará confinada, dependendo de quem a ministra, influencia ou detém, ou de quem a governa ou dita.

Fonte de disputas, guerras e provavelmente de todos os grandes eventos disruptivos, esteve também na base de todos os grandes feitos da humanidade, tornando-se o suporte de praticamente todos os regimes totalitários e também de todas as democracias.

Esta aparente dicotomia transforma a sua necessidade em dependência, e necessidade para uma vida em sociedade, como garante da sua sobrevivência, enquanto outros modelos mais avançados, ao nível da ética e da moral, não se desenvolvem para estados mais evoluídos, tendo em vista o bem comum.

Enquanto utilizada pelo seu lado positivo a justiça promove e desenvolve as sociedades, mas sempre que empunhada pelo lado negativo, conduzirá à opressão e potencialmente à desagregação e ao caos.

É exemplo recente, a decisão do Supremo Tribunal da Venezuela que, válida a vitória nas eleições e reconduz o actual ditador ao cargo de presidente, prossequindo o caos já instalado, numa sociedade aprisionada pelo poder, actualmente suportado pela justiça, ao serviço de uma ditadura.

O iluminismo

Iluminada pela razão e pelos direitos naturais e universais, a justiça libertou-se das amarras do poder, defendendo a defesa dos povos em liberdade, igualdade, propriedade e sem limites impostos pela sua condição social.

Atribuía, assim, aos governados, direitos que os conduziram à participação dos seus destinos, colocando-a no centro do equilíbrio e harmonia social, já muitos séculos antes discutido por Platão (Grécia, 428–348 a.C.) em a *República* e Aristóteles, à imagem de Atenas e da justiça em democracia de então, agora com efeito transversal à sociedade, assegurando, a vontade colectiva, na protecção dos seus direitos, como órgão independente dos poderes, executivo e legislativo, garantindo tratamento igual perante a lei vigente, independentemente de sistemas de classes, com equidade e tratamento equilibrado com proporcionalidade.

O liberalismo

Estavam a ser criadas as bases para os movimentos que transportariam a justiça e os seus conceitos até



aos nossos dias, com o desenvolvimento do liberalismo que, traria a justiça, mais uma vez, para o palco social, em plena revolução industrial com grande disrupção no seio de uma sociedade em plena transformação tecnológica, afundando de novo os direitos individuais e colectivos no desenvolvimento tecnológico desenfreado que, conduziria a mais um confronto de efeitos devastadores pelas décadas que se seguiriam.

Novas classes sociais surgiriam com enorme

impacto nos conceitos de justiça já que, muitas vezes, os fins ditariam os meios e os novos poderosos influentes e detentores da riqueza iriam ditar para reinar na tentativa de subjugar para vencer.

O modernismo

Com a plena instalação das grandes transformações sociais, a justiça volta ao palco dos debates existenciais, com especial ênfase para as desigualdades entretanto criadas com o advento do conceito de *capitalismo*, e da falta de recursos que, origina pobreza generalizada, a par do crescimento das grandes metrópoles, para onde os povos migram na miragem de melhores condições de vida.

Nas mentes iluminadas dos filósofos de então (com destaque para Karl Marx, Alemanha 1818- 1883, Reino Unido), o conceito de justiça tem que encerrar em si as questões sociais, para a resolução das injustiças criadas pela nova realidade, promovendo a gestão dos recursos de forma equitativa e justa para o que, a primeira grande guerra e as disrupção que se seguiram vieram a ter um papel determinante, com a fundação de instituições de defesa dos direitos das mulheres e dos homens, de raça e outros a nível global.

Torna-se inevitável o destaque para um aumento de complexidade generalizado, ao nível da justiça a qual, a par dos direitos humanos, iria desenvolver inúmeras áreas de actuação incluindo economia e justiça internacional.

Estavam criadas as bases para que a justiça abraçasse a comunidade global, com todas as consequências que daí adviriam para as sociedades e assim para a diversidade que, tenderia para o novo conceito de globalização.

Estaria preparada para o futuro e para abraçar, desde já, a actualidade?

A actualidade

Na actualidade a justiça viria a reflectir o desgaste de anos, décadas e séculos de estruturas administrativas desadequadas e incapazes de responder a sociedades mais exigentes e complexas, onde os tempos de resposta não se coadunam com sistemas inoperantes, desgastados e desajustados das novas realidades sociais.

Confronta-se com situações que não se encaixam nos padrões existenciais para que foram desenhados, reflectindo novos conceitos de igualdade e novas interpretações de vida em liberdade, onde as instituições se apresentam também como *players*, detendo poderes e níveis de inovação muito para além dos poderes da justiça institucional tradicional, fraca e incapaz de acompanhar os actuais desafios que os novos tempos colocaram no tabuleiro das sociedades, apetrechados com tecnologias de alcance imprevisível e inatingível pela miopia de uma justiça moribunda, prestes a ser esmagada pelo peso da inoperância, da estagnação e da resistência em se modernizar, por forma a acompanhar os tempos que correm à velocidade da luz, nos electrões dos novos sistemas de comunicação.

Novos tempos, novas vontades, um novo paradigma prestes a transitar para o novo mundo anunciado há décadas, onde a justiça será certamente diferente para o bem e para o mal da humanidade, consoante a perspectiva.

A justiça do futuro, a existir, não mais verá o papel, o malhete, ou a sentença, nem a sala onde se aplica ou comunica ao cidadão ausente, ou à sociedade indiferente, já prisioneira de outros mundos e realidades localizadas em patamares de virtualidade onde a vida decorre consoante directrizes pré-programadas.

O futuro e as novas tecnologias da comunicação

O advento das novas tecnologias, sobretudo associadas à comunicação, vem estender a discussão sobre tudo o que navega nos rios da informação, a todos os cidadãos sem excepção, desde que munidos de dispositivos de uso comum, vulgo telemóveis. Esta realidade, ironicamente, coloca a justiça de volta à praça pública, não a da antiguidade, onde o cidadão se exprimia entre os demais de forma presencial, mas à praça virtual onde reina a mistificação e se torna impossível o debate de ideias com ética e verdade ,ao serviço dos mais altos ideais.

A vulgarização, a mentira e a mediocridade, encontram nestes novos meios o ambiente propício à sua prospe-

ridade, reduzindo a justiça ao julgamento populista de outros tempos, mais obscuros, sem qualquer possibilidade de escrutínio ou defesa, substituindo a prova, a avaliação e o contraditório pela lei do mais influente, do mais presente, ou ainda do que dita as regras do meio disponível, porque simplesmente lhe pertence.

Esta justiça, de cariz popular, diminui gravemente a sua dimensão institucional, com todos os perigos inerentes à disponibilização de uma *arma*, com o poder de alcance que lhe assiste e lhe é reconhecido.

O recente episódio, onde se coloca em confronto o proprietário de uma rede social com o tribunal estadual do Brasil, é a penas um indício da fragilidade de uma

justiça que não tem capacidade de acompanhar os tempos, expondo as sociedades a perigos anunciados com repercussões ainda não possíveis de antecipar.

Contudo, o uso das vantagens destas novas tecnologias pode igualmente levar o exercício da justiça a lugares onde não chegaria de outra forma, ou ainda levar a sua protecção a quem dela precisa, ao serviço dos povos e da humanidade. Ou ainda à facilitação de obtenção de fundamento ou prova com maior eficácia, eficiência e rapidez,

providenciando uma justiça em tempo, para que seja útil eficaz, justa e livre.

A inteligência artificial

A disponibilização de informação com utilidade, através de meios que permitem antecipar resultados, muito para além dos tempos ao alcance humano, tornou-se uma realidade e anuncia o prenúncio de uma nova fase para a humanidade, de um novo paradigma, um novo mundo, onde o homem pode finalmente alcançar níveis de avanço civilizacional nunca experienciados, que o colocam ao lado dos deuses, tanto ansiados pela visão da imortalidade, do prolongamento da vida sem limites, detendo níveis de informação inimagináveis, alcançando o inacessível, chegando onde nunca pensou chegar, deslumbrado por tecnologias que lhe trarão o que não seria sequer antecipável, incluindo a sua extinção em massa, precoce, antes mesmo de nela sequer pensar, ou reflectir sobre as repercussões do seu desenvolvimento e sobre o impacto para a humanidade.

Neste novo ambiente, como se definirá o conceito de justiça, a quem servirá, como se aplicará e que justiça trará aos homens, aos povos e às civilizações?



Justiça e Maçonaria

Em maçonaria experimenta-se o aperfeiçoamento individual e colectivo, com a finalidade de melhoramento do carácter, reconhecimento do papel da ética e da moral, associada à fraternidade e a valores que primam pela vida em sociedade, com cultura, educação tolerância, praticando a filantropia e outros valores, no sentido da elevação da sociedade a níveis onde se destacam a liberdade e a igualdade e se abordam, igualmente, temas como a justiça individual e social.

Sobre ela, a justiça, apenas se poderá reconhecer a vontade de cada um, por si, procurar iluminar-se no sentido de uma prática de vida mais equilibrada, aprendendo a ser imparcial, quando julgando, a usar de equidade, a exprimir-se com verdade e humildade, transparência e respeito, de forma honesta e leal, tendo em vista o seu engrandecimento e, assim, o do grupo.

E desta forma poder contribuir, intervindo e influenciando positivamente e espiritualmente as sociedades e os grupos mais restritos, ao alcance de cada um, ou colectivamente como instituição, com o trabalho que lhe é reconhecido, podendo, ainda assim, ser expnenciado com um papel cada vez mais activo, quer ao nível institucional, quer a outros níveis que passam também por meios, como o trabalho, a escrita, a cultura e outras formas de expressão e intervenção.

Embora discreta, no seu papel de desenvolvimento do indivíduo, enquanto elemento de uma sociedade e por si individualmente, é visível e notória a sua dimensão no munto profano, com destaque para os frutos de enorme interesse e importância, em defesa da justiça social, com o trabalho que desenvolvem em sociedade, como é o caso da empresa francesa proprietária do jornal *Charlie Hebdo*, (alvo de ataque terrorista onde morreram 12 pessoas), dando a vida pela liberdade de expressão, neste caso, e outros na luta pela liberdade contra ditaduras, como os recentes assassinatos de maçons na Venezuela, por se debaterem por uma justiça mais justa, entre inúmeras contribuições actualmente, no passado e certamente pelo futuro, aspirando um mundo melhor.

Considerações finais

Sobre a justiça, no sentido mais purista do termo, para que possamos reconhecê-la como útil e verdadeira, terá necessariamente que se purificar como conceito, deixando cair as vestes da moral, da ética e de qualquer outra forma de contaminação, ligada a diferenciados tipos de poder natural ou religioso de qualquer espécie.

Será fria, pragmática, prática, imparcial e racional, para ser eficiente e justa. Só assim poderá julgar e ser reconhecida como útil, adquirindo o poder natural da verdade sem mácula.

Para tal não poderá ser ministrada, administrada, ou aplicada pelo homem, por estar naturalmente corrompido na sua essência, por ser frágil, diverso, inconstante e parcial. Apenas poderá esforçar-se por ser, o que

não servirá à justiça inquestionável, imparcial, inquebrável e pura.

Embora imprescindível, poderemos ter que admitir que, esta justiça não pode existir, apenas aquela que se detém à escala do ser humano. Aquela do mito de Salomão, cuja dimensão não deixava dúvidas ao povo, era não mais do que a justiça do homem, nas mãos do rei todo poderoso, sem margem para ser questionada, à semelhança de outros tantos exemplos, que apenas pretendem desvanecer qualquer dúvida sobre a justiça da justiça humana e do poder de quem a detém.

Resta a justiça dos homens, esperando que seja justa na sua imperfeição.

Se por um lado, o advento dum eventual novo paradigma parece trazer um potencial inesperado, com as novas tecnologias aliadas à IA, muitas dúvidas negras surgem no horizonte, denunciadas pela sua utilização indevida, fragilidades nas suas fontes, para além da previsível falibilidade como produto natural, com origem na matéria humana que a criou e alimenta.

Sendo certo e notório que muito trabalho existe pela frente, no sentido garantir uma justiça digna, sempre se dirá que será preferível uma justiça imperfeita a justiça nenhuma e a preparação para a guerra é o garante da paz, sem a qual não existirá justiça.

Luis Neto, 31º



Do Silêncio

*O teu silêncio seja tal
Que nem o pensamento
O pense¹*

A tarefa mais difícil para um homem comum é guardar um segredo e permanecer em silêncio. Esta frase de Aristóteles, hermenêuticamente analisada, espelha um dos maiores desafios do caráter humano.

Se o segredo é, aparentemente, mais sedutor quer no seu contexto prático quer enquanto objeto de estudo dogmático, pense-se desde logo nos títulos em néon sobre o segredo maçónico ou em expressões populares como ser "o segredo a alma do negócio"; já a matéria referente ao silêncio mostra-se mais desafiante e materialmente mais densa, até porque obriga a uma forte concatenação entre várias valências de abordagem que embora cientificamente distintas operam em conjunto enquanto pilar de identificação do ser humano².

Sempre fomos testemunhas de belas frases referentes ao silêncio, na maior parte das vezes provenientes dos domínios da filosofia, da religião ou da política, embora elas sejam visíveis noutros domínios do saber³.

Sim! Quando ouvimos ou lemos frases como "O silêncio é a oração dos Deuses", quando Cícero afirma que "Apreciar o silêncio é espírito dos nobres", quando Martin Luther King grita que "O que me preocupa não é o grito dos maus, é o silêncio dos bons" ou quando Confúcio afirma que "O silêncio é um amigo que nunca trai", então, na presença destes pensamentos somos levados a perguntar-nos qual o valor do silêncio na formação do ser humano? Mais do que saber qual a natureza do silêncio, interessa-nos saber qual o significado, qual a importância intrínseca, na formação ética do ser humano, que este significante assume.

Permitam-me que cite as belas palavras de Raul Brandão quando, no final do segundo livro das

eu mais amo na aldeia, este silêncio perfumado que envolve a nossa casa na solidão tremenda da noite. Mais perto de mim arfa alguma coisa de religioso e de profundo: -sinto a Vida e a Morte. Sinto-as enquanto a última brasa se apaga e as tuas mãos se agarram às minhas de velho."⁴

Por isso, nesta nossa reflexão sobre o tema do silêncio, não chamarei à colação matérias que não tratem direta e de modo principal o tema. Não que não sejam importantes, mas apenas porque só indiretamente ou de modo secundário poderíamos aproveitar daí algum ensinamento. A título de exemplo, quando tratamos do silêncio no mundo jurídico, quer enquanto direito do arguido no processo penal, quer do seu valor no direito administrativo ou no direito civil, tal implica uma análise valorativa e também técnica, mas que não fundamenta a dignidade nem a importância para a construção do pilar ou matriz ética, moral ou espiritual do ser humano. Pode até decorrer dela, mas não a alicerça.

Na Revista *Ad Fratres*, revista do Supremo Conselho para Portugal do REAA, encontramos apenas dois artigos que diretamente, mas sem desenvolvimento, elaboram sobre o silêncio. O de Alexandre Bogalho⁵ e o de Rui Filipe Freitas⁶.

Nos trabalhos maçónicos realizados em Loja e publicados ou divulgados, encontramos com alguma regularidade alguns sobre o silêncio ou que pelo menos o abordam. Na maior parte dos casos as ideias defendidas não são diferentes como também não o são os fundamentos aí apresentados. Tal não admira nem é motivo de repreensão.

O candidato a maçom, desde que entra na câmara de reflexão, apercebe-se do silêncio, presente também nas sessões maçónicas enquanto meio para meditar sobre as grandes questões da vida permitindo uma contemplação de conhecimento. No fundo, a espiritualidade que nos sustenta necessita deste silêncio para que cada um de nós se possa tornar mais forte, atingindo um maior domínio sobre si mesmo. É o silêncio, enquanto virtude, que vivenciamos e que nos é transmitido pelos irmãos mais antigos. Daí ouvirmos dizer que quer os aprendizes quer os companheiros, no seu percurso de aprendizagem, devem essencialmente ouvir e não falar. Eles ainda não têm a capacidade de dissertar sobre os temas, ouve-se. No fundo a ideia é esta: só deve falar quem sabe. O silêncio estimula, pois, a arte de pensar, e ele é indispensável e decisivo no processo de lapidação da pedra bruta e no

aperfeiçoamento interno. Daí que simbolicamente o aprendiz não sabe falar só sabe soletrar.

Sem aprofundar ou sustentar estas ideais com que todos nós fomos e somos confrontados, julgo que a razão de ser para a defesa da exigência do silêncio na maçonaria tem de ser e é muito mais do que isto. E tem de o ser por razões de natureza, por questões intrínsecas e materiais, e não apenas por uma narrativa de repetição, algumas vezes formal e nem sempre em concertação com outras ideias igualmente repetidas na maçonaria.



Comecemos por uma história que aponta as implicações políticas do silêncio que, em casos mais extremos, pode operar como um direito de resistência a uma dominação, mas que analisada e dela extraída o essencial, e desde logo a força do silêncio, pode ser extrapolado para outros campos.

Quando Chamberlain compreendeu que não ia ser primeiro-ministro e chefiar a Inglaterra em guerra, escolheu ele próprio o seu sucessor, como era tradição no partido conservador inglês. Designou, para tal, Lord Halifax. Porém, para reforçar o governo, mostrou vontade de que Churchill fizesse parte do elenco. Convocou-o e disse-lhe para aceitar o cargo: “Halifax é o melhor que temos para o cargo de primeiro-ministro, mas temos necessidade de si, Winston. Aceita ser o número dois?”. Churchill, por patriotismo, por dever, por essa autêntica grandeza que é a abnegação face a um desígnio superior, disse que sim.

Horas depois, um homem que tinha algum talento e poder, Lord Beaverbrook, de certa forma magnata da imprensa inglesa, pediu a Churchill para o receber de urgência e disse-lhe: “Winston, parece que aceitou que seja Halifax o primeiro-ministro? Não é possível!” E Churchill respondeu que se tratava de um assunto de Estado e que não o discutia com ele. Beaverbrook, no entanto, insistiu. Churchill notou, na altura, que não tinha outra saída senão falar do assunto o mais breve possível.

Beaverbrook disse-lhe então: “É um crime contra a Nação. Só o Winston poderá mobilizar a Grã-Bretanha”, insistiu. No fundo, Churchill estava mais do que convencido do que lhe dizia Beaverbrook, mas objetou: “Dei a minha palavra, não voltarei atrás”. Então Beaverbrook acrescentou: “Só lhe peço uma coisa. Quando for convocado por Chamberlain e na presença de Halifax, e quando Chamberlain lhe perguntar se confirma a sua

aceitação, fique em silêncio durante três minutos. Três minutos completos. Cento e oitenta segundos. Portanto, antes de dizer que sim, 180 segundos. Em nome da Inglaterra, peço-lhe”.

Churchill achou isso impertinente e não viu como isso podia mudar a situação, mas como tinha amizade e consideração por Beaverbrook, prometeu-lhe que o faria.

No dia seguinte Churchill e Halifax encontraram-se no gabinete de Chamberlain em *Downing Street*. E Chamberlain diz “Pode confirmar, por favor, a Lord Halifax, que aceita fazer parte do seu governo? E Churchill cala-se. Um minuto. Dois minutos. Sempre calado. E ainda não tinham passado os três minutos e Lord Halifax disse então: “Creio que é Winston Churchill quem deve ser o primeiro-ministro.”

O resto da história é conhecida e, no mínimo, o que se pode dizer é que estes três minutos de silêncio tiveram um papel de máxima importância na história da segunda guerra mundial.



O silêncio não é a mera ausência de palavras. Aquele que não pronuncia palavras não está silencioso, está simplesmente mudo. O silêncio é uma condição existencial que, a longo prazo, nos conduz a que vejamos a Luz presente e resplandecente em nós⁷.

Não se confunda o silêncio na vida (ou da vida), com uma vida em silêncio típica dos eremitas e de algumas comunidades monásticas. Só o primeiro aqui nos toca diretamente. Ou seja, aquele silêncio que derrota as atividades da vida (que não são a vida, sublinhe-se), para chegar a uma experiência pura da Vida. Hodiernamente identificamos a vida com as atividades e identificamos o nosso ser com tudo o que fazemos e temos. Ao mergulharmos nas atividades da vida, perdemos a capacidade de escutar e afastamo-nos da nossa própria origem: o silêncio, Deus. O silêncio aflora quando nos colocamos na origem do ser⁸.

Quando vivemos sempre a pensar no exterior, espiritualmente deixamos de existir, desleixamos o que é essencial. Se deixarmos de comer ou de dormir morremos; assim também acontecerá se não recentrarmos em nós a vida e se não alimentarmos o nosso interior, tanto que esta relação é sinalagmática: alimentando o nosso interior alimentamos o nosso Ser.

Tal só nos leva a ver a Luz, a ver Deus no lugar que no nosso interior chamamos de coração⁹. É isto que o mito e as antigas tradições chamam de caverna: o lugar de encontro com nós próprios e com Deus. Nas *Upanixades*, também ditas *Upanishads* (as escrituras hindus) chama-se *guha*. É o santuário interior, a morada do divino. Teresa de Ávila chamar-lhe-á o “castelo interior”¹⁰ e o místico, filósofo e teólogo medieval Mestre Eckhart designá-lo-á “fundo da alma”. É, pois, a centelha da alma que, mais tarde, Umberto Eco traduzirá por catedral interior.

Não é, assim, por acaso que a doutrina maçónica reserva o silêncio aos seus membros

E para os maçons as palavras têm um conteúdo oculto sobre o qual refletem no estudo dos símbolos e que, em última apreciação, refletem a essência interior do ser humano.

A escola Pitagórica tinha um sistema de ensino de três graus: o de Preparação, o de Purificação e o de Perfeição. Os alunos do primeiro grau, equivalente ao grau maçónico de aprendiz, eram proibidos de falar durante três anos. Eram ouvintes e tinham de refletir sobre o que ouviam. No grau de purificação, equivalente ao grau maçónico de companheiro, o silêncio estendia-se por mais dois anos, podendo, contudo, já ouvir diretamente as palestras do mestre Pitágoras. Assim, para atingirem o grau de Perfeição, equivalente ao mestre maçõn, era necessário praticar o silêncio durante cinco anos e só então podiam fazer uso da palavra.

É desde tempos imemoriais que se tem conhecimento da importância do silêncio. Na Grécia antiga várias são as manifestações sobre a prática do silêncio; na antiga Pérsia encontramos no *Zend Avesta*, coleção de textos sagrados zoroastristas, regras e normas sobre o uso e controle da palavra.

Saber ouvir e resguardar silêncio é uma prova de sabedoria que se deveria observar nas sessões maçónicas (“quem muito fala pouco acerta”, diz o ditado popular).

A arte de pensar é na maçonomia exercitada pelo silêncio. Mas é também através do silêncio que o maçõn se pode libertar das paixões, aprimorando o seu caráter. É através do silêncio que o maçõn apreende com maior intensidade tudo o que ouve e vê.

O silêncio não é, pois, um condicionamento, ou um castigo, ou algo que cerceia os maçons. Nem é algo puramente simbólico. Ele é decisivo e é o catalisador do processo de aprendizagem maçónico.

Através do silêncio o maçõn exercita a sua auto-disciplina e fala interiormente consigo próprio.

Arthur E. Powell na sua obra sobre a origem mágica da maçonomia (*The Magic of Freemasonry*)¹¹ dedica um capítulo à virtude do silêncio. O autor divide este estudo na resposta à questão de saber qual o valor prático do silêncio em dois aspetos: o do segredo e o do silêncio. Partindo da ideia de que a língua é o membro mais rebelde do corpo e o mais difícil de dirigir, diz-nos Arthur Powell que “só quando se silencia e aquieta o tumulto das paixões egoístas, dos veementes desejos, do ódio destruidor ou da malevolência, é que se pode ouvir a voz do Guia interior – que é o “Homem Verdadeiro” – e é quando o Venerável Mestre pode dirigir a Loja (...) [concluindo mais à frente que] Quando o coração está em silêncio, a inspiração aparece e a cisão se aclara¹²”.

Nos momentos de silêncio a verdadeira natureza do homem surge, bem como, este dá-se conta de uma alma mais íntima. “Os homens débeis e impuros sentem isto instintivamente. É por isso que temem a solidão e têm medo de ficar sós consigo próprios, pois são incapazes de dominar a sua natureza ruim. Pelo contrário, os fortes, os puros não temem o silêncio, até o procuram, porque sabem que na solidão podem aproximar-se do seu Deus mais íntimo¹³.”



São interessantes as palavras deste autor quando afirma “saber é bom; usar é melhor; porém ser silencioso é o melhor de tudo. O discurso corresponde aos homens, a música aos anjos e o silêncio aos deuses. Os sons têm princípio e fim e são temporais; o silêncio nunca cessa, é eterno.¹⁴”

A maçonomia é para este autor um drama silencioso, uma sinfonia à base do silêncio. Ela apela ao homem para que abandone o tumulto e a barafun-

da dos negócios mundanos e se retire para esse centro silencioso, onde os sons não entram e onde a paz impera¹⁵.

Continuando declara “A entrada na maçonaria significa a Iniciação no conhecimento do silêncio; de modo que, à medida que o maçom caminha na sua ciência, aprenderá a amar o silêncio, a nele morar, a penetrar cada vez mais nas suas profundezas e nas suas maravilhas¹⁶.”

No final deste estudo conclui que a imutável tradição da Maçonaria ordena sabiamente que todo o irmão deva comportar-se a selar os lábios como prova da sua lealdade ao silêncio. “Em cada novo grau, o maçom submerge cada vez mais profundamente no coração do silêncio, até que, passando pelo silêncio da morte, o grande silenciador reconhece que foi exaltado a uma vida superior...¹⁷”.

Anos antes uma autora, expoente máximo da Teosofia dita mais oriental, Helena Blavatsky escrevia em 1889 *A Voz do Silêncio (The Voice of the Silence)*, em português traduzido por Fernando Pessoa. Esta obra que constituiria, segundo a própria, a tradução do *Livro dos Preceitos Áureos* não é de fácil leitura nem de fácil compreensão. E tal deve-se a ela ser resultado da concatenação dos ensinamentos do Budismo tibetano (com uma linguagem muito própria) com a filosofia da Teosofia, ela própria com uma matriz diferenciadora.

Afirma-se, logo no início, que “Aquele que quiser ouvir a voz do Nada, o Som sem som, e compreendê-la, terá de aprender a natureza do *Dhara-na*”¹⁸, o que já de si não é fácil definir embora o tradutor nos apresente uma definição, que de todo se pode confundir com o sexto estágio do Yoga como apressadamente se poderia pensar, embora este signifique, na realidade, a concentração profunda e seja o primeiro passo em direção à meditação. Toda esta obra está escrita utilizando figuras de estilo, linguagem figurada e conceitos centenários de filosofias e saberes antigos, não facilmente apreensíveis ao comum dos iniciados e nem sempre coincidentes com entendimentos de outros autores sobre os mesmos significantes.

Diz-nos a autora “Que antes que a Alma possa compreender e recordar, ela deve primeiro unir-se ao Falador silencioso, como a forma que é dada ao barro se uniu primeiro ao espírito do escultor. Porque então a Alma ouvirá e poderá recordar-se. E então ao ouvido interior falará A Voz do Silên-

cio.¹⁹”



A fala é uma grande linha que distingue o homem das formas e seres animados e do silêncio das plantas. O primeiro gesto da fala foi, portanto, um gesto de liberdade, ou seja, o homem libertou-se do grande silêncio da matéria. Mas o excesso de fala hoje convida-nos a pensar o seu contrário: o silêncio²⁰.

Investigadores afirmam que só nos EUA houve um aumento de quase sete triliões de palavras faladas a partir da invenção das novas tecnologias. Especificando, apenas nos EUA houve um salto de quase sete triliões de palavras faladas por ano na comparação feita entre 1980 (quatro milhões e quinhentos biliões) e 2008 (mais de onze triliões), o que resulta num consumo diário de cerca de cem mil palavras por cidadão americano. Este salto coincide com o surgimento da internet, do *e-mail*, *sms* e das redes sociais. Nunca se falou tanto e nunca se pensou tão pouco ou, na feliz expressão do xamã David Yanomami, “Os brancos desenharam as palavras porque o seu pensamento é cheio de esquecimento.” Ou, se quisermos uma outra referência, nada melhor do que referir a parábola Sufi “Se a palavra que vais dizer não é mais bela do que o silêncio, não a digas”.

Este é, aliás, um dos problemas do regime democrático. Em democracia tudo se torna palavra, tudo se torna fala. Tudo é relativo às impressões de um público. Tudo no momento. Tudo instantâneo. Em síntese, o tempo da palavra lenta e reflexiva é abolido e com ele a ideia de duração. Ora, os antigos ensinavam que entre os valores humanos, a duração é o que sustenta todos os outros. Hoje tudo isto está em declínio. E as virtudes da atenção, da paciência, da sensibilidade esbatem-se. Walter Benjamin, filósofo e um dos mais importantes críticos literários, num dos seus mais citados textos, *O Narrador*, de 1936, afirma, que os homens deixaram de utilizar a experiência (*Erfahrung*). O valor da experiência caiu de cotação. “Basta abrir o jornal para constatar que, desde a véspera, uma nova queda foi registada, que não apenas a imagem do mundo exterior, mas também a do mundo moral, sofreu transformações que jamais pensamos serem possíveis. Com a guerra mundial, vimos o início de uma evolução que, desde então, nunca mais parou²¹.”

Há, pois, em reação aos ruídos diários, uma vontade de exercer o silêncio, diria mesmo de “falar” o

silêncio. Como refere o poeta e escritor Alberto Pimenta todo o sujeito na sua construção estética procura a via do seu próprio silêncio²².

O silêncio passou a ser uma quase utopia, pois (exceção feita aos que vivem em voto de silêncio como os monges da Cartuxa) necessitamos da fala para a concretização dos nossos atos sociais.



Ao contrário da palavra, que é mais exclusiva, o silêncio é inclusivo²³. Na antiguidade (século II) o filósofo que primeiro se dedicou e mais trabalhou o tema do silêncio foi Plotino^{24 25}.

Para a filosofia de Plotino²⁶, ele que é considerado o Platão latino, o objetivo da nossa existência é retornar ao Uno, através da via da contemplação, atingindo assim o silêncio místico, necessário a esse encontro²⁷. Ou seja retornar ao Uno, num movimento eterno e cíclico de volta ao interior, em direção a si mesmo.

Plotino concebeu o mundo inteligível em três hipóteses (ou três realidades principais no entendimento de Gabriela Bal): o Uno (*Hén*), o Intelecto (*Noús*) e a Alma (*Phykhé*). O Uno é o princípio de tudo, de onde derivam todas as coisas. Do Uno é emanado o intelecto, e deste a Alma. O Intelecto contempla o universo inteligível, a Alma o universo sensível. Assim, Plotino apresenta uma explicação para todas as coisas. Tudo é emanado do Uno, que é anterior a tudo, e em tudo está.

Tudo isto acontece porque queremos contemplar e retomar à origem. E ocorre em silêncio. A contemplação é silenciosa. Toda a realidade é, portanto, contemplação e silêncio²⁹. Como escreveu Plotino, “tanto mais silenciosa quanto mais racional”. Para Plotino a contemplação não é uma mera categoria, mas sim o seu próprio pensar.

Há uma realidade transcendente que é a experiência silenciosa, não discursiva, que é a mais elevada e que é indizível e indivisível. Essa experiência corresponde à contemplação silenciosa, à total imersão do eu na unidade. Para Plotino, o silêncio, corresponde à harmonia cósmica e não traz em si nada de assustador ou de sofrimento, diferentemente do que séculos mais tarde Pascal exprime quando afirma que o silêncio eterno dos espaços infinitos o apavora³⁰.

Este caminho proposto por Plotino é um exercício ascético pelo qual a Alma gradualmente reconhece

em si mesma os elementos que a compõem (forma e matéria), afastando-se daquilo que não representa a sua essência, mas pelo qual ela pode realizar o retorno à sua origem. Por exemplo, o conhecimento de Deus não é assim obtido através da palavra, da ciência, nem por meio do pensamento, como ocorre com outros objetos de percepção dos sentidos, mas por meio da presença interior que é mais clara que a própria ciência. Neste processo de recolhimento que é o silêncio em Plotino tal não representa nem configura uma prisão, mas sim uma libertação. A liberdade que permite a criação. Somente quem é livre pode criar. A liberdade dos seres que imita a liberdade do silêncio original, que permitiu a criação de todas as coisas.

Neste momento silencioso, que ocorre no mais íntimo do nosso ser, não há espaço para a alteridade, que está associada ao barulho. E é naquele momento que se encontra a presença do Uno. O silêncio é, pois, o mais alto grau da sabedoria que se pode alcançar depois de muito se ter vivido e apreendido. Assim, a ideia do barulho está diretamente ligada à realidade sensível, onde a profusão de sons e formas afasta e distrai a alma, não permitindo a concentração naquilo que realmente importa. Toda a filosofia de Plotino é, assim, mística no sentido etimológico do termo, ou seja, significando um retorno para dentro de si mesmo³¹. Nas suas próprias palavras, coligidas nas *Enéades*, afirma Plotino “Restringe-te e examina-te (...) tira o que é supérfluo (...) não cesses de esculpir a tua própria estátua.”



Deixemos agora a filosofia de Plotino, que não é nosso objetivo analisar e muito menos interpretar, para dela ficar com a ideia do papel, significado e importância que o silêncio e a via contemplativa têm para este filósofo, sendo que ele foi o primeiro em termos históricos a pensá-lo e a sistematicamente assumi-lo como ponto primeiro da condição humana. Sublinhe-se, contudo, que, já há mais de dois mil anos, Plotino reconheceu a importância para o Homem do afastamento da realidade material, barulhenta e acessória e venceu a importância do silêncio no encontro interior e com o interior a que o Homem aspira.

No mundo maçônico o silêncio remete por vezes

para o sagrado, onde o simbolismo está fortemente presente, e é extremamente importante para o autoconhecimento e o aperfeiçoamento do Homem como maçom. É pois também um método para se atingir algo superior. Não que no mundo profano o silêncio e o seu valor não sejam importantes. Porque o são. Mas não é essa realidade que aqui nos interessa.

O termo silêncio vem do substantivo neutro latino “*Silentiu*” que significa interrupção de ruído ou estado de quem se cala³². Desde sempre o valor cultural e até de questão de Estado do valor silêncio é reconhecido, muitas vezes como caminho de guarda de segredos³³.

No Egito antigo existia o que poderíamos denominar como um Deus do silêncio (do segredo e da confidencialidade), de nome Harpócrates³⁴.

Posteriormente as sociedades e ordens iniciáticas, na sua maioria, adotaram a regra do silêncio. Possibilitava guardar segredos, mas era também um sinal de virtude e de sabedoria.

No budismo original, mais ou menos em 500 anos A.C., um dos seus ensinamentos é a valorização do silêncio, e ele é condição necessária para a meditação e contemplação para se atingir o estado de Nirvana, o penúltimo estado antes do estado de Buda.

Ao longo da história mais exemplos fundamentam o valor do silêncio. Os essênios (150 a.c. até 70d.c.) tinham como principais símbolos um triângulo contendo uma orelha e outro contendo um olho, significando que tudo viam e ouviam, mas não podiam falar porque não tinham boca. Também os monges da ordem de Cister tinham como uma das suas principais regras a lei do silêncio, como imperativo essencial para a sua reflexão.

Ora, o silêncio, ou melhor o seu uso, pode ser revelador da essência do Homem e da sua sabedoria, bem como do uso ponderado e moderado da palavra.

William James, filósofo e psicólogo americano, considerado o pai da psicologia americana e um dos mais influentes pensadores da história dos Estados Unidos da América, considerou que “o exercício do silêncio é tão importante quanto a prática da palavra”. Mas diga-se que o silêncio não equivale a ser mudo. Ser mudo equivale a uma impossibilidade, em princípio subjetiva, de pronúncia de palavras.

Estar em silêncio não é estar calado. Ou de outra forma, o estar calado na vida profana não equivale ao silêncio maçónico. Esta virtude deve é ser levada para a vida profana.

Desde a iniciação que o silêncio se nos impõe como caminho e como método. Em todo este percurso a virtude do silêncio tem de operar enquanto ajuda para a nossa reflexão, para a nossa contemplação, para o nosso trabalhar interior. Ajudando-nos a resistir aos impulsos, ou pelo menos ao primeiro impulso. Ajudando-nos a combater as paixões ou pelo menos a elas resistir. É o silêncio que nos permite falar para dentro de nós. Logo o silêncio nunca pode ser mudo nem passivo. É ele que permite aperfeiçoar a nossa conduta, que nos ajuda a pensar melhor, que nos permite um controle emocional. É ele que nos leva a ser menos imperfeito, a ser mais tolerantes, a evitar julgamentos sumários e sem fundamento.



Susan Sontag, filósofa, escritora, ensaísta, e porventura a grande intelectual norte americana da segunda metade do século XX, escreveu um ensaio sobre o silêncio, publicado inicialmente em 1966, intitulado *A Estética do Silêncio*³⁵.

O ensaio em causa não é de fácil apreensão, começando por afirmar que toda a época precisa de reinventar o seu projeto de espiritualidade³⁶, da qual a Arte é a mais ativa nos tempos atuais. Embora pensado em contexto da Arte enquanto cultura, ele tem apreciações que podem ser aproveitadas em tudo o que diz respeito a projetos espirituais do qual este, a Arte, é uma das mais expressivas metáforas para o projeto espiritual da era moderna.

Sontag afirma-nos que o silêncio é uma zona de meditação e preparação para o aprimorar espiritual. Sem esquecer que este texto é pensado e trabalhado unicamente no campo da Arte, afirma que a exemplar opção do artista moderno pelo silêncio raramente é levada a tal ponto de simplificação final, de forma que se torne literalmente silencioso. O mais usual é que continue a falar, mas de uma maneira que o seu público não pode ouvir. A maioria da arte de valor do nosso tempo tem sido experimentada pelo público como um movimento em direção ao silêncio. Sintetiza que a história da arte é uma sucessão de transgressões bem-sucedidas.

Como é que o silêncio figura na arte? Responde a autora que tal ocorre enquanto decisão e enquanto punição. O silêncio existe como decisão no suicídio exemplar do artista (Henrich von Kleist, aos 34 anos e o Conde de Lautréamont aos 24 anos). O silêncio existe como punição (autopunição) na loucura exemplar de artistas (Friedrich Holderlin e Antonin Artaud).

O silêncio não existe, porém, num sentido literal, como a experiência de um público. Enquanto propriedade da obra de arte em si, o silêncio pode existir apenas num sentido arquitetado ou não literal. Ou seja, se uma obra de arte existe de alguma forma, o seu silêncio é apenas um elemento dela. O silêncio nunca deixa de implicar o seu oposto e depender da sua presença. É, portanto, necessário reconhecer um meio circundante de som e linguagem para se admitir o silêncio. Um vazio genuíno, um puro silêncio não é exequível, seja conceitualmente ou de facto. Reconhecendo o imperativo do silêncio continua-se a falar da mesma forma. Como refere Susan Sontag “Quando se descobre que não se tem nada a dizer, procura-se uma maneira de dizer isso³⁷”.

Para o artista o seu bem mais elevado é estar em silêncio e não propriamente encontrar uma voz na arte. O silêncio neste sentido propõe um estado de espírito diferente do uso sério e tradicional do silêncio. O artista é continuamente tentado a cortar o diálogo que mantém com o público. E o silêncio é a mais ampla extensão dessa relutância em se comunicar com o público. O silêncio “...é o último gesto extraterreno do artista: através do silêncio ele liberta-se do cativo servil face ao mundo, que aparece como patrão, cliente, consumidor, oponente, árbitro e desvirtuador da sua obra.” Claro que esta decisão exemplar só pode ser efetuada após o artista ter demonstrado que possui génio e tê-lo exercido com autoridade.

Paradigmático é a obra *4'33''* (de 1952) do compositor John Cage. É uma obra conceitual que consiste em quatro minutos e trinta e três segundos de silêncio. Mas, mesmo assim, John Cage referiu que não existe o silêncio. Sempre há alguma coisa a acontecer que provoca um som. Ele referiu que mesmo numa câmara silenciosa, ainda ouviam dois sons: a batida do seu coração e o fluxo de sangue nas suas têmporas.

O compositor John Cage quis fazer uma obra sem sons, o que para o ocidente não é no mínimo ape-

lativo. Foi encorajado pelas experiências de outras artes liberais nomeadamente a obra de um amigo o pintor Robert Rauschenberg, sobretudo as pinturas da série branco sobre branco, que o fascinaram³⁸.

Assim, em agosto de 1952 estreou a sua peça *4'33''* interpretada pelo pianista David Tudor. Os músicos subiam ao palco, saudavam o público, sentavam-se ao instrumento e permaneciam em silêncio quatro minutos e trinta e três segundos, findo os quais se levantavam, agradeciam ao público e saíam. Diga-se que o público nas primeiras vezes não gostou muito e houve vaias monumentais. Para John Cage a sua obra mais importante sempre foi esta obra silenciosa. Todos os dias, referia, se lembrava dela e servia-se dela para a sua vida e para tudo o que fazia³⁹.

Como já referi, o silêncio implica reconhecer um meio circundante de som e linguagem para que se ele possa ser admitido. O silêncio continua a ser assim uma forma de discurso (por vezes de protesto ou acusação) e um elemento de diálogo.

É que para Susan Sontag, e é da sua posição que ainda estamos a falar, a ideia de silêncio apresenta apenas dois tipos de desenvolvimento na Arte. Ou é tomado até ao ponto de total autonegação, ou é praticado de uma forma que é heróica e engenhosamente inconsistente. Para esta autora, “reconhece-se o imperativo do silêncio, mas continua-se a falar da mesma forma. É que as noções de silêncio, vazio e redução delineiam novas receitas para os atos de olhar, ouvir, etc.

Conclui Sontag que talvez a qualidade da atenção que se aplica a alguma coisa seja melhor se se oferecer menos. E, aí, o silêncio pode purificar e possibilitar sermos capazes de prestar atenção a todas as coisas.



O cardeal José Tolentino de Mendonça tem abordado, por várias vezes, o tema do silêncio. De forma mais contundente, fê-lo em duas obras, uma de 2012 e outra de 2014.

No seu *Nenhum caminho será longo. Para uma Teologia da amizade*⁴⁰, todo o seu capítulo XX é dedicado à solidão e ao silêncio fazendo mesmo uma viagem, por vários autores, ao entendimento deste conceito ao longo da história, bem como uma abordagem ao silêncio na tradição cristã, não sem fazer uma abordagem pelos vários livros da Bíblia sobre o entendimento espiritual do silen-

A ideia com que ficamos é que a percepção espiritual do silêncio, que a Bíblia propõe, é predominantemente positiva, sendo que os livros sapienciais constroem, através do silêncio, um caminho para a mistagogia (entrada progressiva no mistério).

Na tradição cristã, destaca-se o tratamento que Gregório de Nazianzo faz do silêncio. Para ele o silêncio é superior ao deserto e ao jejum: “Tu procuras o deserto e o jejum, eu o silêncio.”

São Jerónimo atreve-se a dizer que o monge se conhece pelo seu silêncio, não pela sua palavra.

Santo Agostinho dizia que a verdadeira oração é a do coração, no silêncio. Sintomático desta posição encontramos-a no êxtase de Óstia, no livro IX, Capítulo 10 das suas *Confissões*⁴².

A vida monástica faz do silêncio uma condição da existência e um processo para a vida espiritual, pois as palavras de Deus só podem ser entendidas num profundo silêncio, como refere a tradição da Cartuxa. E isto é válido para o conhecimento de si, dos outros e de Deus. Para os padres do deserto, o silêncio foi tomado como uma cultura; cultura religiosa, cultura do sujeito, cultura do mundo, cultura do estar, cultura da espiritualidade^{43 44 45}.

Conclui Tolentino de Mendonça que a cultura do silêncio implica um caminho de transformação que cada um tem de fazer e “nos pede verdade, aprendizagem e renúncia, e isto para ganhar tempo, que nos é roubado de variadas formas, e redescobrir aqueles prazeres simples que só a lentidão e o silêncio nos fazem aceder”.

Numa outra sua obra *A leitura infinita. A bíblia e a sua interpretação*⁴⁶, Tolentino de Mendonça volta intencionalmente ao tema. Partindo da filosofia de George Steiner, afirma que a crise da consciência moderna é também uma crise da palavra. Hoje as palavras não salvam: “só adiam ou simulam”. Fazendo uma análise lexical de alguns termos usados no tempo das escrituras para os termos palavra e discurso, afirma-nos que Deus nunca falou diretamente aos homens; outrora falou aos pais pelos profetas e posteriormente falou-nos através do filho (*Heb 1, 1-2*). Citando o filósofo e ensaísta Walter Benjamin, que escreveu que o ser espiritual se comunica numa língua e não através de uma língua, tal serve de apoio para Tolentino de Mendonça afirmar que cada língua se comunica

a si mesma e esta concretização encontra em Jesus o seu expoente. Por isso a Bíblia nunca diz que uma palavra ou palavras foram dirigidas a Jesus, e o motivo é a unidade de Jesus com o Pai sentenciada em *Mateus (11, 27)* “Tudo me foi entregue por meu pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar”. Assim, a maneira como Jesus atuava, a importância que Ele dava à palavra, a força simbólica que Ele atribuía ao espaço, a estratégia do seu silêncio e da sua oralidade são chaves indispensáveis de acesso ao que Ele representa.

Não é de somenos importância que Tolentino de Mendonça, no dia 24 de fevereiro de 2016, na conferência de abertura do Encontro Correntes d’Escrita, no Cine Teatro Garrett, na Póvoa do Varzim, tenha defendido o silêncio e a leitura como algo fundamental para recuperar o nosso lado mais humano já que a vivência no mundo atual acaba por nos tornar “analfabetos funcionais”, citando Ingmar Bergman⁴⁷. Acabou mesmo por confessar, o agora cardeal, que um dos seus desejos é “ver, um dia, o silêncio ser declarado Património Imaterial da Humanidade”, já que acrescentou “o silêncio é uma forma de expressão extraordinária”⁴⁸.

Não podemos deixar de referir um dos textos para rezar, publicados por Tolentino de Mendonça na obra *Um Deus que dança: Itinerários para a Oração*. Nesse texto intitulado *Fazer jejum das palavras*, diz-nos “Senhor, ajuda-nos a fazer jejum das palavras. Das palavras desnecessárias, ruidosas, poluídas. Das palavras dúplices e opulentas, das palavras que atropelam, das palavras injustas, das palavras que divergem e atraíam, das palavras que separam. Ajuda-nos a jejuar das palavras que Te escondem, das palavras onde o amor não emerge, das palavras confusas, ressentidas, atiradas como pedras, das palavras que muralham a comunicação, das palavras que nada mais permitem senão palavras. E que neste jejum abramos mais o coração àquele silêncio onde os encontros verdadeiros se insinam”⁴⁹.

Abbé Dinouart, pregador religioso publicou em 1771 a sua obra *L’art de se taire (A arte do silêncio. Principalmente em matéria religiosa)* onde relaciona o silêncio não ao “diálogo interior” com Deus, mas a uma teoria dos temperamentos e das paixões. Entre as dez espécies de silêncio, Dinouart elege a prudência como a privilegiada em oposição aos silêncios artificiais, entre eles o silêncio da política, o silêncio do humor e do capri-

cho, o silêncio espiritual e o silêncio estúpido. Há ainda o silêncio complacente, o silêncio de deboche, o silêncio espiritual e o seu contrário, o silêncio de aprovação, o silêncio de desprezo e o silêncio de humor. Contra a febre de escrever e falar ele propõe o tempo do silêncio para criar o tempo de reflexão^{49 50}.

A revista internacional de Teologia *Concilium* dedicou em Novembro de 2015 todo um número, o nº 363, ao tema do silêncio⁵¹. De todo este número destaco dois textos: o de Sebastian Painadath intitulado *La Fuerza Transformadora del Silencio Contemplativo*⁵² e o de Pierangelo Sequeri com o título *Espiritualidad del Silencio*⁵³. No entanto, todo este número da revista merece ser lido por quem quiser aprofundar o tema e não apenas numa perspectiva cristã.



Nas Ciências da Comunicação, o silêncio é o grande ausente, sendo mesmo exorcizado a favor da comunicação. Na escola, o que se privilegia é o verbo e a sua articulação oral e escrita, prescindindo-se do valor comunicativo e expressivo do silêncio, sendo raríssimas as excepções a este princípio⁵⁴.

Como referem alguns autores, fomos educados para interpretar a palavra, mas não para compreender o silêncio. O nosso tempo requer uma *paideia* (educação) do silêncio, na feliz expressão de Francesc Torralba Roselló, catedrático de Filosofia e Teologia, na sua obra *Pedagogia do Silêncio*⁵⁵.

As ciências da educação sempre conviveram mal com toda a pedagogia que faça do silêncio um pilar. Do uso e abuso da palavra oral e escrita, atingindo por vezes a cacofonia estéril, à ausência de um qualquer capítulo dedicado ao tema nos manuais de filosofia ou pedagogia da educação, tudo prova este desprezo. A nossa educação tem como objectivo interpretar a palavra, não compreender o silêncio. Muitas vezes estar calado é mal visto e denota, por vezes, aborrecimento, apatia, ser medíocre⁵⁷.

Várias são as classificações de silêncio consoante os critérios e os autores estudados. Desde o silêncio exterior, epidérmico, mais caracterizado pelo segredo e não tanto pelo silêncio⁵⁸, ao silêncio da morte, ao silêncio interior, àquele que é iniciático, que não significa ausência de criação, aquele por vezes enunciado como o silêncio (iniciático) do Mestre, da vida superior, que é um acto de liberda-

de e de harmonia única utilizada pelo Mestre e que nada tem que ver com o vazio, mas antes com uma completude ontológica. E quem o procura é porque, de alguma maneira, já sente a sua necessidade e aspira a alcançá-lo. Este silêncio, ligado ao espiritual/sagrado, metaforicamente é considerado de ouro por contraposição à palavra que é de prata, ou numa outra expressão a palavra é do tempo e o silêncio da eternidade. Ou seja, o silêncio interior prepara o silêncio iniciático, aquele que contem em si a palavra justa, sensata, autêntica. Assim, esta palavra, que os sábios chamam a Palavra Iniciática, representa um elemento constitutivo dos rituais de iniciação tão bem estudados por Mircea Eliade⁵⁹. Palavra Iniciática esta que provem muito da fonte originária do silêncio e não significa sempre que ela seja expressa. Ou seja, a Palavra Iniciática é a voz do silêncio.

A palavra pode dizer-se, pois, que se torna iniciática quando reconhece que é do silêncio que lhe advém a sua inspiração espiritual e, por outro lado, quando é devedora de toda uma tradição mítica e simbólica que lhe confere um poder arquetípico, ou seja, transhistórico, transcultural e atemporal na arte e na sabedoria de formar o discípulo⁶⁰.

Os iniciados diziam muito poucas coisas, revelavam apenas algumas verdades essenciais e, depois, competia aos discípulos meditar nelas em silêncio, para se impregnarem delas, para as viverem⁶¹.

Em suma, o discípulo realiza uma peregrinação onde, simbolicamente, tem de morrer para renascer sob a forma de um homem novo. E ao longo desta sua peregrinação, o discípulo, e diga-se, discípulos somos todos nós, vai transformando os seus planos intelectual (*logos*), afectivo (*pathos*), ético (*ethos*) e da imaginação (*mythos*). Tudo isto nos leva à contemplação (*contemplatio*) que é, assim, o ponto alto da peregrinação. A título de exemplo, refira-se que na tradição dos monges, nomeadamente os beneditinos, toda esta peregrinação que leva à contemplação compreendia três passos: a leitura (*lectio*), a meditação (*meditatio*) e a oração (*oratio*). Toda esta peregrinação é realizada mediante a palavra justa e o silêncio sabiamente guardado. *Peregrinatio est tacere* (peregrinação é guardar silêncio)⁶².

Saliente-se que as técnicas de interiorização, de meditação silenciosa eram já conhecidas desde os regimes místicos antigos e da prática medieval monástica⁶³, sobretudo em ordens religiosas que refletiam o voto do silêncio, em especial os cartu-

xos, os trapistas (beneditinos, mas que vivem em comunidade), para já não referir outros eremitas, ou a vida reclusa. Mas esta vida de recolhimento, que retoma a via da interioridade de Santo Agostinho, pode ser observada até em ordens diferentes como nos mestres do Carmelo. Não se confundam, contudo, duas realidades: uma coisa é a salutar consciência de estar só que se subentende presente nas ordens monásticas atrás referidas, outra coisa é um exagerado gosto de solidão e de isolamento que nos podem levar para os domínios da psiquiatria.

De acordo com Anselm Grün, quando alguém fala muito corre riscos de descuidar a sua vigilância interior. Afirmo este monge alemão que “guardar silêncio não significa meramente não dizer nada, senão prescindir das oportunidades de fugir a manter-me tal como sou. Renuncio não só a falar, mas também a todas aquelas ocupações que me afastam de mim próprio. No silêncio obrigo-me a estar comigo”⁶⁶.

Traga-se à colação o testemunho vivenciado pelo cineasta alemão Philip Gröning, que esperou dezassete anos pela autorização de filmagem do quotidiano da Ordem dos Cartuxos, o filme intitulado *Die Grosse Stille* (A Grande Cartuxa). Surgido em 2005, o documentário de quase três horas de duração, foi um sucesso de bilheteira. Nele se retrata o silêncio e a solidão da vida contemplativa dos monges da Grande Cartuxa, situada nos Alpes franceses. Sem equipa, sem iluminação artificial, o realizador viveu seis meses na clausura dos monges, filmando as suas orações diárias, tarefas, rituais e ocasionais saídas ao ar livre. Os pequenos gestos, o ritmo lento e pausado, os dias e as noites, as orações e os cantos gregorianos em contínua repetição. As tarefas menores, como lavar a louça, cortar a lenha, cuidar da horta, rapar o cabelo, fazer a comida, tocar o sino, etc., sucedem-se lenta e silenciosamente, como as estações do ano⁶⁷.

Também a Ordem Beneditina impõe uma dura rotina a todos os seus membros tendo na sua base o *Ora et Labora* – Ora e Trabalha – preceito maior da regra de São Bento. Todos os dias, que se iniciam por volta das cinco da manhã, encontramos uma sucessão de silêncios, orações e de muito trabalho. Esta rotina tem na sua base a *Liturgia das Horas* ou *Ofício Divino*, segundo a qual se deve rezar sete vezes ao dia, tal como preconizado na *Sancta Regula* de São Bento de Núrsia. Resumindo, trata-se de uma interrupção dos afazeres quotidianos do

mosteiro para a realização da oração comunitária, tida como a mais importante actividade da rotina monástica⁶⁸.

A Regra de São Bento foi escrita no século VI e no seu capítulo intitulado *De Tarcitunitate* (Do Silêncio) convida-nos a construir com o silêncio, não uma relação de passividade, mas de abertura e acção. Trata-se, pois, do silêncio que habita o diálogo sagrado. Silenciar-se é, pois, estar aberto e disponível para esse diálogo. Ao fazerem silêncio, os monges deixam ressoar a palavra sagrada no espaço onde se encontram, que não é assim só mensagem, mas fundamentalmente acontecimento e encontro⁶⁹.

Dê-se nota agora do interessante livro do escritor Patrick Leigh Fermor *Tempo de Silêncio*, de 1957, que nos relata o seu testemunho passado nas austeras abadias de França, em especial na Abadia de Fontanelle, e nos mosteiros de rocha da Capadócia⁷⁰. O autor conseguiu ser acolhido nestes locais onde lhe foi permitido viver como um monge e reflectir sobre a beleza dos lugares e lhe permitiu aceder a algo sobrenatural. Refere o autor: “depois das dificuldades iniciais onde a ideia de desistir não esteve ausente, a permanência nestes locais permitiu alcançar um estado de paz que é impensável no mundo quotidiano”⁷¹.

Não só esta obra, mas também o prefácio da autoria de Karen Armstrong é um depoimento digno de realce. Ela própria, que com 17 anos se tornou noviça e mais tarde freira, viveu a experiência da vida interna de um convento. Decepcionada, abandonou em 1969 a vida religiosa sem abandonar a religião em si. Mas é ela que refere que o monasticismo nos diz algo importante sobre a estrutura da humanidade, e que a monótona vida dos monges e o seu silêncio quase permanente são algo de intencional para que “a atenção se dirija para dentro”⁷².

Se o sábio se reconhece com poucas palavras, de acordo com uma máxima, isto quer dizer que falar e guardar silêncio não só não se opõem como antes simbiosamente se completam. Daí, como referem alguns autores, a Palavra é uma espécie de termómetro da sinceridade e profundidade do nosso silêncio interior⁷⁴.

Bem se compreende que o silêncio e o seu rompimento no momento certo implicam que aquele não seja passivo, mas sim activo. Ou seja, o que importa é que o silêncio activo não deixa de se experi-

pela palavra, mas que sabiamente saibamos prescindir dela de modo desprendido. O diálogo que o silêncio implica e instiga é, pois, aquele que se faz mais no plano do ser (ordem do reconhecimento) e não tanto do plano do saber (ordem do conhecimento). Foi isto que Francis Bacon intuiu ou apreendeu quando afirmou que é o sono que alimenta a Sabedoria.

Pode haver razões sérias para suspender ou restringir a palavra, mas só o silêncio dos místicos, o silêncio interior, o silêncio da Sabedoria, aqui nos interessa. É o silêncio do caminho interior, da aprendizagem, da contemplação, é o silêncio do sagrado, do chegar a Deus.

Fundamentos vários podem justificar a ausência da palavra. Muitos são fingidos ou não sinceros. Desde a simples parcimónia, evitando a verborreia, seja pela discrição, pelo pudor, pela insinuação pérfida, pela cobardia, pela intencional omissão, por alguma cultura popularucha (“para bom entendedor, meia palavra basta”). Todos estes humanos propósitos se situam num falso silêncio, ou seja, numa interrupção teatral da palavra, na feliz expressão do professor de Filosofia e Teologia da Universidade Católica Portuguesa Carlos Henrique do Carmo Silva⁷⁵. Convém precisar que este inexacto silêncio anda por vezes associado ao tema do segredo esquecendo que a relação entre segredo (pretendido) e silêncio (feito) tem uma compreensão fenomenológica diferente e que, por vezes, assenta em estratégias inversas.

Contudo, o tema do segredo não pode ser afastado completamente. Quer porque tradições religiosas e o simbolismo em geral os aproximam, quer porque, nalguns casos, eles se completam. Não se desconhece que autores há que ao referirem-se ao silêncio o fazem exclusivamente de uma perspectiva interior e quando se referem ao silêncio externo reservam para tal a expressão segredo. Não se acompanha esta dicotomia como contexto universal até porque o segredo opera mais, quando não exclusivamente, no âmbito do simbólico e do misterioso que não forçosamente o silêncio. Diferenças essas que podemos apreciar quando se enunciavam expressões tais como o segredo da confissão (na vida religiosa), o segredo de Estado, o segredo de justiça, o segredo profissional (todos na vida pública), entre outros.

Das várias acepções da semântica do silêncio, que variam diríamos quase de autor para autor, algu-

mas importa enunciar ainda que de uma forma perfunctória, mas que utilizamos aqui como método de trabalho e não tanto como aderência integral ou marginal quer na sua forma, enquadramento, pressupostos ou critérios de diferenciação, quer, na materialidade subjacente que as suporta e instiga.^{76 77}

Na sua obra *Elogio do Silêncio* Marc de Smedt refere os estudos de Th. J. Bruneau, cientista americano que primeiro relacionou o silêncio com os processos cerebrais, que encontrou duas formas de silêncio psicolinguístico – o silêncio rápido e o silêncio rápido⁷⁸. O primeiro corresponde a uma reacção involuntária, com uma duração inferior a dois segundos, mas com incidência firme no discurso. O segundo tipo de silêncio é voluntário e está relacionado com a descodificação semântica da linguagem e com a sua intensidade e duração e varia consoante o indivíduo. Há ainda uma terceira via, a do silêncio interactivo, as pausas no seio do diálogo, muito diverso, e condicionados por naturezas afectivas e de identificação entre os intervenientes. Este é o tipo de silêncio mais favorável às relações interpessoais e é aquele que mais se aproxima dos actos discursivos quotidianos, uma vez que é no relacionamento entre as pessoas que ocorrem vazios expressivos de comunicação.

O silêncio pode ser entendido antes de mais como a ausência de som. Mas reduzir a esta equação o silêncio é amputar-lhe muito e acima de tudo o principal. A ausência de som pode resultar da simples mudez ou apenas a não se ouvir, o que seria só surdez. Desde a impossibilidade de uma total ausência de som no mundo ambiente em que vivemos, a outros considerandos filosóficos leva a que este entendimento seja considerado parco. No fundo, referem autores que estaríamos não tanto face a uma questão de silêncio, de ausência de som, mas apenas estaríamos no campo do audível, a que não é estranha a expressão “silêncio cósmico” e que leva Pascal, nos seus *Pensamentos* a referir que “o silêncio eterno dos espaços infinitos me assusta.” Para sermos precisos, com esta concepção, não sairíamos do por vezes designado silêncio exterior⁷⁹.

O silêncio também pode ser entendido como pausa, como intervalo entre sons, sejam eles quais forem. Trata-se do, por vezes, enunciado calar-se ascético. Há aqui como que uma forma activa desse elevar espiritual a que os “votos de silêncio” não são alheios, nem muito do trabalho monástico.

Encontramos aqui um equilíbrio entre os tempos da palavra e do silêncio, que encontramos por exemplo no dever de falar para testemunhar a verdade, mas a que obrigatoriamente acresce um domínio ético do dever da palavra bem como de um querer escutar silencioso.

Por vezes, mais do que um silêncio místico, importa um prático calar para se poder encontrar no nosso interior o ensinamento da condição humana.



Ludwig Wittgenstein escreveu o *Tratado Lógico-Filosófico* sendo que na preposição 6, versículo 54, o último escrito desta obra, o seguinte: “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio”⁸⁰.

O objectivo de Wittgenstein era identificar a relação entre a linguagem e a realidade e definir os limites da ciência.

Obra austera, de pequena dimensão, e de difícil interpretação, ela é apontada como uma das obras chave da filosofia moderna. É inabarcável hoje a bibliografia acerca desta obra e do seu autor. Para alguns autores, esta obra é uma verdadeira iniciação, envolvendo as vivências da morte e renascimento nos domínios da lógica e da ética^{81 82}.

Mas como valoriza Wittgenstein o silêncio, enquanto atitude filosófica? O silêncio é a atitude filosófica a que o sujeito se deve agarrar quando estamos perante o indizível. Para este autor, quando não é possível formular uma resposta à pergunta feita, também não é possível formular a questão, já que se esta existe também deve existir uma resposta⁸³.

Para Wittgenstein, há algo fora da linguagem e do mundo e como tal indizível. Esta impossibilidade de representação linguística implica que não se possa falar sobre o que diferencia a ética, a estética e a lógica, embora se possa pensar esses conceitos. Da mesma forma, acontece com o místico. Não se pode falar sobre o que é, mas é possível falar sobre ele. O místico é, aqui para Wittgenstein, sinónimo de mostrar, de exhibir.

Trata-se, pois, da relação entre o dizer e o mostrar, entre o dizível e o que não se pode dizer. E esta impossibilidade leva a uma sentida insatisfação ao não conseguir expressar o sentido do ser humano no mundo e não a conseguir expressar face à limitação da linguagem.

Na proposição 6 versículo 432, escreve o autor “Como o mundo é, é para O que está acima, completamente indiferente. Deus não se revela ao mundo”. Interessa-nos aqui apenas a parte em que se refere que Deus não se revela ao mundo, dando-se importância ao silêncio, enquanto atitude filosófica existencial que o ser humano tem para com Deus.

No penúltimo aforismo do seu Tratado (6.54) refere Wittgenstein “Tem que, por assim dizer, deitar fora a escada após ter subido por ela”. Ou seja, tudo o que foge ao entendimento humano, e por mais que nada acrescenta ao conhecimento é digno de respeito. Assim, o único diálogo possível com o divino é o silêncio. Ora, a possibilidade de abertura para com o místico, que se revela de forma indizível, dá-se por meio de vivenciar o silêncio. Conclui-se que, para Wittgenstein, leia-se, para o filósofo, o silêncio é uma cabal resposta às questões fora do mundo dos factos que a ele se impõem.

A atitude do ser humano face às questões que estão para lá da capacidade de pensar, que estão fora do mundo, que estão fora do mundo dos factos, não é procurar explicar o indizível, que é um erro lógico, mas sim aceitar a atitude do silêncio como a correcta. Em especial quando nos deparamos com o místico. Ou seja, repetindo, finaliza Wittgenstein no seu Tratado “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio”⁸⁴.

Friedrich Nietzsche é um filósofo onde o silêncio é visto como um processo de provação e de dor. Para Nietzsche o silêncio não é apenas ausência de barulho, mas também falta de palavra, que é a causa do excesso desse barulho. Por isso, o silêncio é a experiência do inaudito, daquilo que é anterior ao dizer e ao ouvir. O silêncio radical de Nietzsche, como experiência vital, é a sua loucura, o abandono radical à negação da condição humana gregária. No fundo o silêncio é o modo de ser escolhido por ele como seu destino⁸⁵.

Jesus, no *Evangelho de João*, encontra-se pelo menos em duas situações descritas como ocorrendo por volta da hora do meio-dia. Jesus está sentado e o Sol marca o meio-dia, a hora sexta. É a hora central do dia, o ponto que determina a passagem de uma parte a outra da jornada. O meio do tempo assinalando um antes e um depois. O meio do caminho ou a encruzilhada da vida. Como refere Jo-

sé Tolentino de Mendonça a propósito destas passagens bíblicas (*João* 4:6 e 19:13-14), “...o meio-dia não indica apenas uma mudança cronológica, mas a figuração da passagem que Jesus protagoniza e inscreve em nós. Ele que nos leva do tempo da História ao tempo da salvação. Por isso, mesmo que o relógio marque outras horas, muitas vezes na nossa vida é meio-dia. O instante exacto em que agora estamos é meio-dia. Sempre que acedemos ao convite para uma viagem interior é meio-dia. Sempre que nascemos e renascemos no encontro com a palavra é meio-dia. Sempre que nos abeiramos da fonte em silêncio e esperança é meio-dia.”⁸⁶

Sem mais explicações, lembremo-nos dos rituais maçónicos quando referem que os trabalhos comecem ao meio-dia e encerram à meia-noite.

No seu texto *Somos analfabetos do silêncio*, José Tolentino de Mendonça escreve “Pense-se em como o silêncio dá a ver o património de uma amizade. E a pergunta é: como percebemos que dois desconhecidos são amigos? Pela forma como conversam? Certamente. Pelo modo como se riem? Claro que sim. Mas, ainda mais, porque nitidamente acolhem o silêncio um do outro. Entre conhecidos o silêncio é um embaraço, sentimos imediatamente a necessidade de fazer conversa, de ocupar o espaço em branco da comunicação. Com os amigos, o silêncio nada tem de embaraçoso. O silêncio é um vínculo que une.”⁸⁷



Na comunicação o silêncio, e também as palavras, tem valorização diferente no Oriente e no Ocidente. Os orientais valorizam mais o silêncio enquanto os ocidentais lhe dão um valor menos positivo. Os autores que têm estudado este tema concluem harmonicamente que o silêncio representa valores diferentes nestes dois contextos culturais. E tal ocorre não apenas na apreciação do silêncio exterior, mas igualmente quando aquele conecta com o nosso interior onde não há factores ou ruídos que o perturbem.

A título de exemplo refira-se a interessante dissertação de Chen Yugian apresentada na Universidade do Minho, em 2022, intitulada *O silêncio: uma análise comparativa entre as concepções orientais e ocidentais*,⁸⁹ onde este autor para além de analisar o silêncio enquanto tal, vai utilizar duas obras para estudar os papéis diferentes que o silêncio representa no mundo oriental e ocidental. Para

tal socorre-se dos *Analectos* de Confúcio e da *Bíblia*. Por último analisa o silêncio na filosofia e na religião na sua dimensão da espiritualidade, ou seja, traz-nos ainda que perfunctoriamente a abordagem ao tema feita pelo budismo, taoismo, epicurismo, estoicismo e cristianismo.

Afirma o autor que o silêncio tem uma forte identidade cultural e que, na cultura chinesa, é o silêncio, em vez da língua, que fica no centro do pensamento tradicional chinês. Citando o autor chinês Tang Liqun afirma-se que, na Filosofia, o silêncio é o tema de todas as filosofias orientais⁹⁰. No *Tao Te Ching (O livro do Caminho e da virtude)*, obra que inspirou o surgimento do budismo e do taoismo, defende-se que “aquele que compreende não fala, aquele que fala não compreende”⁹¹.

Até na vida quotidiana, os chineses usam frequentemente os caracteres carregados com significado de silêncio ao nomear as crianças, com a esperança de que as crianças possam ter uma personalidade de ficar silenciosas, indicando assim uma excelente qualidade.



No coração da Itália, em Avezzano, foi inaugurado, em 2020, o Santuário Mariano da Nossa Senhora do Silêncio, a pedido do Papa Francisco. O pedido havia sido feito, por carta de 24 de Março de 2019, ao ministro provincial dos Capuchinhos de Avezzano Padre Nicola Grasso. A escolha recaiu sobre o convento dos Capuchinhos abandonado há dez anos.

Frei Emiliano Antenucci, Frade Menor Capuchinho, reitor do Santuário e promotor de longa data do culto de “Nossa Senhora do Silêncio”, tinha solicitado há mais de dez anos o ícone de Nossa Senhora do Silêncio às monjas beneditinas da ilha de San Giulio d’Orta. Alguns anos depois, o Papa Francisco decidiu colocar uma cópia no Palácio Apostólico.

Assim, a devoção a esta imagem começou primeiramente em Itália e gradualmente em várias partes do mundo.

Nesta sequência, Frei Emiliano Antenucci escreveu um pequeno livro intitulado *Silêncio, o mestre dos mestres: doze passos para um caminho de espiritualidade*, com prefácio da madre Anna Maria Cànopi⁹².

Nesta pequena obra trabalha-se o silêncio de uma maneira prática. Citando vários autores e textos

antigos, Frei Emiliano Antenucci destaca doze etapas indispensáveis para um verdadeiro caminho da espiritualidade marcado pelo silêncio. Esse itinerário começa com um silêncio inicial, prelúdio de outros silêncios mais profundos, indispensáveis para suscitar a humildade da qual deriva a alegria interior e criativa. No fundo, o autor propõe uma identidade do coração do homem decalcada sobre o coração de Cristo, em que os seus passos, as suas etapas, coincidem com as etapas da missão redentora de Cristo e resumem-se na luta contra o mal e na superação das várias provações e tentações, através da oração. Como nos diz este autor “o silêncio é a principal porta da alma, é uma endoscopia de toda a nossa vida à luz do Espírito Santo”⁹³.



Na *Divina Comédia*, Dante Alighieri recomenda-nos, através de um dos personagens (Metelo), que “usa a tua voz como um ordenamento”⁹⁴.

É impactante a cena no filme *A Vida é Bela*, em que o actor e realizador Roberto Benigni coloca esta advinha: “qual é a coisa qual é ela que quando se fala nela desaparece?” O silêncio, pois claro.

O Papa Bento XVI, no prefácio ao livro do cardeal Robert Sarah *A Força do Silêncio. Contra a Dita-dura do Barulho*, de 2016, diz-nos que Jesus, como nos dizem os Evangelhos, passava muitas vezes a noite sozinho no monte a rezar, em diálogo com o Pai. Sabemos que o Seu falar, a Sua palavra, provém destes tempos de silêncio, já que, como afirma Bento XVI, “só no silêncio podia amadurecer.”⁹⁵

Este livro de Robert Sarah, cardeal originário da Guiné-Conacri e actual Prefeito-emérito da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, é de leitura obrigatória, para quem quiser perceber este tema sob uma perspectiva cristã.

O silêncio, nos momentos importantes da vida, torna-se uma necessidade vital. Mas o silêncio não pode ser procurado como um fim em si mesmo, como se esse fosse o nosso objectivo. Procuramos o silêncio para encontrarmos algo superior, porque procuramos Deus, como refere o Cardeal Sarah. E só O encontraremos se fizermos silêncio no fundo do nosso coração.

Dom Dysmas de Lassus, prior da Grande Cartuxa e prior geral da Ordem dos Cartuxos, é certo quando afirma que os homens consideram que o

silêncio é uma mera ausência de barulho e de palavras, quando não o é, já que a realidade é muito mais complexa. Como ilustração dá-nos o seguinte exemplo.

O silêncio de um casal à refeição pode exprimir profundidade de uma comunhão que já não precisa de palavras; por outro lado, os dois podem já não ser capazes de falar. O primeiro silêncio é um silêncio de comunhão, e o segundo um silêncio de rotura. Estas duas formas opostas são ambas portadoras de uma mensagem muito forte: a primeira diz “amo-te”; a segunda “acabou-se o nosso amor”⁹⁶.

Por vezes, a conversa que começa sendo útil depressa degenera em inútil, para terminar sendo censurável. Guardar o silêncio dos lábios não é difícil, basta querer; mas o silêncio dos pensamentos já é outra coisa, e só este nos permite chegar ao nosso interior e habitar o nosso coração. Como nos disse Santo Agostinho nas suas *Confissões* “em vez de ir para fora, entra em ti mesmo, pois é no coração do homem que habita a verdade”. É dele a famosa expressão nos *Solilóquios*, *noverim me, noverim te*, ou seja, que eu me conheça para que eu te conheça.

O homem não pode estar à espera de conhecer Deus sem se ter encontrado. Como bem sentenciou Santo Agostinho, “certamente estavas diante de mim, mas eu tinha-me afastado de mim mesmo, não me encontrava, e muito menos a Ti”.

Tinha, pois, razão Pascal quando nos seus *Pensamentos* escrevia “Toda a infelicidade dos homens provém de uma só coisa, que é não saber ficar num quarto a descansar”.

Aline Barros, cantora, compositora e escritora brasileira desde sempre ligada aos movimentos religiosos, tem uma expressão sintomática “Quando passar por momentos difíceis e perguntar onde está Deus, lembre-se de que, durante uma prova, o professor está em silêncio.”

David Breton, num ensaio sobre o silêncio, aborda uma relação triangular – silêncio, noite e morte. Refere este autor que “É através do silêncio que a morte evoca a noite, da mesma forma que, inversamente, a noite faz lembrar a morte, por causa do silêncio. Se a noite e a morte são intuitivamente sentidas como sendo da mesma família (...) é porque a noite e a morte são as duas silenciosas.”⁹⁷

Sintetiza o Cardeal Robert Sarah, na esteira de

Thomas Merton, que seria uma grande prova de renúncia e uma bela disciplina abandonar as fontes de barulho: eles compreendem que precisam de silêncio, mas não ousam mergulhar nele por receio daqueles que os rodeiam⁹⁸.



“A sociedade moderna já não consegue prescindir da ditadura do barulho. Ela embala-nos numa ilusão de democracia empacotada, ao mesmo tempo que arranca a nossa liberdade com a violência subtil do demónio, que é o pai da mentira.”^{99 100}

Na nossa sociedade moderna, o descrédito do silêncio é sintoma de uma doença grave. O nosso sangue corre nas nossas veias sem fazer barulho, e só conseguimos escutar os batimentos do nosso coração no silêncio¹⁰¹. As verdadeiras questões da vida colocam-se no silêncio.

Todos os dias, é, pois, importante fazer silêncio. Mas não sendo o silêncio uma ausência, ele é a manifestação de uma presença, a mais intensa de todas as presenças. E não se confunda este silêncio com uma simples deslocação geográfica para um deserto, um mosteiro ou uma floresta virgem. Não. O que se procura é um silêncio que corresponda a um estado interior. É preciso tornarmo-nos silêncio. O verdadeiro local deserto está dentro de nós, na nossa alma.

Se tal é obrigatório para o ser humano, mais importante, diria, mais categórico, mais imperativo, é para nós maçons, face ao trabalho na construção da nossa morada interior e na participação da edificação da catedral exterior.

NOTAS

1. Só este nos interessa. O silêncio referente a organizações (como por exemplo a “lei do silêncio” atribuída à Máfia) está, maioritariamente, não tanto associado às organizações em si mesmas consideradas, mas sim aos seus membros por expressão ao mundo externo a essa organização, o que acaba por se encaminhar para a temática do segredo, embora com fundamentos bem diferentes dos que a nós nos são mais próximos.
2. Ainda recentemente o músico Pedro Abrunhosa veio afirmar, num livro entrevista, que “Eu tenho uma obsessão que é o silêncio, e gostava muito de, um dia, escrever sobre o silêncio. Aliás, eu tenho um disco chamado *Silêncio*, o meu terceiro disco.”, in Pedro Abrunhosa: *Gostava muito de escrever sobre o silêncio. Diálogo com José Jorge Letria*, Editora Guerra e Paz, Abril, 2024. Já em 2007 esta mesma editora, Guerra e Paz, publicou o livro *Um Minuto de Silêncio*, que compilou depoimentos de figuras públicas acerca da importância do silêncio nas suas vidas. Com organização de Marisa Moura e António Coelho foram recolhidos depoimentos de 60 personalidades e a receita da sua venda foi doada à Associação Portuguesa de Surdos.

3. Raul Brandão, *Memórias*, Quetzal Editores: Lisboa, 2017, pág. 248. Esta edição reúne num só volume os três livros que compõem as memórias deste autor.
4. “O Silêncio”, *AD FRATRES*, 2ª série, ano 2, nº 4, 2022, pág. 22 (uma única página).
5. “O Silêncio e...”, *AD FRATRES*, 2ª série, ano 3, nº 5, 2022, pp. 37 a 40, mas onde o silêncio só é tratado nas págs. 37 e 38.
6. Seguimos aqui de perto as ideias de Paolo Scquizzato, *Ainda melhor no silêncio. A oração cristã*, Paulinas Editora, 2017, pp. 13-17, que embora se expresse num contexto de entendimento cristão, podem ser aproveitadas num contexto mais abrangente acerca da condição humana.
7. Interessante o livro de Erling Kagge, *Silêncio na era do ruído*, Lisboa: Quetzal Editores, 2017, onde o autor conversa e reflete consigo e conosco sobre o valor do silêncio na ruidosa sociedade actual.
8. Muito recentemente (no dia 24 de outubro de 2024) foi publicada a *Carta Encíclica DILEXIT NOS* do Papa Francisco *Sobre o amor humano e divino do coração de Jesus*, onde no parágrafo 3º e seguintes o Santo Padre se refere ao que se deve entender por coração. Texto disponível no site do Vaticano.
9. Santa Teresa de Ávila, *As Moradas*, Edições Carmelo: Marco de Canaveses, 3ª edª, 2022. As *Moradas ou Castelo Interior* foi escrito em 1577 como guia para o desenvolvimento espiritual através do serviço e da oração.
10. Original possivelmente de 1945.
11. Eliphaz Levi e Arthur E. Powell, *As Origens da Maçonaria. Dos antigos mistérios à instrução maçónica primitiva*, Apeiron Edições, Lisboa, 2013, p. 124. (edição coordenada por Dulce Leal Abalada).
12. Ob. Cit., pág. 126.
13. Ob. Cit., pág. 129.
14. Ob. Cit., pág. 131.
15. Ob. Cit., pág. 133.
16. Ob. Cit., pág. 134.
17. Helena Blavatsky, *A Voz do Silêncio*; Nova Veja, Lisboa, 2015, pág. 35. Esta edição tem tradução e notas de Fernando Pessoa e prefácio de José Manuel Anes.
18. Ob. Cit., pág. 36.
19. Com interesse Georges Gusdorf, *A Palavra: função - comunicação - expressão*, Edições 70, Lisboa, 1995.
20. Utilizámos aqui a edição brasileira intitulada *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994, pp. 197-221. Citação na pág. 2 da separata da edição em causa.
21. Alberto Pimenta, *O Silêncio dos Poetas*, Cotovia, Lisboa, pág. 167.
22. Pedro Savi Neto utiliza uma imagem significativa para diferenciar este carácter exclusivo da palavra por contraposição com o silêncio que é inclusivo, como quando se busca apanhar água com a mão: transborda muito mais do que se consegue segurar, in *O encontro silencioso com o uno em Plotino*, in “Revista Saberes”, vol.1, nº 16, 2017, pp. 55-65.
23. Para o que aqui nos interessa, e, portanto, para um conhecimento breve de Plotino, tem interesse o artigo de Maria Manuela Brito Martins, *Em torno de Plotino e da sua importância para a filosofia medieval*, in “Revista da Faculdade de Letras” – Série de Filosofia, 27-28

- (2010/2011), pp. 9 a 19. Cfr. Também a tese de Marta García Gómez, *El silencio en la filosofía de Plotino*, Universidad de Valladolid, s/d (mas 2022).
24. Os escritos de Plotino foram organizados por um seu discípulo, Porfírio, que os agrupou em 54 tratados, sendo a obra que hoje melhor conhecemos as *Enéadas*. Recentemente em português João Rebalde, *Introdução ao estudo de Plotino: uma leitura das Enéades*, Edições Afrontamento, Porto, 2023.
 25. Plotino que nas palavras de Reinhold Aloysio Ulmann criou uma verdadeira “filosofia do silêncio”, in *O Mito nas Enéades de Plotino*, revista Veritas, Porto Alegre, vol. 41, 1996, p. 387.
 26. Por todos Gabriela Bal, *Silêncio e contemplação – Uma introdução ao pensamento de Plotino*, São Paulo, 2007.
 27. Com interesse Maria Simone Cabral Marinho, *Mística, Linguagem e Silêncio na Filosofia de Plotino*, in *Expressar lo Divino: lenguaje, arte y mística*, Coord. De Alexander Fidora e Jordi Pardo Pastor, dezembro de 2002, pp. 93 a 101.
 28. Assim, Gabriela Bal, *Silêncio e contemplação – Uma introdução ao pensamento de Plotino*, ob. cit., p. 53.
 29. Eliete Eça Negreiros, *Os sentidos do silêncio*, in Revista brasileira de psicanálise, vol. 50, nº 4, 2016, pp. 121-132.
 30. Sobre a filosofia de Plotino Cfr., José Costa Macedo, *Plotino – Absoluto e Subjectividade*, in “A Questão de Deus na História da Filosofia”, Vol. I, Editora Zéfiro, Lisboa, 2008, pp. 185 a 193. Com interesse Vanderley Nascimento Freitas, *O exercício do silêncio como terapia da alma na filosofia de Plutarco*, dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016
 31. Fundamental para a etimologia do conceito, cfr. a completíssima nota de rodapé nº 341, págs. 189 a 191 do artigo *Do silêncio do mestre à sua palavra iniciática. Uma introdução a uma pedagogia do silêncio e da palavra*, de Alberto Filipe Araújo e Angel Garcia del Dujo, in *Rostos do Silêncio. Ensaio Transdisciplinares*, Org. de Anderson Alencar Menezes e Alberto Filipe Araújo, Editora Inteligência Relacional, São Paulo, 2019, pp. 188 a 235. Para a etimologia do silêncio na tradição indo-europeia ver também Carlos H. do C. Silva, *Aposiôpesis. O silêncio na linguagem dos místicos*, in Didaskalia, XLI (2011) 2., p.116 nota 55.
 32. Com interesse Alain Corbin, *Histoire du Silence. De la Renaissance à nos jours*, Albin Michel, Paris, 2016. Existe uma boa tradução castelhana de Jordi Bayod, *Historia del Silencio. Del Renacimiento a nuestros días*, Acanalado. Quaderns Crema, SA, 2019.
 33. Este Deus foi adaptado pelos antigos gregos a partir da representação do Deus egípcio Hórus, que representava o Sol. Quando os gregos conquistaram o Egípcio, com Alexandre o Grande, acabaram por transformar o Hórus egípcio numa divindade helenística conhecida como Harpócrates.
 34. Inserido na obra *Styles of Radical Will*. Utilizámos aqui a tradução brasileira de João Roberto Martins Filho, *A Vontade Radical. Estilos*, Editora Schwarcz S.A., São Paulo, 2015. O ensaio em causa encontra-se nas págs. 10 a 43.
 35. Espiritualidade é definida por Sontag neste seu texto como “Espiritualidade = planos, terminologias, noções de conduta voltados para a resolução das penosas contradições estruturais inerentes à situação do homem, para a perfeição da consciência humana e a transcendência”. (pág. 10)
 36. *A Vontade Radical. Estilos*, ob. cit., pág. 19.
 37. Partindo desta obra, José Tolentino de Mendonça escreveu no *Expresso*, em 13/6/2015, *Somos analfabetos do silêncio*. Anos mais tarde, voltou a escrever no mesmo jornal, em 20 de Janeiro de 2020, o texto *Cogumelos, música e silêncio*.
 38. Por todos Cfr. A dissertação de doutoramento de Mário Joaquim Silva Azevedo, 4’33” *Sobre o silêncio e da sua entropia a partir de John Cage*, Universidade do Porto, Faculdade de Belas Artes, 2017, em especial para o que aqui nos interessa o seu capítulo II, pp. 77 a 183.
 39. Editora Paulinas, Prior Velho, 2012, pp. 213 a 223.
 40. Com interesse Rafael da Silva Gonçalves, *Práticas silenciárias e mistagogia poética do silêncio na liturgia*, dissertação apresentada na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2022. Em especial o seu capítulo 3, págs. 55 e ss.
 41. Este é um dos mais célebres trechos das *Confissões* e trata de um assunto da mais alta mística: o êxtase. Faz-nos vislumbrar um mundo de silêncio e de gozo para além do tempo e dos sentidos. A cena foi representada num quadro pelo pintor francês Ary Scheffer. Cfr. *Confissões de Santo Agostinho*, Livraria Apostolado da Imprensa, 11ª edição, 1984, tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina com prólogo de Lúcio Craveiro Lopes, pp. 227 a 229.
 42. Padres do Deserto é a designação que se dá aos eremitas, ascetas, monges e freiras que viveram maioritariamente no deserto da Nútria, no Egípcio, a partir do sec. III, sendo o mais conhecido deles Santo Antão. Convém precisar que, de muitos deles, nem o nome conhecemos; são simplesmente nomeados como “Anciãos”, ou “Pais”. Interessante quer a introdução quer os textos apresentados em Isidro Pereira Lamelas, *Padres do Deserto. Palavras do silêncio*, Universidade Católica Portuguesa Editora, Lisboa, 2019. Nesta obra apresenta-se a resposta ao mundo actual de ir ao encontro do que é essencial “sem palavras”. Vale a pena escutar as palavras do silêncio, afirma este teólogo e professor da Universidade Católica Portuguesa. Se o silêncio é a mãe dos pensamentos mais sábios como dizia Diádoco e se a sabedoria é amiga da solidão como diziam os antigos, então é obrigatória a leitura do capítulo introdutório (págs. 11 a 24), bem como do capítulo intitulado “Diz-me uma palavra! O silêncio que fala” (págs. 25 a 32).
 43. Com interesse o escrito de Cristina Campo (mas de seu nome próprio Vittoria Guerrini) *Introdução a Ditos e Feitos dos Padres do Deserto*, na obra *Os Imperdoáveis*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2005, pp. 219 a 229. Edição portuguesa com prefácio do Cardeal Tolentino de Mendonça, pp. 7 a 12.
 44. Com interesse comparando algumas semelhanças entre as ordens monásticas e maçónicas Karel Musch, *Três semelhanças desafiadoras: uma exploração das ordens monásticas e maçónicas*, texto traduzido por J. Filardo e publicado em 2024 no site Biblioteca Fernando Pessoa.
 45. Editora Paulinas, Prior Velho, 2014, pp. 209 a 213.
 46. Ainda recentemente e sobre o papel da literatura, o Vaticano publicou uma *Carta* do Papa Francisco intitulada *Carta do Santo Padre Francisco sobre o papel da literatura na educação*, datada de 17 de julho de 2024, disponível no site do Vaticano.
 47. Interessante sobre a poesia e a sua ligação com a teologia na obra de Tolentino de Mendonça, o artigo de Samuel Dimas, *A poética do silêncio e da sede de Deus em José Tolentino de Mendonça*, in *Teoliterária*, Vol. 12, nº 28, 2022, pp. 11 a 43. Sobre o silêncio em Deus Cfr. pp. 19 a 24.
 48. Edição do Secretariado Nacional do Apostolado da Ora-

ção, Braga, edição original de 2011. Utilizámos a 5ª edição de 2019, pág. 72. Interessante e belo o prefácio a esta obra de Luís Miguel Cintra.

49. Sobre o pensamento deste autor sobre o silêncio, por referência à obra citada, é útil o artigo de Aduino Novaes, *Treze notas sobre O silêncio e a prosa do mundo*, in *O silêncio e a prosa do mundo*, obra coletiva organizada por aquele autor, Edições Sesc, São Paulo, pp. 13-29. Sobre o texto citado pág. 16.
50. No século XVII o tema da prudência foi objeto de uma grande obra de um pensador e escritor barroco Baltasar Gracián, intitulada *A Arte da Prudência*, escrita em 1647. Pode-se consultar a recente edição da autoria de Emilio Blanco, Editora Ariel, 2023.
51. Editorial verbo divino. Este número foi organizado por Diego Irarrazaval, Andrés Torres Queiruga, Mile Babić e Felix Wilfred.
52. Págs. 703 a 714.
53. Págs. 715 a 728.
54. Para uma ideia geral Cfr. *Do silêncio do mestre à sua palavra iniciática. Uma introdução a uma pedagogia do silêncio e da palavra*, de Alberto Filipe Araújo e Angel Garcia del Dujo, in *Rostos do silêncio. Ensaios Transdisciplinares*, Org. de Anderson Alencar Menezes e Alberto Filipe Araújo, Editora Inteligência Relacional, São Paulo, 2019, pp. 188 a 235.
55. 2ª ed., Madrid, pp. 109-110.
56. Tal não implica, obviamente, que surjam interessantes estudos sobre o silêncio, nomeadamente na academia. Como prova desta exceção dois exemplos: a dissertação de Oscar Federico Bauchwitz, *A caminho do silêncio – a filosofia de Escoto Eriugena*, edição de Relume Dumara (Ediouro), 2003. Ao ter como argumento inicial uma reflexão sobre o lugar do silêncio no mundo contemporâneo, o autor leva-nos à questão do silêncio pensado enquanto seu sentido fundamental. Falar sobre o silêncio impõe em si uma superação que, em Eriúgena, como defende o autor, se dá na comprovação da existência divina que confronta a própria palavra. O pensamento sobre o silêncio vai servir, então, de base para uma análise da obra do místico irlandês, na medida em que o tema sustenta, de acordo com o autor, o “equilíbrio dialéctico” da sua filosofia. Um outro exemplo pode ser visto na dissertação de Elaine Cristina Cintra, *A “estética do silêncio” no livro do desassossego: um estudo da escritura em Fernando Pessoa*, São José do Rio Preto, São Paulo, 2005. Aí se refere na pág. 62 “O Livro do desassossego é o livro do silêncio. Essa afirmação parte do princípio que, nessa obra em processo, a palavra vertiginosa acaba por ceder lugar ao silêncio, conceito aqui representando o absoluto do sentido. Ao compor o livro de sua vida, o livro-síntese de toda sua obra, Fernando Pessoa sai em busca do que há além da palavra, ou antes dela, uma vez que as limitações impostas pela mesma não serão suficientes para suprir essa necessidade de ser tudo e todos que impregnava os seres desse autor.”
57. Com interesse a dissertação de doutoramento de Rosa Mateu Serra, *El lugar del silencio en el proceso de la comunicación*, setembro de 2001.
58. A expressão a “igreja do silêncio” para caracterizar os cristãos dos antigos países de leste no tempo da URSS, que por esta condição eram perseguidos, é disso exemplo.
59. Entre outros vários escritos seus Mircea Eliade, *Iniciação e Sociedades Secretas*, Editorial Esquilo, Lisboa, 2004.
60. Seguimos aqui de perto *Do silêncio do mestre à sua palavra iniciática. Uma introdução a uma pedagogia do silêncio e da palavra*, de Alberto Filipe Araújo e Ángel Garcia del Dujo, in *Rostos do silêncio. Ensaios Transdisciplinares*, Org. de Anderson Alencar Menezes e Alberto Filipe Araújo, Editora Inteligência Relacional, São Paulo, 2019, p. 219.
61. Omraam Mikhaël Aïvanhov, *A via do silêncio*, Publicações Maitreya, Porto, 2011, 131-132.
62. Curiosa a importância que a peregrinação, ou melhor o caminhar durante a mesma, assume para o homem como o demonstram várias afirmações de grandes pensadores ao longo do tempo. Nietzsche chegava a caminhar oito horas por dia e considerava que as suas grandes ideias, como a do eterno retorno, lhe surgiam ao caminhar. Também Rousseau referia que só fazia alguma coisa enquanto caminhava e que o campo era o seu escritório. Muito recentemente foi editado em França um livro que se tornou *best-seller* sobre o caminhar como filosofia e onde o autor afirma que caminhar ensina-nos a lentidão e isso muda-nos a vida. Para Frédéric Gros, o autor em causa, o caminhar e a contemplação que vai permitindo “é uma oração silenciosa e uma homenagem à paisagem e ao mundo”. Conclui referindo que “caminhar é uma forma de nos reclamarmos a nós próprios, de reclamarmos a natureza de uma forma completamente harmoniosa”. Utilizámos a edição portuguesa (tradução de Inês Fraga), Frédéric Gros, *Caminhar – uma filosofia*, Antígona, 2024. Aliás este tema é hoje objecto de estudos com interesse. Recentemente Rémy Oudghiri, defendendo que a arte de caminhar se transformou numa arte de viver, publicou *A Sociedade muito secreta dos caminhantes solitários*, Quetzal Editores, Lisboa, 2024, onde se lê por ex. na página 112 que ao caminhar se “é conquistado pelo silêncio.” Com interesse na relação entre o silêncio e a meditação o clássico *Biografia do Silêncio*, Quetzal Editores, Lisboa, 2022, de Pablo d’Ors, padre, escritor e fundador da rede de meditação Amigos do Deserto e do Tabor.
63. Do grego *monachos* “uma pessoa solitária”. Por sua vez a palavra monge vem do grego *monos* que significa “só um, solitário, aquele que vive à parte, isolado”.
64. Com interesse Henri Brunel, *El pequeño libro de la sabiduría monástica*, José J. de Olañeta, Editor, Barcelona, 2000, tradução do original francês por Francesc Guitiérrez. Sobre o espírito do silêncio págs. 60 e ss.
65. Com interesse Maria Alegre Fernandes Marques, *Estar e viver: o silêncio entre os cistercienses*, in *O Claustro e o Século*, orgs. de Antónia Fialho Conde/Olga Magalhães/António Camões Gouveia, pp. 28 pp.
66. *Elogio del silencio*, Editora Sal Terrae, Santander, 2003, pp. 77-78.
67. *Die Grosse Stille*, documentário de 2005, com a duração de 2h 42m. Este documentário pode ser visto na plataforma youtube.com.
68. Seguimos nesta descrição Rogéria Guimarães Alves Bernardes e Leonardo Pinto de Almeida, *A subjetividade silenciosa: solidão, silêncio e sentido no monaquismo beneditino*, in *Memorandum*, nº 36, Belo Horizonte, 2019, pp. 1 a 25.
69. A importância dos espaços/lugares para compreender o (s) silêncio(s) é apontado por vários autores. Todos reconhecemos uma biblioteca como espaço de silêncio, ou mesmo a nossa habitação ou espaços dela. Por todos Alain Corbin, *Historia del Silencio. Del Renacimiento a nuestros días*, Acanalado, Barcelona, 2019, pp. 9 a 24. (Utilizámos aqui a tradução castelhana do original francês de 2016).
70. Esta obra foi traduzida em 2018 com o título *Tempo de Silêncio*, Tinta da China, Lisboa, com prefácio de Karen Armstrong e tradução de Alda Rodrigues.

71. Ob. Cit., edição portuguesa, pág. 20.
72. Ob. Cit., edição portuguesa, pág. 11.
73. É útil comparar as visões por vezes diferentes do autor da obra e da autora do prefácio. Enquanto Patrick Fermor considera que o monge na sua rotina diária tem na sua base a crença na oração. Crença na necessidade e na eficácia da oração. Karen Armstrong discorda. Diz ela que só desde o Iluminismo do século XVIII o Ocidente cristão fez da crença – a aceitação de determinadas proposições do credo – o primeiro postulado da vida religiosa. No Ocidente existe uma cultura racional, científica e pragmática. Sente-se a necessidade de acreditar que uma proposição é verdadeira antes de buscarmos as nossas vidas nela, bem como de estabelecer o caráter convincente de um princípio antes de o aplicarmos. No período pré-moderno em todas as fés mais importantes, a ênfase principal recaía não sobre a crença, mas sobre o comportamento. Primeiro mudava-se de estilo de vida, e só depois se podia sentir Deus, Nirvana, Brâmane ou o Tao enquanto realidade vivida. Ob. Cit., Pág. 14.
74. *Do silêncio do mestre à sua palavra iniciática. Uma introdução a uma pedagogia do silêncio e da palavra*, de Alberto Filipe Araújo e Ángel Garcia del Dujo, in *Rostos do silêncio. Ensaios Transdisciplinares*, Org. de Anderson Alencar Menezes e Alberto Filipe Araújo, Editora Inteligência Relacional, São Paulo, 2019, p. 205.
75. Carlos H. do C. Silva, *Aposiópesis. O silêncio na linguagem dos místicos*, in *Didaskalia*, XLI (2011)2., p.104.
76. Considerando também os diferentes contextos culturais de relação com o silêncio, Cfr., Maria Helena Vieira, *Antífona do silêncio*, in *Rostos do silêncio. Ensaios Transdisciplinares*, Org. de Anderson Alencar Menezes e Alberto Filipe Araújo, Editora Inteligência Relacional, São Paulo, 2019, p. 303 a 322.
77. Com interesse Cfr., Gustavo Henrique Fernandes Correia e Allan da Silva Coelho, *O silêncio como possibilidade de abordagem filosófica*, paper de 14 págs. de acesso livre na net.
78. Marc de Smedt, *Elogio do Silêncio*, Sinais de Fogo Publicações, Cascais, 2001.
79. A partir da consagração da língua latina clássica, os verbos *tacere* (calar-se) e *silere* (permanecer silencioso) querem dizer a mesma coisa. No período pré-clássico a distinção apontada fazia-se. Aí se via melhor a distinção entre o nosso silêncio, o *tacere*, e o silêncio do ambiente em que vivemos, como por exemplo o das ondas do mar, o *silere*.
80. Utilizamos a edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pág. 142, com tradução (da edição de 1961) e prefácio de M.S. Lourenço e introdução de Tiago Oliveira.
81. Paulo Roberto Margutti Pinto, *O Tractatus de Wittgenstein como obra de iniciação*, in revista de Filosofia Unisinos, vol. 5, nº 8, 2004, pp. 81 a 104.
82. Vinicius de Faria dos Santos, *Entre o dizer e o mostrar: Wittgenstein sobre ética e os valores*, in *Princípios*. Revista de Filosofia, Vol. Nº 22, nº 39, 2015, pp. 93-119.
83. Seguimos aqui de perto Willlian José Nunes, *O silêncio perante o místico: atitude filosófica-existencial humana no Tractatus de Wittgenstein*, in *Frontistês*. Revista Eletrônica de Filosofia e Teologia, Vol. 17, nº 31, 2023, pp. 1 a 16. Também com interesse a dissertação de Ricardo N. Henriques, *O Silêncio do valor: um estudo sobre a natureza do ético e do estético no pensamento de Wittgenstein*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, em especial as páginas 52 e ss.
84. Útil a obra de George Steiner, ele admirador confesso de Wittgenstein e desta obra, *Language and Silence, Essays on Language, Literature, and the Inhuman*, Yale University Press, 1998.
85. Jelson Roberto de Oliveira, *A Profilaxia do silêncio: Nietzsche e a virtude da Vita Contemplativa*, in *Revista Ética*, Florianópolis, Vol. 10, nº 1, 2011, pp. 133-155.
86. José Tolentino de Mendonça, *Elogio da Sede*, Quetzal Editora, 2018, pp. 20-21. Esta obra tem um prefácio do Papa Francisco.
87. Expresso de 13/6/2015.
88. Interessante o romance de Shusaku Endo, *Silêncio*, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 1990, (original de 1966) sobre o cristianismo no Japão e o silêncio de Deus perante o sofrimento dos que nele creem. Este livro conta a história, no século XVII, de dois padres jesuítas portugueses que viajam para o Japão numa época em que o catolicismo foi banido à procura do seu mentor, e foi objeto de adaptação cinematográfica realizada por Martin Scorsese, em 2017.
89. Universidade do Minho. Instituto de Letras, Artes e Ciências Humanas, março, 2022.
90. Ob. Cit., pág. 17.
91. Utiliza-se aqui a tradução e edição cuidada da autoria de António Miguel de Campos, *Tao Te King. Livro do Caminho e do Bom Caminhar*, Edição da Relógio D'Água, Lisboa, 2010. O trecho em causa encontra-se na pág. 89.
92. Tradução portuguesa com edição da Paulus Editora, 2020.
93. Frei Emiliano Antenucci, *Silêncio, o mestre dos mestres – doze passos para um caminho de espiritualidade*, Paulus Editora, 2020, pág. 12.
94. Utiliza-se aqui a premiada tradução de Vasco Graça Moura de *A Divina Comédia* de Dante Alighieri, Editora Bertrand, Venda Nova, 1977.
95. Robert Sarah, com Nicolas Diat, *A Força do Silêncio. Contra a Ditadura do Barulho*, Editora Lucerna, Parede, 2017, pág. 9.
96. Robert Sarah, com Nicolas Diat, *A Força do Silêncio. Contra a Ditadura do Barulho*, ob. cit., pág. 214.
97. David Le Breton, *O Silêncio*, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, págs. 160-161.
98. É clássica e importante a obra de Thomas Merton, *La Vida Silenciosa*, Desclée de Brouwer, Bilbao, 2009. Com interesse na abordagem deste autor a dissertação de Sibélius Cefas Pereira, *Thomas Merton: Itinerarium da vida contemplativa no tempo e na história*, Juiz de Fora, 2012.
99. Robert Sarah, com Nicolas Diat, *A Força do Silêncio. Contra a Ditadura do Barulho*, ob. cit., pág. 38.
100. É interessante a posição do filósofo Byung-Chul Han no seu texto *O capitalismo não gosta do silêncio*, Ver também *Capitalismo e pulsão da morte*, Relógio D'Água, Lisboa, 2023, pág. 97 e ss. e *Vita Contemplativa. Ou sobre a inatividade*, Relógio D'Água, Lisboa, 2023.
101. Interessante a dissertação de Luís Miguel Vieira de Castro Martins Alves, *O silêncio no contemporâneo: da técnica aos média*, Universidade do Minho, 2015, onde o autor se foca essencialmente no campo dos *média*.

O MEU DIVÓRCIO DA RELIGIÃO ESTABELECIDADA

Com este balaústre, que pode parecer estranho, vou procurar explicar por que razão não me revejo em qualquer corrente religiosa actual, reportando-me em particular à religião Católica que é a que conheço melhor, embora já tenha lido algumas suras do Alcorão, respeitando o preceito de não beber ou fumar ou mesmo ter bebidas alcoólicas por perto aquando da leitura, mas, não aprofundei.

Sou, no entanto, simpatizante do Budismo que, não sendo uma religião, é uma filosofia de vida.

Irei também aqui, recuperar alguns conceitos já por mim apresentados em balaústres anteriores pois isso facilitará a estruturação deste texto.

Antes de entrar no tema propriamente dito, devo informar que creio num Ser Supremo, numa Força Criadora, Aquele que Tudo É, “the ONENESS” como dizem os britânicos e que, para nós Maçons, é o GADU.

No entanto, há que referir que o nosso Universo não foi criado pelo Ser Supremo, mas sim pelo Arcanjo Micah por delegação.

O Ser Supremo não cria mundos, mas fornece a energia suficiente para que outros os criem e também para sustentar os múltiplos Universos no seu todo.

No que toca à Virgem Maria, mãe de Jesus, que muito respeito, poderá ser a apropriação pela igreja da figura da Grande Mãe Divina, sendo presentemente a Mestra Ascensa, Mãe Maria que é a Rainha dos Anjos.

A **Grande Mãe Divina** é, segundo o Site “*Cura da Alma, do Corpo e dos Sofrimentos Emocionais*”, o “Aspecto feminino de Deus”; não sendo uma personalidade é o abrangente e profundo Deus Feminino. Pode ser representada, parcialmente, por entidade, Mestra, grupo ou egrégora que possua as características femininas e divinas, sempre adjectivadas de amor, compaixão, ternura, etc..., típicas do feminino virtuoso.

A Mãe Divina, consoante as culturas e a linha a que se refere, tem vários nomes, nomeadamente: Nossa Senhora, Santa Maria, Casta Diana, Kuan Yin, que é o Bodishattwa celestial da compaixão (e é nesta representação que rege o Reiki e na qual eu a venero), entre outros.

Considerando que a Deus, à Fonte, nada é impossível, poderemos facilmente aceitar a virgindade de Maria (tendo Jesus sido concebido por uma emanção de Deus), que também é referida como

tendo concebido sem pecado.

Há uma teoria, muito controversa (que li há muitos anos) que explicaria, ou procuraria explicar a concepção sem pecado:

Sabemos que de madrugada é natural os homens acordarem com uma erecção que é totalmente independente do desejo carnal, e que, qualquer acto sexual tido nessa situação, sem intervenção da libido, é isento de pecado.

Considerando, também, que há todo um conjunto de Seres altamente evoluídos que estarão para encarnar e que aproveitarão esse instante para o fazer, poderia ter sido este o caso de Jesus, caso a teoria enunciada fosse verdadeira. Infelizmente não me posso pronunciar pois não tenho conhecimentos suficientes para isso. No entanto, como tudo é energia e como a intenção que pomos no que fazemos é de importância vital, a teoria até poderá estar certa.

Do mesmo modo, considerar-se-ia como Pecado Original o facto de, na união dos dois progenitores para gerarem um novo ser, haver perda da energia de cada um deles.

Quanto a Jesus, para mim, não será o Filho de Deus, pois todos nós somos seus filhos, mas sim um Mestre Ascenso, aquele que já queimou/transmutou todo seu Karma, que se libertou da roda da reencarnação e do ciclo de Samsarra – ciclo de reencarnações sucessivas visando o aprendizado e ascensão do Ser, relacionado com a Lei do Karma, acção e reacção – e que, como tal, conquistou o direito de ascender. Tenho, também, uma grande admiração por Jesus como Mestre Ascenso que é.

Como **Mestre Ascenso** que é, Jesus nunca voltaria a reencarnar, excepto se viesse com uma missão perfeitamente definida pelo Criador o que foi, certamente, o seu caso.

Presentemente e seguindo a teoria da Grande Fraternidade Branca, (poderosa hierarquia cósmica que tem como objectivo primordial auxiliar a humanidade no seu complexo processo evolutivo e que tem sob a sua regência todos os caminhos que conduzem à Fonte) Jesus ocupou o lugar de Director do 6º Raio até ser ascensionado a Director do Mundo.

Jesus, também conhecido por Sananda em certos círculos, ancorou o seu corpo de Luz na terra há cerca de dois mil anos. A sua centelha Divina está presente no coração dos homens e o significado do seu nome é Uno com Deus.

Sem querer aprofundar muito o tema, no nosso coração existe uma câmara etérea onde se encontra toda a Egrégora de Luz que nos acompanha, nomeadamente os nossos Anjos, Arcanjos, Guias e Mestres e também a nossa Centelha Divina.

Nas duas religiões mencionadas, a concepção da vida considera que a nossa passagem pela terra é uma só e que, depois de morrermos, entramos na Vida Eterna, após a Ressurreição, sem explicarem bem o que é a vida eterna e a ressurreição (podemos ver a definição de ressurreição nos manuscritos de Nag Hgmati), embora nós possamos ter (ou não ter) uma ideia, muito, mas muito vaga do que esta poderá ser. Além do mais dizem-nos que iremos para o paraíso ou para o inferno, dependendo da forma como nos comportarmos em vida.

Esta concepção faz-nos, no entanto, ter uma ideia redutora daquilo que é Deus. Mas o que é, ou, melhor, quem é Deus?

Atendamos a uma das primeiras Leis Espirituais, a Lei da Correspondência, talvez a mais conhecida por constar da célebre *Tábua de Esmeralda*, texto considerado o Texto Alquímico por excelência da autoria do Mestre Ascenso Hermes Trimegistos e que reza:

“O que está em cima é igual ao que está em baixo”.

Com base neste texto, poderíamos partir daqui para discutir a natureza de Deus; se prevalece a “versão” da Igreja em que Deus nos fez à sua imagem e semelhança, sendo, pois, um Ser antropomorfo de longas barbas, como é habitualmente retratado ou, será algo de completamente diferente?

Sabemos, no entanto, que no Universo apenas existe Energia e, como tal, Deus seria uma forma de energia, a Energia Criadora, como muitas vezes eu a defino, sendo nós uma emanção dessa mesma Energia. Esta última concepção parece ser “mais verdadeira”, e para mim é-o, do que a concepção da Igreja.

Se a nossa passagem pela terra é única, então que tipo de Deus teremos? Facilmente se concluirá, tendo em conta as desigualdades existentes, o sofrimento e as doenças e outros males que afligem os seres humanos, que Deus será um Ser arbitrário, cruel, etc....

Mas será esta uma visão realista do que é Deus? Se pensarmos nos exemplos de Jesus, Buda e outros Mestres Ascensos e na compaixão por eles evidenciada, no amor entre seres ... vemos que o

amor é um aspecto fundamental no Universo e, assim, a visão de Deus como ser cruel e arbitrário não estará completa pois faltar-lhe-á a componente do amor.

Sendo Deus o Todo Que Existe, (que sempre exis-



tiu, e que sempre existirá, ou seja, o TODO), então em Deus estarão forçosamente compreendidas a vertente do bem e a vertente do mal, sendo sentido o Mal como a ausência do Bem, tal como a escuridão é definida como sendo a ausência de luz.

Estando o amor e a compaixão contida em Deus (melhor, na Força Criadora, no Ser Supremo), como explicar a miséria, a morte, a dureza da vida de uns, comparada com as benesses da vida de outros? Como explicar por que é que uns sofrem e outros têm uma vida cheia em todos os sentidos?

Na minha maneira de ver, e dado que no Universo não há castigos, cada um tem em função do seu merecimento e o seu merecimento tem a ver com o seu comportamento nesta e noutras vidas, com aquilo que construiu, para si, sem esquecer os outros, ou seja, tem em função do seu comportamento e na forma de ultrapassar as provas que lhe são colocadas durante a vida. Assim acumula saldo negativo ou saldo positivo – creio que todos já ouviram falar da Lei do Karma.

Para além deste aspecto, há que ter em consideração que o Ser depois de criado, tem como missão voltar a reintegrar o TODO mas, para o fazer, tem que evoluir e ascender na espiral do Espírito.

A evolução, do Ser/Consciência, faz-se ultrapassando experiências, muitas das quais são pedidas pelo próprio ser, a fim de corrigir, ou melhorar,

um ou outro aspecto da sua personalidade e mais facilmente atingir o seu propósito.

Assim, a passagem pela terra pode ser entendida como uma fase de aprendizagem e que, tal como um aluno na escola, quando aprendeu a lição - no sentido de superar os desafios que lhe são colocados, ou que ele para si escolheu - passa para outra fase de aprendizagem, não necessariamente neste plano físico, pois à medida que aprendemos, su-plantamos as lições, a nossa vibração vai aumentando e aí temos de passar a outros planos de consciência mais subtis (outras Dimensões não físicas, ou físicas mas de densidade inferior, mais subtis), onde continuaremos a nossa aprendizagem e assim sucessivamente.

Tendo em conta o acima exposto, o Ser humano é eterno e, como tal, a morte não existe consistindo apenas na passagem para um plano diferente.

O que perece é o corpo físico o veículo necessário para se viver neste mundo tridimensional e vivenciar as experiências que o Ser solicitou para a sua elevação espiritual.

Recordo aqui um dito aborígine australiano:

“Todos estamos de visita neste momento e lugar. Só estamos de passagem. Viemos observar, aprender, crescer, amar e voltar para casa.”

Muito em linha com o que acima escrevi, está este texto da Sabedoria Ameríndia:

“Quando o último homem vermelho tiver perecido e quando a lembrança da minha tribo se tornar um mito entre os homens brancos, as margens ficarão cobertas com os mortos invisíveis da minha tribo; e quando os filhos dos vossos filhos julgarem que estão sozinhos nos seus campos, nas suas lojas ou no silêncio de um bosque sem caminhos, não estarão sozinhos. Não há morte. Apenas uma mudança de mundo”.

Perguntarão muitos, por que é que não recordamos a nossa vida no plano espiritual? Acontece que, depois de termos estabelecido o nosso propósito de vida e de escolhermos as nossas provas, antes de reencarnar, passamos pelo chamado “Véu do Esquecimento” e as nossas recordações são obliteradas.

É importante notar que quando reencarnamos (escolhemos o lugar, o tipo de família, o corpo que queremos..., em função do grau de evolução que pretendemos alcançar), é-nos concedida uma determinada “dose de karma para transmutar” dose essa que está sempre dentro dos limites da nossa capacidade de queimar, de superar as provas.

Também, nesse momento, estabelecemos um con-

trato de vida com o Ser Supremo e é por isso que o suicídio é o pior que o ser humano pode fazer, pois significa rasgar o contrato com a Fonte.

“Todos estamos de visita neste momento e lugar. Só estamos de passagem. Viemos observar, aprender, crescer, amar e voltar para casa.”

Certamente já ouviram falar em regressão ou terapia de vidas passadas. Com esta técnica (com a qual se deve ter muito cuidado) podemos fazer o paciente aceder a alturas da sua vida que sejam importantes para resolver problemas actuais que tenham tido início no passado e, aqui, o passado engloba, também, vidas anteriores.

Há inclusivamente nos EUA um psiquiatra (Dr. Michael Newton) que, através de hipnose profunda, levou pacientes a regredirem à suas vidas entre vidas na terra.

Para terem uma ideia da organização da vida no Plano Espiritual, podem ler o livro de Xico Xavier, “O Nosso Lar”.

Curiosamente, na Grécia antiga, existia a crença na reencarnação, mas, no Concílio de Niceia em 325 AC, o imperador Constantino “apoderou-se” da religião e aí muitas coisas mudaram.

Foram estabelecidos os textos canónicos e toda uma série de regras e preceitos a serem cumpridos, tendo desaparecido a crença na reencarnação.

Como podemos esperar, numa religião sob a égide do estado, muita coisa foi certamente alterada e os textos actuais serão, provavelmente, muito diferentes do que eram no início, algo que poderemos retirar da informação constante dos Manuscritos de Nag Hagnadi (textos considerados apócrifos por contrapartida aos textos canónicos), pois estes estiveram sepultados cerca de 1700 anos antes de serem descobertos. Datarão, provavelmente, do século II.

Há vários níveis de vibração que são designados por Dimensão. Fala-se muito na Décima Primeira Dimensão, sendo esta a Dimensão na qual se considera que a Teorias das Cordas é 100% validada e há quem refira que Deus existe em 16 Dimensões e outros que existe em 21 Dimensões.

Para termos uma ideia, ainda que superficial, sobre o que são as dimensões e quantas existem, se pesquisarmos a net encontraremos geralmente 12 dimensões sendo a 12ª dimensão considerada a dimensão do Ponto Único, na qual a totalidade da consciência se reconhece a si mesma na unicidade

completa com Tudo O Que É.

No entanto, há autores que referem um número superior sendo, como tal, difícil apresentar o número correcto.

As dimensões espirituais referem-se à experiência interior mais profunda da pessoa, que leva a dar sentido e propósito às próprias acções e existência, quaisquer que sejam as condições externas, ou seja, aprender a encontrar o prazer na experiência quotidiana.

É por meio das dimensões espirituais que a humanidade é capaz de entender a sua conexão com o Divino e evoluir espiritualmente, entendendo o seu propósito no mundo, a relação com outros seres e com todo o Universo e o sentido da vida.

Não pensemos que somos seres únicos no Univer-



so. Os Plêiadianos – seres que habitam as Plêiades — por exemplo, vivem entre a quinta e sétima Dimensão. Para além destes, de entre muitos outros, temos também os Arcturianos, entre a nona e a décima terceira dimensão e os Sirianos também na sexta dimensão.

Há, inclusivamente técnicas de cura baseadas nos ensinamentos dos Arcturianos e Plêiadianos, nomeadamente a Tameana (Plêiadiana) e o Sistema Arcturiano de Cura Multidimensional e as Câmaras e Tecnologias Estelares (Arcturiano).

Tal como há um conjunto de livros da autoria de Patrícia Cori que são canalizações dos ensinamentos do Alto Conselho Siriano. São livros complexos e que nos levam a observar o que se passa de outro ponto de vista e que nos alertam para os problemas que poderemos vir a enfrentar / iremos en-

frentar, se a humanidade continuar o seu percurso nos moldes actuais.

Dá-nos, por exemplo, um alerta sobre os graves perigos da Inteligência Artificial e das experiências genéticas em cursos em muitos laboratórios secretos (crê-se que as chupacabras serão resultantes dessas experiências).

Refere, nomeadamente, o projecto HAARP e o seu perigo para a estabilidade da Terra, bem como os danos decorrentes dos chamados “chem trails”, que são rastros de substâncias químicas lançadas propositadamente na atmosfera, em altitude, que não só são poluentes e pegajosas, mas também enfraquecem a luz que nos chega da nossa deidade solar.

É, também, frequente a apropriação pela igreja de alguns mitos e lendas antigas muitos anteriores ao nascimento de Jesus.

Recordam-se do castigo de Deus a Sodoma e Gomorra e em que, aquando da sua destruição por uma chuva de fogo, a mulher de Lot, que olhou para trás, ficou transformada em estátua de sal? Que tal se a compararmos com o mito grego de Filemon e Báucis que, aquando da destruição da sua aldeia, causada por uma enxurrada provocada por Zeus, ao olharem para trás foram transformados num carvalho e numa tília?

Segundo a Bíblia, o homem foi criado por Deus a partir do barro e do seu sopro divino que lhe deu a vida. Que tal a criação do homem por Prometeu a partir de figurinhas de barro e do cuspo de Zeus?

Curiosas coincidências não acham?

Por tudo isto, e não só, percebem a razão do meu divórcio?

João A. Marques, 32º

REAL SEGREDO ou LIBERDADE?

Não é fácil abordar as matérias atinentes ao grau 32º, que são muitas e susceptíveis de várias abordagens, todas elas ricas, mas entende-se antes, e porque tal é o entendimento deste obreiro, tentar uma aproximação àquela que poderá sintetizar a consequência última de tais possíveis análises; o espírito ou segredo do grau que se preconiza reduzir-se à prossecução do Equilíbrio e da Liberdade Individual, como seu corolário e fim último.

Esse Equilíbrio, é o **real segredo** que nos permite alcançar a **Liberdade Individual**, como corolário supremo da vivência e crescimento maçônicos, em resultado do renascimento ocorrido aquando da iniciação, e que ora se pode assumir como uma nova maioria (ou será a Sabedoria?) que se consolidou através da vivência ritualista e da inerente reflexão que resultou da mesma, bem como dos diversos ensinamentos e estudos, que anteciparam aquela, num percurso individual duro e, não poucas vezes, doloroso.

Não é fácil, pois, concretizar o que se entende como liberdade individual, que considero ser a essência do grau e, muito menos o é perceber como se alcançou tal Liberdade sem cair na mera descrição do Método Maçónico, que todos conhecemos, ou na descrição de escolas filosóficas ou de religiões, que determinam a formação do Equilíbrio que se referiu, muito embora se tenha de se aludir a tais correntes de conhecimento e crença, humanas.

Mas o que significa LIBERDADE, especialmente no plano em que estamos a abordar esta inerente e única característica humana?

Qualquer dicionário nos definirá Liberdade como o acto humano de determinar uma acção ou omissão de uma conduta, de apender ou não, de aceitação ou recusa de algo, entre outros significados sem esquecer, nunca, o pensamento.

Não é esse, porém, o objecto desta abordagem, que não busca a significação formal do conceito de liberdade, enquanto essência da acção e comportamento humanos.

Nem tão pouco, pese embora a sua importân-

cia pela relação com a concepção jurídico-normativa da Liberdade e a racionalidade que subjaz à mesma, a ciência social que é o Direito, que em termos simplistas e comuns, geralmente se concretiza na expressão “A liberdade de cada um, acaba onde começa a do outro”.

Se tal generalidade - com algum apoio na ordem jurídica a que está subjacente a Razão determinada nesta ciência social - poderá ser precisada por via de vários normativos, não pode ignorar-se que estes últimos têm sempre subjacentes os valores éticos e morais dominantes numa dada sociedade, aquando da sua consagração, em normas com dignidade legal, tal como as excepções a tal princípio genérico.

Contudo, o conceito que se procura alcançar como corolário deste percurso maçónico é bas-



tante mais vasto e versa mais sobre a liberdade como emanção de uma ideia de Perfeição (não atingida, note-se) do Homem, ou de um perfil do mesmo, que pode, e deve, nesta perspectiva, considerar como o antigo conceito de Justo, bem ilustrado, de resto, pela Sabedoria do “nosso” Rei Salomão.

Perguntar-se á, como se poderá consubstanciar, então, tal conceito de Liberdade.

Esse conceito será assente na Consciência,

que é o resultado do equilíbrio de um conjunto de valores racionais (como o direito positivo) e, porventura até mais importantes, como sejam os de natureza ética, moral e religiosa.

Na verdade, o exercício da plena liberdade assenta, desde logo na interiorização do conteúdo negativo desse direito ou característica humana, que passa pela assunção, pelo maçom, de um conjunto de valores que o impelem a restringir, de forma consciente e deliberada, o exercício de tal direito.

Tal conteúdo negativo é delimitado pela sua crescente consciência de que os elementos que o integram podem ser objecto de vários conteúdos e interpretação, consoante a ética, a religião e, até, os costumes, como melhor o demonstram as diversas abordagens feitas nos graus anteriores, oferecendo, ao maçom, novas perspectivas e conteúdos diversos dos comuns, como de resto bem lembra o quadro do grau e os acampamentos ali plasmados.

O Príncipe do Real Segredo já se encontra, em princípio, habilitado a perceber que, por exemplo, o conceito, de Justiça – inerente ao exercício da liberdade individual - não é apenas o que resulta do senso comum ou do positivismo racional, numa dada sociedade, mas sim que tal conceito é o de dar a cada um aquilo que ele merece, seja no plano das relações individuais, ou em sentido mais amplo de comunidade.

O que este grau nos ensina é que o exercício da liberdade não é apenas um direito, mas antes uma virtude, e que o respectivo exercício terá de ser concretizado com justiça; isto é, tem de ser conscientemente limitado por esta última, de modo que o seu exercício seja respeitado e aceite pelos outros, como algo de Virtuoso e Sábio, em cada circunstância.

Tais virtudes (ou limitações na aceção ora abordada), são lembradas na Cripta, por via dos ensinamentos dos Sábios ali patentes, que informaram várias correntes filosófico-religiosas, bem diversas e antagónicas em alguns pontos, mas onde o Bem e a Virtude, além do carácter sacrossanto da Vida – onde todos nos surgem com o mesmo e igual valor - são elevados princípios conformadores da vida em sociedade e da acção humana no âmbito da mesma.

Em todos eles, a defesa do bem supremo – a vida – e a necessidade de aproximação ao divino surgem como objectivo último e decisivo, apesar dos diversos cambiantes que os conceitos de justiça, trabalho, moral, reciprocidade e outros, encerram em cada um.

Mas, um deles tem aqui, no que concerne ao labor durante 31 graus, a que cada um de nós se propôs entusiasticamente, um especial significado, para nos ajudar a definir o Equilíbrio, que permite transformar o Maçon num Justo, ou seja num homem mais sábio e mais próximo do princípio criador: falo de Platão, e da sua alegoria da caverna.

Com efeito, antes da iniciação, cada maçom pode ser visto como cada um daqueles activos que julga conhecer a realidade através das imagens reflectidas na parede da caverna, que sempre conheceu, até à fuga de um deles, e ao seu confronto com a Luz e a nitidez, a dinâmica e cor da realidade, percebendo que nada sabe, como diria Sócrates, e reconhecer a necessidade de aprender, de novo, a essência da verdade.

O percurso do Maçon, assemelha-se ao percurso do cativo foragido da caverna platónica, que vem adquirindo conhecimento e noção das múltiplas abordagens aos valores humanos e aprofundando a noção da Tolerância e Justiça, bem como a necessidade de equilibrar todos estes valores, para contribuir, com a sua acção, a melhoria da comunidade

O Real Segredo será, enfim, na concepção que ora se aqui deixa, esse equilíbrio entre a sabedoria, a tolerância e justiça, que resulta do conhecimento adquirido, que dota o Maçon da consciência libertadora, que lhe permite, com inteira autonomia e sem constrangimentos, exercer a sua liberdade; é a consagração do Homem Novo, enquanto ser livre, sábio, justo e fraterno.

É a concretização, como sustenta Mircea Eliade, do Mito do Eterno Retorno; a repetição da vida, depois do renascimento, com resultados aparentemente semelhantes, mas onde as diferenças na substância são decisivas, para o progresso do individuo e da humanidade.

Os Altos Graus e a Crise Civilizacional

Na minha perspectiva, as Escolas de Altos Graus devem evoluir no sentido de passar a ser entendidas, cada vez mais, como Centros de Saber, onde o maçom procura, por um lado, mais conhecimento visando alimentar a sua subsistência material e intelectual e, por outro, obter ensinamentos destinados ao aperfeiçoamento ético, moral e espiritual da humanidade, o principal desígnio e objectivo da Ordem.

A maçonaria é uma organização filosófica de cariz universal, presente em mais de duzentos países, cujos objectivos, entre outros, são contribuir para alargar os horizontes culturais dos seus membros, incluindo o reforço do carácter do ser humano, no respeito integral pelos princípios morais e legais que regem a sociedade.

A Maçonaria dispõe, portanto, de um capital humano invejável, consubstanciado no facto de nas suas fileiras militarem muitos dos melhores entre os melhores.

O maçom só entende o progresso na base do respeito pela personalidade individual de cada um, na justiça social e na mais estreita solidariedade entre os homens.

O mundo atravessa, actualmente, uma crise civilizacional profunda e sem precedentes, apresentando sinais de agravamento num futuro próximo. Neste sentido, a maçonaria não pode nem deve manter-se equidistante e indiferente às mudanças que põem em causa os seus princípios e valores e, em última análise, a civilização tal como a conhecemos.

As correntes políticas, sejam elas democráticas ou não, económicas, sociais, filosóficas, científicas, intelectuais e religiosas vigentes, revelam uma incapacidade latente em lidar com as mudanças em curso e, por essa via, com as novas realidades decorrentes dos avanços tecnológicos, aumento exponencial da população, alterações climáticas, problemas ecológicos e ambientais, globalização e mundialização do conhecimento, conquistas espaciais, etc.

A falta de articulação e interligação entre as várias interpretações das coisas, factos e acontecimentos, resultantes de um jogo de interesses demasiado classista e egocêntrico à escala mundial, impede um entendimento saudável entre as várias sensibilidades existentes na sociedade global.

Sabemos que a crise do processo civilizacional já não se resume, somente, ao desafio de

enfrentar as crises do sistema económico, como aconteceu no passado, mas antes àquilo que parece ser uma falência do próprio sistema, aliada a uma manifesta incapacidade dos poderes instituídos em gerir e, sobretudo, resolver os problemas que a vêm afectando negativamente.

A história diz-nos que as civilizações também morrem. Cataclismos naturais, alterações climáticas, subversão dos valores éticos e morais, conflitos armados e, muito principalmente, a recusa dos dirigentes e das sociedades em aceitar mudanças inevitáveis nas respectivas estruturas de poder, estão na origem da extinção de muitas civilizações ao longo dos séculos.

É verdade que as identidades culturais e religiosas continuam a ser a grande fonte de conflitos, sendo essa uma das principais razões das diversas frentes do combate civilizacional na actualidade.

Porém, também aqui, a maçonaria convive melhor com a presença de religiões que oferecem soluções particulares de harmonização do espírito humano e, por conseguinte, mais habilitadas a proporcionar uma sã convivência do homem com a diversidade de ideias e opiniões, vinculando essa diversidade aos valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Neste sentido, a maçonaria admite, com mais naturalidade do que as outras tendências e movimentos, o facto de o mundo e a existência humana comportarem diferentes visões interpretativas, sem colocar em causa os princípios que identificam e diferenciam a nossa Augusta Ordem, relativamente a outras correntes filosóficas.

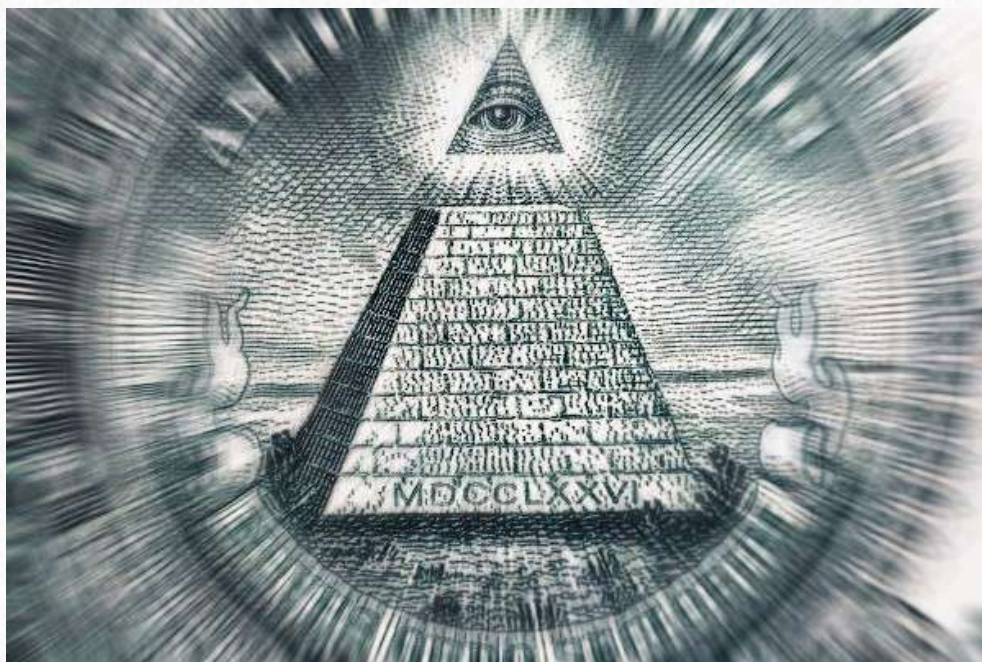
Em maçonaria não há donos da verdade e, muito menos, verdades absolutas. Em maçonaria há opiniões diferentes. A coexistência entre opiniões diferenciadas sobre os mesmos factos e realidades, nunca impediu a Ordem Maçónica de afirmar, ao longo de séculos, os seus princípios fundamentais da liberdade, igualdade e fraternidade.

A aceitação implícita desta diversidade é não só um exclusivo da Ordem Maçónica, mas também uma das principais razões do seu

sucesso ao longo dos tempos.

Ao trabalhar com símbolos e alegorias, a maçonaria também convive melhor que as outras correntes com o conceito do Ser Absoluto, assim como com a presença de religiões que oferecem soluções específicas e particulares, ao invés de uma avaliação simplista do tipo certo-errado, uma característica de visões fundamentalistas, próprias de outras correntes do pensamento humano.

A maçonaria reconhece a descendência divina, mas faz uma distinção entre ser humano e personalidade humana. A personalidade



humana, já agora, representa a consciência, construída ao longo da vida, mas plasmada em valores e crenças determinadas pelas circunstâncias dessa mesma vivência.

Por tudo isto, a maçonaria encontra-se especialmente bem posicionada para influenciar a humanidade, tendo em vista evitar rupturas civilizacionais desastrosas, de consequências imprevisíveis, como as que estamos a viver no presente.

É, pois, chegado o momento da maçonaria, através, designadamente, dos seus Centros de Saber, colocar ao serviço da humanidade os seus Pensadores e Filósofos, as suas Elites Intelectuais e os seus Líderes de Opinião, dando a conhecer ao mundo uma visão de sociedade que, apesar de construída nas diferenças interpretativas da vida, da realidade das coisas e dos acontecimentos, pode e deve caminhar em conjunto rumo ao futuro e à

perfeição.

Precisamos recuperar o espírito maçónico da fraternidade, igualdade e liberdade que floresceu nas sociedades profanas desde o iluminismo, no século XVIII, e influenciou para sempre as grandes conquistas conseguidas em eventos mundiais como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Independência do Brasil, para citar apenas alguns exemplos.

Estes valores estão, infelizmente, cada vez mais em causa, consubstanciados no acentuar da crise civilizacional que enfrentamos e cujos efeitos podemos vislumbrar, de forma clara e objectiva, no horizonte que nos ocupa.

Os Altos Graus são designados por graus Filosóficos ou Superiores, centrando a sua acção na formação e valorização dos seus membros. Esta missão não só não está em causa como pode e deve ser continuada e melhorada.

Porém, numa altura em que está em causa o aperfeiçoamento social e intelectual do homem, a maçonaria, através das suas elites, não pode

nem deve, sobre estas matérias, auto-excluir-se do processo, actuando por omissão.

A maçonaria está obrigada a mostrar-se ao mundo em toda a sua plenitude, fulgor, beleza, sabedoria e conhecimento. É preciso termos bem presente que os maiores símbolos vivos da maçonaria são os próprios maçons.

É legítimo observar que esta evolução na educação e comportamento maçónicos em nada modifica a Ordem, nem a sua essência e, muito menos, os seus valores e princípios filosóficos e iniciáticos. Pelo contrário, proporcionar novos e mais eficientes métodos de estudar a maçonaria em todas as suas vertentes e diferentes aspectos históricos, filosóficos, linguísticos, etc. é, certamente, uma das melhores formas de garantir a sua preservação e compreensão, já que a ignorância é não só a mãe de todos os vícios e fanatismos, como a perversão da própria razão.

O obscurantismo e a ignorância são, neste contexto, os grandes inimigos e destruidores da humanidade, na medida em que ao opor-se entre si, impedem a construção de uma consciência humana clarividente, esclarecida e luminosa.

A missão dos Altos Graus, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade de ministrar ensinamentos e conhecimento aos seus membros, tendo em vista estimular a sua sabedoria, enquanto verdadeiros antídotos no combate à ignorância, não só não está em causa como deve ser alargada e promovida.



Tudo isto, contudo, não é impeditivo dos nossos Pensadores e Filósofos se comprometerem na construção de uma retórica e uma narrativa potencialmente inspiradoras de uma evolução filosófica, capaz de justificar as transformações civilizacionais em curso, enquanto melhor forma de evitar rupturas e conflitos irreversíveis e sem retorno.

A maçonaria, hoje tal como ontem, está confrontada com o compromisso em participar, activamente, nestas transformações, liderando uma visão filosófica a partir de novos símbolos e alegorias que, fatalmente, surgirão no

espaço e no tempo, tal como vem acontecendo desde tempos imemoriais, sem deixar de propor soluções consensuais e inovadoras que permitam uma convivência frutuosa entre os povos, no respeito por um progresso equilibrado, livre e fraterno.

Para o Papa Francisco: “Estamos no mesmo barco: ou nos salvamos todos, ou ninguém se salva”. A escolha é essa: “ou formamos uma aliança global para cuidar da Terra e, uns dos outros, ou arriscamos a nossa destruição e a diversidade da vida”. Sejam realistas, no actual contexto mundial e das vá-

rias forças em presença, não se vislumbram soluções estáveis e duradouras que permitam a sustentabilidade da ordem civilizacional vigente. O mundo precisa de uma terceira via.

Organizações legítimas e legalmente instituídas, como é o caso da Ordem Maçónica, devem actuar por antecipação, conscientes de que a virtude reside, precisamente, na tendência intrínseca do homem para fazer o bem.

A maçonaria, atendendo aos valores e princípios humanistas universais que a caracteri-

zam, pode desempenhar um papel crucial nesta evolução civilizacional que está a ter lugar à escala mundial, contribuindo para evitar ou esbater conflitos indesejáveis que, salvo melhor opinião, só irão provocar desfechos catastróficos, como o que estamos a viver na Ucrânia e em muitas outras partes do mundo.

As Escolas de Altos Graus, enquanto Centros de Saber de Estudos Maçónicos, devem assumir-se como espaços privilegiados de estudo, reflexão e debate entre os membros da Ordem. Por outro lado, sem o aperfeiçoamento ético, moral e intelectual da humanidade, não há modelos civilizacionais credíveis, coerentes e duradouros.

Assistimos, na actualidade, a uma alteração dos valores éticos e morais e a uma mudança radical nos comportamentos do ser humano e da sociedade em geral.

Os homens casam com homens e têm maridos. As mulheres casam umas com as outras e têm esposas. Uns e outras adoptam crianças e chamam-lhes filhos. Mais, homens ganham concursos de beleza femininos.

O homem que beija homem e mulher que beija mulher em público é progressista e representa um salto civilizacional. Nas escolas primárias, os professores mandam as crianças perguntar aos pais se são homofóbicos.

Homem que beija mulher e vice-versa, mesmo quando consentido, chama-se assédio sexual. Quem discorda é homofóbico, transfóbico e outras coisas que tais. Em suma, a excepção passou a ser a regra e a regra a excepção.

Alguns países iniciaram processos tendentes a proibir estas salganhadas, com destaque para o Reino Unido. Não há intervenção cirúrgica capaz de alterar os cromossomas feminino e masculino X e Y. Podemos alterar a aparência física exterior, mas não deixamos de ser homem ou mulher.

A realidade histórica mostra-nos que o declínio de impérios e civilizações de outrora resultou de de erros, vícios e indícios semelhantes.

Não se critica o facto de cada um ser como cada qual, mas não podemos aceitar a promoção da excepção como sendo a normalidade, o novo normal, como agora se diz, enquanto a maioria é esquecida, ignorada e anormal.

Mais do que criticar os verdadeiros assédios e violações, é preciso condená-los e puni-los, exemplarmente, em toda a sua dimensão e plenitude, sejam eles quais forem e venham



de onde vierem. Os falsos assédios e violações também.

Estamos conscientes de que nos encontramos numa encruzilhada de emoções, de factos e acontecimentos que não controlamos nem dominamos, mas cuja gravidade não podemos ignorar. Não podemos, no entanto, abster-nos de os tentar influenciar favoravelmente, tanto mais que está em causa o benefício da humanidade, o valor que, afinal, mantém acesa a chama e a razão de ser da humanidade e, por essa via, da maçonaria universal.

Maçons de todo o mundo! Homens livres e de bons costumes! ACUDAM!!! O mundo está a arder! Não podemos permitir que os NE-ROS do nosso tempo continuem, alegres e desafinados, a tocar as harpas do nosso descontentamento, quais actores sem imaginação nem talento.

Elidérico Viegas, 32º

Do Templarismo à Inteligência Artificial

“Não persigas nem o Amor, nem a Fama, nem o Dinheiro... persegue a melhor versão de ti mesmo...”

Ao estudar o G32º - *Sublime Príncipe do Real Segredo* – fui impelido a cavalgar até à noite dos tempos, imaginando, de uma forma algo apaixonada, a incrível odisseia da Ordem do Templo. Há quase um milénio, algures no ano 1120, seguindo o trilho dos Cavaleiros da Cruz e da Espada, os Monges e também soldados de Cristo e do Templo de Salomão, que passaram à história como sendo os Templários. Imaginei uma ponte até aos dias tempestuosos de hoje, dando destaque ao inestimável legado da Maçonaria Moderna e ao desígnio e responsabilidade de pertencer à nossa Augusta Ordem. Nós os valentes maçons, quais cavaleiros em defesa da Honra, da Ética e dos Valores humanos. Homens determinados, de princípios nobres, ávidos de conhecimento, convictamente livres e de bons costumes, em busca de um bem maior: a luta pela verdade e pela justiça!

mestre, Jacques de Molay. Tal aconteceu na fatídica sexta-feira, 13 do mês de Outubro do longínquo ano de 1307.

Conquistar Jerusalém, a Terra Santa!

Essa cruzada teve como pano de fundo as lutas fratricidas para se defenderem dos inimigos da cristandade, disputas de sangue e religião contra o Islão na Terra Santa e na Península Ibérica e o combate contra os povos pagãos do Leste da Europa.

O ódio entre muçulmanos e cristãos era visceral e a imagem dos judeus na Europa era infame. Para os cristãos, os hebreus eram infiéis e os grandes responsáveis pela morte de Jesus. Havia que combater as forças do mal, servir Cristo com a própria vida, manter a disciplina, a castidade e a obediência, e viver em comunidade.

O seu ideólogo e guia espiritual foi São Bernardo de Claraval, que catalogava os judeus como



Sexta-feira, dia 13

A esperança de vida activa dos templários foi relativamente curta, cerca de 200 anos; o seu término ocorreu em 1312, ano em que a Ordem do Templo foi dissolvida. Todos conhecemos o horror do seu epílogo, através do trágico e dantesco episódio, ocorrido com o seu último e carismático

“filhos do diabo” e “assassinos”.

“Morrer ou matar por Cristo não implicaria qualquer crime, pelo contrário, traria a máxima glória.”

“Quem luta em defesa da fé alcança o paraíso.”

As mulheres não podiam fazer parte da Ordem do

Templo como cavaleiras e a Regra proibia-os de lhes tocar: “a companhia das mulheres é coisa perigosa, pois através delas o diabo afastou muitos do trilho que conduz ao Paraíso”.

O Caminho para a Fogueira

Os cavaleiros templários viviam nas suas comendas e castelos, rodeados de muita abundância e riqueza, enquanto em seu redor, subsistia uma sociedade débil, esfomeada e infestada de analfabetos, ao melhor estilo medieval. Os ditos “pobres cavaleiros de Cristo”, com as doações de reis e nobres, transformaram-se nessa altura, na maior instituição financeira do Ocidente e por esse facto, muito invejados nomeadamente por uma nobreza decrépita que, entretanto, planeava a sua queda.

Reza a história, que Filipe IV de França, o *Belo*, completamente cego de inveja e perdido de ganância, foi o principal carrasco e mentor do fim dos templários. Num plano orquestrado tendo por base uma pretensa heresia existencial da Ordem Templária, confiscou todas as valiosas riquezas templárias, com o beneplácito do Papa Clemente V.

Tudo o fogo levou...

Esta terrível e brutal história, envolta em lendas, tesouros escondidos, conhecimentos ocultos e herdeiros secretos, continua a alimentar o mistério à volta dos valentes e enigmáticos Templários.

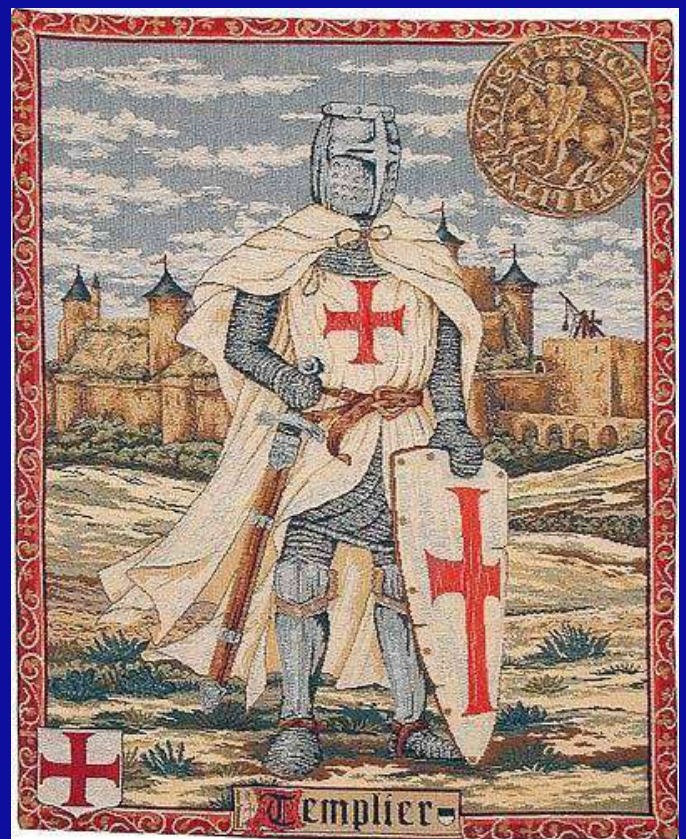
Quo vadis mundo? O início de tempos obscuros

Passados todos estes anos, estamos no limbo de tempos deveras conturbados, cujo pano de fundo, tem algumas semelhanças de obscurantismo medieval, obviamente ressalvando certamente a incomparabilidade dos diferentes tempos, texturas e contextos.

O cenário actual é pior que dantesco. Abundam os fanatismos religiosos e as ditaduras de cariz imperialista. Desenterraram-se velhos e sangrentos fantasmas, e a guerra tornou-se quase viral no nosso planeta. Até parece que duas guerras mundiais não bastaram para servir de exemplo, de como o nazismo e o estalinismo, relegaram a humanidade para um verdadeiro caos.

A insanidade colectiva persiste e apesar da existência de muito mais informação, não conseguimos ter a real percepção do nosso papel no universo. As instituições criadas no pós-segunda Grande Guerra, criadas como sendo guardiãs da paz, são sistematicamente ignoradas e ridicularizadas pelos beligerantes.

Espantosamente, qualquer smartphone debita mais informação do que a icónica *Biblioteca de Alexandria*, para além de permitir ligar o mundo com milhões de utilizadores numa velocidade estonteante. Todavia, o caos acontece, impunemente, à nossa frente e em directo, 24 horas por dia, promovido pelos novos cavalos de Tróia.



A natureza a definir.

O planeta está a ser atacado como nunca em termos ambientais; poluímos rios e oceanos, destruímos florestas, causamos a extinção da vida na natureza e hipotecamos a nossa própria sobrevivência enquanto espécie. Produzimos não só armas de destruição maciça muito mais poderosas bem como bombas termonucleares, até à exaustão. Há laboratórios a produzir vírus que poderão ditar o fim do mundo. Os principais líderes do globo terrestre perante tanta complexidade serão impotentes para enfrentar tantos perigos apesar de muito bem informados?

Choque civilizacional com a Inteligência Artificial?

Neste contexto entra a tão temerosa inteligência artificial. Sofisticadas e superpoderosas tecnologias de informação estão a proliferar a uma velocidade supersónica. Ninguém arrisca prognósticos. Será uma inteligência não humana capaz de causar um caos totalitário incontrolável?

Qual o papel da Maçonaria?

A nossa Augusta e Distinta Ordem nada tem de militar e belicista. Não suportamos qualquer tipo de fanatismo religioso. Somos combatentes pelas causas da liberdade de pensar, de estar e de informar. Somos cavaleiros da Paz, sempre fomos e seremos! Abominamos guerras e ditadores! Não suportamos radicalismos políticos.

Constituída formalmente em 27 de Junho de 1717, portanto há 307 anos, 400 anos depois dos extintos Templários, somos depositários de causas muito nobres e fé nos nossos princípios humanistas. Fizemos mudar o curso da história recente, na direcção mais humanista e civilizacional em diferentes revoluções e transformações sociais.

Deste lado do Atlântico, pusemos fim aos absolutismos e libertamos os povos do dito novo mundo.

Desde a nossa fundação, somos os baluartes da fraternidade, igualdade e liberdade. Somos filhos do Iluminismo e fazemos da valorização do ser humano, algo sagrado e intocável.

Paralelamente à construção do nosso templo interior, o verdadeiro Maçon, respeita e tolera as possíveis e naturais diferenças, próprias entre os seres humanos, independentemente das diferentes raças, credos ou religiões, ou qualquer sinal que possa dividir os homens. Combatemos sim os vícios e lutamos sim para elevar as virtudes, tendo sempre a referência maior numa energia superior que denominamos de GADU, como luz suprema que nos inspira e guia as nossas acções.

A LUZ entre as TREVAS

A lenda do G32 sugere o propósito simbólico de reerguer o Templo de Salomão, a partir de uma nova cruzada...nada mais actual!

Por outro lado, há duas alegorias fundamentais: a Divina Comédia (Dante) e a Cripta dos Grandes Filósofos ou das Grandes Luzes (Oito colunas, oito dos grandes Construtores intemporais do Pensamento e das verdades fundamentais que modelam a alma humana). São eles, Confúcio, Zoroastro, Buda, Moisés, Hermes Trismegisto, Platão, Maomé e Jesus Cristo.



O Modus Operandi da Maçonaria e o Quinto Império

Da lavra do Padre António Vieira, nasceu uma mitologia muito própria para Portugal, mergulhada nas suas raízes templárias: a criação do Quinto Império no qual a humanidade voltaria a viver a Idade de Ouro. Na génese lusíada, proclamava-se a sua missão templária.

Em 1160, através do impulso do lendário grão-mestre da Ordem do Templo em Portugal, D. Gualdim Pais, iniciou-se a edificação do Castelo de Tomar, que continha, como o de Roma e Constantinopla, indícios de sagrado. Tendo como sede a Cidade do Destino, há um caminho espiritual a percorrer...

Será esse Quinto Império uma utopia ou um desígnio inevitável da Maçonaria?

O propósito não é só português e deveria inspirar um Quinto Império à escala universal.

Urge, tal como então, armamo-nos das nossas espadas e enfrentar uma realidade muito difícil, mas não intransponível.

Urge fazer crescer o nosso templo interior e redesenhar uma nova egrégora universal.

Urge abraçar uma causa de sobrevivência colectiva e universal a nível global.

Mais que reflexões de puro foro filosófico, esotérico e espiritual, impõe-se ação e denuncia no terreno..

Afinal, qual é a verdade que nós Maçons tanto buscamos e ambicionamos?

Na espuma dos novos tempo, há tão-só uma realidade bem clara: **o poder**. A verdade e a justiça, são joguetes nas mãos de quem luta pelo poder. Pois, os novos senhores do poder, e a história tem tendência a repetir-se, são os verdadeiros donos da “verdade artificial”, ou melhor, são supostamente donos da nossa verdade.

Para espíritos livres como os dos verdadeiros Maçons, esta é uma nova cruzada: combater o totalitarismo da mentira, custe o que custar.

O modelo civilizacional atual está em causa e o desafio é claro: face ao papel que a Maçonaria teve, especialmente na criação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, será no contexto das sociedades modernas, a Maçonaria capaz de ter uma ação indutora de transformação social, tal como implementou em situações determinantes nos últimos 300 anos?

Os novos tempos estão repletos de complexos desafios. Há demasiada cegueira a todos os níveis.

Urge recentrar a atenção no Homem, lutar por um mundo menos desigual, mais fraterno e mais tolerante.



Urge lutar por um novo compromisso global de paz, de segurança, em que a harmonia não passe de uma vã quimera.
Urge colocar ordem no caos.
Mãos-à-obra!

Os Caminhos do Oriente

"Leva-me, Senhor, para as profundezas do oceano da tua unidade infinita".

Esta frase, retirada de uma oração de Ibn 'Arabî, poderia ser a conclusão do presente trabalho... e encontraremos todo o seu significado no final. Mas, na sua introdução, ele traça o caminho e a meta, como fazem os caminhos do Oriente.

Se o esoterismo é esse caminho misterioso que conduz para dentro, será o nosso caminho para o Oriente um duplo esoterismo? Ou mesmo uma inserção esotérica num esoterismo mais vasto?

Porque não estamos aqui, entre nós, num território desconhecido. Cada um de nós, hoje, já terá refletido, ao seu nível, sobre o caminho da vida, o caminho da luz, ao mesmo tempo que se encaminha, por vezes sem se aperceber muito conscientemente, pelos caminhos do Oriente, em direção ao horizonte oriental do nosso mundo terrestre...

Muitos desejam uma vida espiritual, ou seja, uma procura de profundidade interior, uma descoberta da sua própria essência, um mergulho na unidade. Seja no quadro de uma religião ou fora de qualquer quadro religioso e, claro, em qualquer situação intermédia, a procura da dimensão do Sagrado e a descoberta do Divino dentro de si.

Neste lugar e neste grau, sublinha-se a dimensão equívoca da vida e do destino do homem: como articular o sentido e a eficácia da nossa existência senão tentando tocar, sondar tanto os limites do racional como o infinito do irracional? O dever oferece uma abertura para o mistério do Ser. Uma procura de interioridade, de "luz interior", é uma experiência vivida e inspirada que abre a reflexão e liberta o pensamento. Se admitirmos mesmo que a iniciação é uma questão de Graça, então temos o sentimento íntimo de que, com a compreensão plena do Dever, se abre um caminho de salvação e se oferece ao Homem uma perspectiva de libertação. Este é o estádio probatório que deve conduzir à redescoberta do Verbo que dá vida após o tempo do seu

esquecimento.



O caminho do dever é um caminho que segue as sendas do Oriente.

É um caminho de libertação no sentido de liberdade, que nos ensina a libertarmo-nos dos constrangimentos morais e físicos para promover a passagem da ordem humana à ordem divina. É também a expressão de uma projeção que sonda a complexa relação entre o Finito e o Infinito, com este acesso a uma outra dimensão, a do Sagrado, oferecendo a possibilidade de levantar o equívoco ontológico que paira sobre a vida e o destino do Homem desde a perda do Verbo. Neste contexto intelectual e espiritual, é razoável pensar que a capacidade de se tornar Outro assenta na capacidade do iniciado maçom de imaginar que existe um além para tudo o que está além. Libertar-se é, em última análise, abandonar-se a si próprio e renascer, assumir a sua busca de espiritualidade autêntica, contrariar a fatalidade da morte de Deus.

Este caminho exige uma limpeza psicológica seguida de uma realização espiritual. É um caminho, é percorrer o caminho do Oriente, é um

caminho que exige coragem, porque desejá-lo é apenas um passo intelectual, e realizá-lo exige um abandono que nem todos podem permitir-se.

A nossa caminhada por este caminho, que é a libertação e não apenas a salvação, está reservada ao pequeno número daqueles que responderam ao apelo para percorrer o caminho. Aqueles que perseveraram nas suas peregrinações até ao limiar da alma e alcançaram o lugar da sua salvação. Aqueles que atravessaram este limiar e progrediram através da Terra Celestial até aos seus limites orientais, para além dos quais "não há caminho, pois para o justo não há lei". Este pequeno número conheceu então a sua libertação.

Para nós, peregrinos do espírito, a viagem começa com um encontro que nos chama a deixar o mundo ocidental e a dirigirmo-nos para o Oriente. Este Oriente é, evidentemente, o Oriente metafísico, tal como o mundo ocidental de que estamos a falar não é geográfico. Ao responder ao chamamento, experimentámos a iniciação, e mesmo uma forma de iniciação permanente, se nos referirmos a ela a partir do interior, uma condição graças à qual podemos avançar no caminho sem nos desviarmos, graças às ferramentas que nos são dadas.

É a iniciação constantemente renovada que nos conduz por etapas à viagem celeste. É aqui que começa a busca e onde se transmite a influência espiritual, sem a qual é impossível progredir nos caminhos do Oriente. É aqui que o "trabalho interior" que ela promove permite chegar ao fim da ascensão, ou seja, completar todo o caminho, de um Oriente ao outro.

Ao conferir-nos a iniciação, a nossa Ordem torna-se o nosso mestre e o nosso guia para o Oriente, o mestre visível ou invisível, vivo ou morto, que nos conduzirá à Fonte da Vida. É, pois, ele que, pela iniciação, transmite a influência espiritual a que recorreremos ao longo da nossa viagem para o interior.

Seguimo-lo ao longo do difícil caminho que conduz ao Oriente, ou seja, ao horizonte oriental do nosso mundo terrestre. Este caminho é uma subida, e é nas trevas que progredimos. Só a fé no Mestre que nos precede e que não pára de nos preceder nos permitirá atingir esta primeira

etapa.

Uma vez atingido o cume da montanha que marca o limite do nosso mundo terrestre, deparamo-nos com uma terra desconhecida: a Terra celeste, ou seja, o Mundo da Alma, e o anjo que se nos apresenta no limiar desta nova terra assemelha-se à nossa alma, porque é a nossa própria alma.

Tal como o mundo terrestre, esta Terra celeste tem um Ocidente e um Oriente. O Oriente do nosso mundo terrestre é o Ocidente da Terra celeste. Mas não basta entrar nela, como o nosso Mestre Interior nos convida a fazer; só podemos penetrar verdadeiramente nesta Terra celeste se tivermos percorrido todo o caminho desde o seu Ocidente até ao seu Oriente.

O Mestre Interior guia-nos, escondido no coração da alma, ela própria parte integrante da sabedoria mística, e assim a subida continua sob a sua orientação para o Oriente, para os estados superiores do Ser, para a "Terra Prometida da união divina". O conhecimento deste Mestre interior está reservado para as últimas etapas do caminho esotérico, pois este Mestre é o Senhor, e conhecê-lo é conhecer o Si-mesmo.

Como o Sutra de Lótus (ensinamento de Buda no final da sua vida terrena) exigia, "temos de ir através do Além, para o Além do Além, em direção ao Além do Além do Além...". No entanto, qualquer que seja a forma da nossa experiência interior, trata-se sempre de nos aproximarmos do Absoluto, de nos dirigirmos a esse Oriente último que é o Oriente da alma, para além do qual "não há caminho", porque confina com o Oceano divino.

"Mostrai-me, Senhor, o caminho para as profundezas do Oceano da vossa unidade infinita".

Como epílogo a este trabalho, que poderia ter ficado por aqui, gostaria de voltar ao trabalho dos maçons sobre os caminhos do Oriente.

O caminho da interioridade está cheio de reviravoltas e ilusões. Para explorar o homem interior, é preciso evitar um coração duro, endurecido, empedernido.

O chamamento do interior só é dado àqueles que têm gosto pelo silêncio e pelo mistério num

estado de liberdade. Aqueles que foram apanhados pelo Absoluto sabem com certeza que é impossível escapar-lhe. O ser humano essencial está sempre sozinho consigo mesmo, mas na presença de um ser de luz, sentimo-nos sempre melhor.

E nós, meus irmãos, que trabalhamos para este objetivo, sabemos ver os seres não como são, mas como seriam se se tivessem tornado naquilo que deveriam ser? E se sabemos ver isso, será que o fazemos ou sequer nos damos ao trabalho de pensar nisso?

Reconhecemo-nos em alguém que se ocupa de um tal assunto quando, obviamente, não tem vida espiritual, mas a cabeça para o fazer sem acreditar nele e sem experiência autêntica? Uma coisa é falar dos caminhos do Oriente e do Ocidente (ou de uma mistura deles), mas vivê-los

Iludir-se com uma experiência ou uma realização e acreditar que é a experiência suprema e última, quando na espiritualidade há sempre lugar para o progresso.

O critério de uma experiência espiritual autêntica ou de uma mutação bem sucedida é o resultado (como numa experiência de quase-morte): tornámo-nos mais pacientes, humildes, modestos, atentos aos outros, compassivos, generosos, sabendo que a única coisa importante na terra é viver no amor desinteressado e fazer o maior bem possível à nossa volta?

Sabemos, meus irmãos, ultrapassar a inteligência da cabeça para percorrer os caminhos do Oriente apenas com a nudez do coração?

Eu disse

Philippe NIVARD, 32º



Dante Alighieri- *il sommo poeta*

Pretendo, com o presente balaústre, trazer-vos hoje uma reflexão sobre uma das figuras maiores da literatura mundial- Dante Alighieri- *il sommo poeta* (“o sumo poeta”), nascido em Florença em 1 de junho de 1265 e falecido em Ravenna a 13 ou 14 de setembro de 1321.

Após a sua morte e ao longo dos séculos até ao presente, vários autores têm associado Dante à Maçonaria e aos Rosa Cruzes, assumindo mesmo que Dante seria Maçon e também Rosa Cruz.

Gabriele Rossetti, fundador da sociedade secreta Carbonari tinha a convicção de que Dante era Maçon, Templário e membro da Fraternidade Rosacruz. Referia que Dante, enquanto membro de uma sociedade secreta, tinha uma relação próxima com o que hoje chamamos Maçonaria e que a *Divina Comédia* e outras obras tinham um significado intrínseco similar.

Também e mais recentemente, em 2021, na comemoração dos 700 anos da morte de Dante, O Grão Mestre do Oriente de Itália, Hermano Stefano Bisi, quis recordar os versos da *Divina Comédia*, na reunião magna da Maçonaria Italiana, afirmando “Encontramo-nos perante uma verdadeira viagem de sentido iniciático, porque Dante foi certamente um iniciado, cujo génio ainda ilumina e assombra quem lê os tercetos da sua obra magistral” descrevendo ainda os paralelismos entre a obra imortal do florentino e a viagem maçónica.

Ultrapassado o Purgatório, inicia-se o caminho do Mestre Maçon. Uniu-se finalmente o poder temporal e o espiritual. Obteve a plena consciência das suas qualidades interiores e é capaz, com sabedoria e graças à luz divina alcançada, de compreender e não estar condicionado por nenhum vício ligado à materialidade, concluiu o Grão Mestre na sua alocução.

Mas vamos tentar perceber o porquê desta associação de Dante à Maçonaria e aos Rosacruzes: de Dante à Maçonaria e aos Rosacruzes.

Primeiro- a ligação aos Templários

Dante viveu na época em que Filipe IV e o papa Clemente V perseguiram, prenderam e condenaram os Templários, acabando por abolir a Ordem. Dante, amigo e frequentador do Templo em Florença, revoltou-se e denunciou estas injustiças junto do poder político, tendo inclusivamente feito parte de uma embaixada que foi a Roma junto do papa reclamar a inocência dos templários.

Os valores da perfeição espiritual e justiça que os Templários pretendiam transmitir à cristandade e à sociedade eram divulgados pela poesia e canto, prosa e trova da Confraria dos Trovadores e Jograis, espalhada por toda a Europa desde os séculos X-XI, homens de livre pensamento, que eram adeptos da Filosofia do Amor Espiritual, opondo-o constantemente ao domínio da Roma.

Por isso eram chamados *Fidelli d'Amore* (“Fiéis do Amor”), espalhando muitas verdades iniciáticas seguindo as ordens recebidas dos seus mestres espirituais. Eles eram, por assim dizer, os “correios” ou “porta-vozes” entre os Iniciados europeus e as respectivas Ordens Iniciáticas da época, havendo uma relação estreita com o Espiritual do Templo.

Dante era um destes, e revoltado com a extinção da Ordem dos Templários, quis deixar aos vindouros as crónicas das verdadeiras intenções do Templo, e fê-lo de forma magnífica na “*Divina Comédia*”.

Escrita no seu dialecto local (o toscano), muito próximo do que é hoje a língua italiana, desde logo constituiu uma afronta a Roma que tinha o latim como língua dominante.

O primeiro livro de *A Divina Comédia* é o *Inferno*, que Dante descreve como constituído por nove círculos de sofrimento, três vales, dez fossos e quatro esferas, localizando-o no interior da Terra, não física mas psíquica, onde o Homem vive, após a morte, as ideias e imagens tenebrosas que criou em vida . Significativamen-

te, no oitavo círculo a que chama *Maleboge* ("Fraude"), Dante instala aí dois papas: Bonifácio VIII, prevendo a sua condenação por venda de "favores divinos", e Clemente V, um papa ainda mais corrupto.

visão de uma rosa branca com um triângulo no centro, expressão do Amor da Santíssima Trindade que, muito significativamente, os *Fidelli d'Amore* também adoptaram como seu símbolo. A rosa era, pois, o distintivo dos *Fidelli d'Amore*.



Segue-se o *Purgatório*, que Dante dispõe como espaço intermédio entre o Inferno e o Paraíso, localizando-o a sul do planeta, onde existe uma única ilha com uma montanha composta por sete círculos ascendentes, reservados àqueles que se arrependeram em vida dos pecados e estão em processo de expiação dos mesmos. Quem guia Dante através do Inferno e do Purgatório é a alma imortal do poeta Virgílio.

No fim do Purgatório, Dante despede-se de Virgílio por este não ter acesso ao Paraíso. Começa a seguir o terceiro livro: *Paraíso*. Este é retratado como um conjunto de esferas concêntricas que cercam a Terra, sendo a Lua, Mercúrio, Vénus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno, as Estrelas Fixas, o *Primum Mobile* e o Empíreo, ao todo, dez céus. A partir do terceiro céu, São Bernardo de Claraval – o Pai ou Mentor espiritual da Ordem dos Templários – aparece a guiar Dante através dos vários mundos celestes. É esse Santo quem mostra a visão de Deus a Dante, revelado como três círculos concêntricos, e quem intercede junto à Virgem Maria para que Ela inscreva Dante no número dos eleitos celestes. No céu mais elevado, o poeta encontra Beatriz, a sua Alma amada, expressão da Graça Divina, e tem a

Segundo – A farta simbologia na Divina Comédia

A "Divina Comédia", estruturada em três partes — Inferno, Purgatório e Paraíso - narra a jornada de Dante por esses reinos, representando a humanidade, podendo ser interpretada como uma alegoria da jornada de um iniciado maçom que, através do autocohecimento e evolução pessoal e espiritual, passando por graus, vai progredindo em direcção à verdade e à luz.

Escrita em tercetos, a obra aborda temas como a justiça divina, a moralidade, a redenção e a natureza do amor.

No Inferno, primeiro canto da obra, Dante encontra almas condenadas, cada uma sofrendo de acordo com os seus pecados. O Inferno é dividido em círculos, cada um representando um tipo específico de pecado. Esta estrutura reflecte a ideia de justiça retributiva, onde a pena se adequa à ofensa cometida. Na Maçonaria, a justiça é um dos pilares fundamentais, onde os membros são incentivados a viver de acordo com princípios morais e éticos. Ambos os caminhos visam a formação de indivíduos mais conscientes e responsáveis.

O Purgatório é um local de purificação, onde as almas se arrependem e buscam a redenção. Essa secção releva a esperança e a possibilidade de transformação, destacando a importância do arrependimento e da penitência. A Maçonaria aborda a ideia de transformação pessoal e renascimento, libertando-se de vícios e limitações, semelhante ao que ocorre no Purgatório de Dante.

Por fim, o **Paraíso** representa a recompensa das almas virtuosas. Aqui, Dante encontra figuras santas e é guiado por Beatriz, seu amor platónico, simbolizando a graça e a iluminação es-

piritual.

A jornada de Dante pode ser vista como uma metáfora da busca pelo conhecimento que é central na Maçonaria. Cada encontro de Dante, seja com almas condenadas no Inferno ou com figuras santas no Paraíso, representa lições que ele deve aprender. Da mesma forma, os maçons, ao avançarem nos seus graus, também adquirem novos conhecimentos e percepções sobre a vida e o mundo.

Cada uma das três partes da obra contém 33 cantos, excepto o Inferno, que tem um canto introdutório, totalizando 100 cantos. O número três é significativo na maçonaria, simbolizando a trindade e a harmonia. Além disso, a repetição do número 3 pode ser vista como uma representação dos ciclos da vida e da morte, bem como das fases da alma na busca pelo conhecimento.

A dualidade entre luz e escuridão é um tema central na "*Divina Comédia*". Dante frequentemente descreve a luz como símbolo da verdade e do conhecimento, enquanto a escuridão representa a ignorância e o pecado. Na maçonaria, a luz é um elemento essencial, simbolizando a sabedoria e a compreensão que os maçons buscam. A iluminação espiritual que Dante encontra ao longo de sua jornada coincide com o objectivo maçónico de alcançar a verdade por meio do autoconhecimento e da moralidade.

Os personagens que Dante encontra também podem ser analisados sob a óptica maçónica. Muitas figuras históricas e mitológicas aparecem ao longo da obra, e as suas histórias refletem virtudes e vícios que servem como lições morais. Na maçonaria, a figura do mestre, do aprendiz e do companheiro representa diferentes estágios de desenvolvimento espiritual e moral, assim como os diversos personagens de Dante ilustram os desafios e as recompensas da vida.

Um dos aspectos mais significativos da "*Divina Comédia*" é sua ênfase na moralidade e na justiça. A obra explora as consequências das acções dos personagens e como elas se relacionam com a ordem divina. Essa preocupação com a justiça é um valor central na maçonaria, onde se busca a rectidão e a equidade nas relações humanas. A visão de Dante sobre a justiça divina pode ser vista como uma crítica à corrupção

e à injustiça social, temas também muito importantes na ética maçónica

O amor, especialmente o amor divino, é outro tema central na obra. Beatriz, a amada de Dante, representa a graça e a salvação, guiando-o através do Paraíso. Esse amor transcende a experiência terrena e é uma força que eleva a alma. Na maçonaria, o amor fraternal é uma base importante, promovendo a união e a solidariedade entre os membros. Assim, a busca de Dante por Beatriz simboliza a busca pelo amor divino e pela união com o todo.



Outro símbolo que pode ser relacionado à maçonaria é a escada, que representa a ascensão espiritual. Durante a sua jornada, Dante sobe e desce escadas metafóricas, reflectindo o movimento entre os diferentes níveis de consciência e compreensão. Este conceito de ascensão está presente nos rituais maçónicos, onde a progressão através dos graus é uma metáfora para a busca da verdade e do autodescobrimento.

Dante também incorpora elementos da filosofia e da sabedoria clássica, dialogando com pensadores como Aristóteles e Platão. A busca por conhecimento e entendimento é fundamental na maçonaria, que valoriza a educação e o aprimoramento intelectual. A "*Divina Comédia*" torna-se, assim, não apenas uma jornada espiritu-

al, mas também um tratado filosófico que explora a relação entre razão e fé, um tema central no pensamento maçónico.

Um verso da *Divina Comédia* de Dante Alighieri frequentemente associado a interpretações maçónicas é aquele encontrado no início do Canto I do Purgatório, onde Dante descreve o movimento de ascensão:

Per correr miglior acque alza le vele,
Omai la navicella del mio ingegno,
Che lascia dietro a sé mar sì crudele."

Purgatório, Canto I, versos 1-3

"Para águas melhores, eleva as velas
Agora a pequena nau do meu engenho,
Que deixa atrás de si um mar tão cruel."

Esses versos podem ser lidos como uma metáfora para o progresso espiritual e a busca pela luz e pelo conhecimento, temas centrais tanto na obra de Dante quanto na Maçonaria. O sím-



bolo da "nave" e das "velas" remete à jornada do espírito em busca de uma compreensão mais elevada, afastando-se das trevas e dificuldades (o "mar cruel") para alcançar águas mais serenas e esclarecedoras.

Na tradição maçónica, essa ascensão espiritual e moral está ligada à ideia de aperfeiçoamento individual, evolução através de graus, e o uso do intelecto para alcançar uma compreensão superior do universo, o que pode ser lido como um reflexo do caminho de Dante rumo à luz.

Explanados os fundamentos que sustentam a ideia de que Dante era Maçon e Rosacruz, refletimos que cronologicamente não existem evidências históricas que Dante possa ter sido um maçom (já que a Maçonaria como uma sociedade organizada não surgiu até o século XVII, muito depois da morte de Dante em 1321).

Também em relação aos Rosas Cruzes não existem naturalmente evidências já que este grupo místico e filosófico não surgiu antes de 1600.

A sua ligação ficou a dever-se a interpretação da simbologia existente nas suas obras e em particular na "Divina Comédia".

Os alegados símbolos rosacruz na obra de Dante fazem mais sentido se os interpretarmos no contexto do simbolismo Cristão, compreendido na época de Dante e na Idade Média.

Em suma, e na minha opinião, há sobreposições temáticas entre suas obras e os ideais maçônicos. Essas ligações são necessariamente simbólicas e filosóficas.

"Dante maçom" é mais uma associação simbólica do que uma conexão histórica literal. Ela reflete como as ideias de Dante se alinham com os ideais maçônicos de crescimento pessoal, integridade moral e a busca.

Mário Duarte, 32º

Eventos



O Supremo Conselho para a Turquia realizou a sua Festa da Ordem entre os dias 10 e 12 de Outubro, com a participação e uma alargada representação de Supremos Conselhos, entre os quais o Supremo Conselho para Portugal.

O ponto alto das festividades teve lugar durante a sessão ritual com a Cerimónia de Exaltação ao Grau 32º, com a participação de várias centenas de Irmãos, evidenciando a força e a vitalidade do escocismo na Turquia.

A delegação portuguesa esteve composta pelo Soberano Grande Comendador, III.: e P.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, pelo Grande Ministro de Estado e pelo Grande Secretário Geral, III.: Ilr.: Carlos Alberto Nunes Inácio, 33º, e António Maria Balcão Vicente, 33º, respectivamente.

Do convívio com as muitas delegações presentes, sobressai a amizade fraterna com que a delegação portuguesa foi recebida e o prestígio por todos reconhecido ao nosso Supremo Conselho.

É nesse contexto que se compreende a homenagem atribuída ao Soberano Grande Comendador III.: e P.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, com a entrega da medalha e diploma de Membro Emérito de Honra do Supremo Consejo de los Estados Unidos Mexicanos pelo seu Soberano Grande Comendador, III e P Ir Juan Martín Valtierra Nájera, 33º.





A excelente dramatização do ritual do Grau 18, levado à cena do palco do Teatro Odeon, em Bucareste, pelos Ilr.: do Supremo Conselho da Roménia, não pode deixar ninguém indiferente.

A beleza da coreografia transportou-nos para o íntimo da simbologia rosacruciana, dando nova vida à ancestralidade das fórmulas rituais.

A mesma com que fizeram renascer o Tribunal da Santa Veheme, transportando-nos a plena Idade Média.

A exibição teve lugar durante a Festa da Ordem do Supremo Conselho da Roménia, realizada durante os dias 18 e 19 de Outubro, numa manifestação do vigor do escocismo neste país que, com Portugal partilha imenso vocabulário, idêntica sonoridade da língua e uma profunda amizade fraterna.

Para além das recepções, visitas turísticas e jantares de gala, eventos habituais em todas as Festas da Ordem, esta contou com a dramatização de todos os graus habitualmente objecto de cerimónia de iniciação e com a presença do Ill.: Ir.: Arturo de Hoyos,



so Supremo Conselho no universo escocista.

O Supremo Conselho para Portugal, o Supremo Conselho para a Polónia e o Supremo Conselho da Roménia celebraram o 31º aniversário da sua reconsagração pelo Soberano Grande Comendador da Jurisdição Sul dos Estados Unidos, o Ill.: Ir.: C. Fred Kleinknecht, 33º.

33º, Grande Arquivista do Supreme Council, 33º, SJ, USA que apresentou um balaústre sobre a História do REAA, raro privilégio que encantou todos os Irmãos presentes no Teatro Odeon.

O Supremo Conselho para Portugal, na impossibilidade do Soberano Grande Comendador, esteve representado pelo Grande Secretário Geral, Ill.: Ir.: António Maria Balcão Vicente, 33º, que pode testemunhar o afecto com que foi recebido, em resultado do prestígio de que goza o nos-



A Festa da Ordem do Supremo Conselho para Espanha, realizada na cidade de Múrcia, durante os dias 8 e 9 de Novembro foi o pretexto para reforçar os laços de fraterna amizade que nos unem não apenas aos Irmãos espanhóis, mas também aos Supremos Conselhos presentes, com destaque para o Brasil, México, Itália e Checoslováquia, que conosco partilharam momen-



tos únicos de fraterno convívio.

A delegação portuguesa esteve composta pelo Soberano Grande Comendador, Ill.º e P.º Ir.º Manuel Alves de Almeida, 33º, pelo Grande Ministro de Estado e pelo Grande Secretário Geral, Ill.º Ir.º Carlos Alberto Nunes Inácio, 33º, e An-



tónio Maria Balcão Vicente, 33º, respectivamente.

A Festa, que incluiu uma visita turística ao museu Salzillho e à catedral da cidade, decorreu num ambiente de extrema cordialidade, tendo o seu momento alto durante a sessão ritual, com a iniciação de vários irmãos no grau 5º.

O jantar de gala, organizado pelo Ill.º e P.º Ir.º Alberto Requena Rodrigues, 33º, estruturou-se com uma série de pratos que, sob o ponto de vista maçónico, representaram a viagem gastronómica desde os tempos do Rei Salomão até à actualidade.



O **Suprême Conseil National de France**, reconhecido como o único representante do R.:E.: A.:A.: em França pela Conferência Mundial realizada no Paraguai, em 2022, realizou a sua Festa da Ordem, em Paris, nos dias 6 e 7 de Dezembro, na qual estiveram representados 31 Supremos Conselhos, entre os quais os Supremos Conselhos dos Estados Unidos da América, Jurisdições Sul e Norte, bem como as duas jurisdições dos Supremos Conselhos «Prince Hall Affiliation».

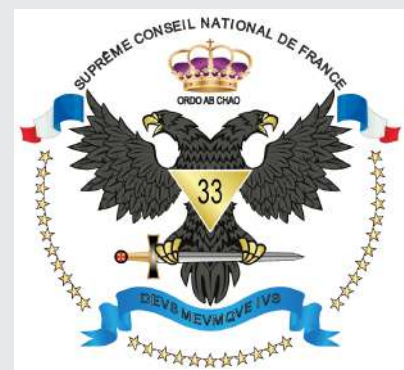
O Supremo Conselho para Portugal esteve representado pelo M.: P.: Soberano Grande Comendador, Ill.: Ir.: Manuel Alves de Almeida, 33º, tendo sido acompanhado pelo Grande Inspector Geral, Ill.: Ir.: Rogério Tavares, 33º.

Para além da sessão ritual, realizada no Grande Templo da G.:L.:N.:F.:, durante a qual o Soberano Grande Comendador de Portugal teve



bordinado ao tema *L'Universalisme, réponse aux enjeux des temps actuels*.

O Colóquio proporcionou um interessante debate que envolveu muitos dos presentes, no respeito pelas Leis fundamentais da Ordem e do seu universalismo, evidenciando que as diferentes práticas do Rito ilustram a natureza do *Sacro Império*, projecto não religioso, político ou social, mas ético visando alcançar a «União, a Felicidade, o Progresso e o Bem-estar da família humana em geral e de cada homem em particular», de acordo com as *Grandes Constituições* de 1786.



oportunidade de apresentar cumprimentos, o Programa incluiu um Colóquio Internacional su-



Leituras

Após uma exegese aprofundada dos três primeiros graus das Lojas Simbólicas, Lucien Millo abordou o caminho da Perfeição analisando minuciosamente o IV grau do R.:.E.: A.: A.:.

Especialista reconhecido neste Rito, como Preceptor do Rito Escocês Antigo e Aceite, oferece, nesta obra, um parêntesis ao leitor ao revelar os Mistérios contidos nos Rituais de celebração.

Mais uma vez, o autor, fundindo harmoniosamente interpretação esotérica e precisão de escrita, aborda assuntos fundamentais necessários para uma boa compreensão do R.:.E.: A.: A.: em geral e os grandes momentos de celebração que pontuam a vida de um iniciado.

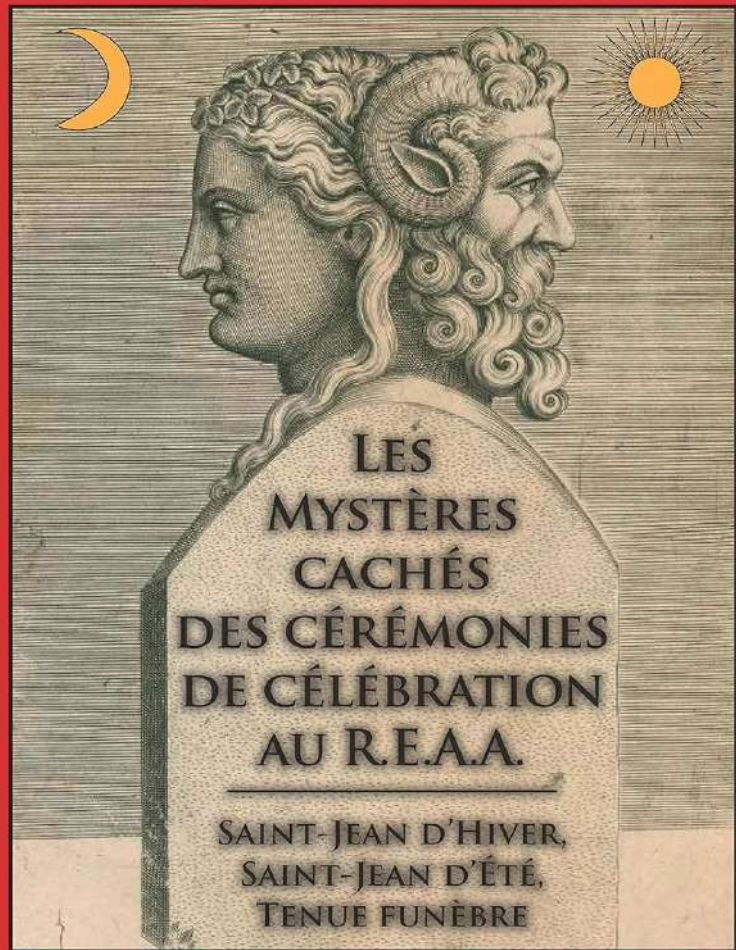
As reflexões contidas neste ensaio visam oferecer materiais de compreensão e também uma forma de ensinamento iniciático ministrado pelos textos rituais que são os suportes das grandes cerimônias de celebração como o São João do Solstício de Verão, o São João de Inverno ou o Traje Fune-rário.

Esta obra de referência revela uma riqueza de profundos ensinamentos esotéricos ao leitor que não consegue ficar indiferente à inteligência de uma declaração que pretende ser esclarecedora e sempre de grande simplicidade.

LUCIEN MILLO é maçom da GLNF, onde desempenhou várias funções de Grande Orador e Grande Inspector do Rito.

convicto da excelência da abordagem iniciática, nutre uma profunda admiração pelos criadores dos Rituais que, segundo ele, contêm a quinta-essência da Sabedoria. Os mistérios que contêm sempre o comoveram e surpreenderam. As suas obras são um testemunho dessa maravilha e profunda reflexão. Pretendem ser chaves de entendimento

LUCIEN MILLO



LiberFaber

tendimento para aqueles que os desejam compreender.

Millo, Lucien, *Mystères cachés des cérémonies de célébration au R.E.A.A.*

Liberfaber Ed. 2016

314 páginas

EAN: 9782365802420

LUCIEN MILLO
PATRICK CHARLES BERARD

L'ABEILLE ET LE
FRANC-MAÇON



Une sagesse commune
dans un monde partagé

LiberFaber ©

Os dois autores são dignitários da Grande Loja Nacional Francesa e reconhecidos autores maçônicos do R.: E.: A.:A.: Nesta , os autores convidam o leitor a deixar-se levar por uma abordagem iniciática original sobre a abelha, uma obreira que vive em comunidade, adota um comportamento social ordenado e produz mel, um alimento complexo e sagrado.

Sensibilizados pelas características e comportamento deste insecto milenar, decidiram unir as suas penas para lhe dedicar uma obra que pretende realçar os meandros mais evidentes deste animal com a comunidade maçónica e o seu veículo original, que é o simbolismo.

Cada um, com a experiência adquirida ao longo de muitos anos nas colunas de inúmeras Lojas Maçónicas, decidiu unir as suas capacidades às do outro para abordar este assunto altamente simbólico e completamente desconhecido pela maioria.

Os autores prestam, assim, à abelha uma legítima homenagem e o seu lugar de direito na profusão de alegorias, mitos e símbolos de que a Maçonaria se tornou o conservatório e ao mesmo tempo o cadinho, tudo fundido numa herança que se tornou comum.

MILLO, Lucien et BERARD, Patrick Charles ,
L'abeille et la Franc-Maçonnerie

Liberfaber Ed. 2019

EAN: 9782365803038

ISBN: 2365803032



THE FREEMASONS

UNLOCKING THE 1000-YEAR OLD MYSTERIES OF THE BROTHERHOOD



RITUALS • CODES • SIGNS • SYMBOLS

JEREMY HARWOOD

A Maçonaria faz parte de uma longa tradição de misticismo ocidental, impregnada de uma mistura duradoura e eclética de factos históricos e lendas. Grande parte do ritual e do simbolismo predominantes na Maçonaria desenvolveu-se ao longo de muitos séculos e baseia-se fortemente em noções herdadas dos costumes e práticas dos pedreiros medievais. Neste livro envolvente, a história e as lendas dos maçons – desde as ligações aos Cavaleiros Templários, as suas explorações na alquimia e na tradição hermética, passando pela era do Iluminismo e pelos pais fundadores dos EUA, até aos vitorianos e até ao presente. – são discutidos juntamente com o simbolismo místico do Esquadro e do Compasso, da Estrela de Cinco Pontas, do Olho Que Tudo Vê e do Sol e da Lua. Ilustrado por extenso, este relato intrigante agradará a qualquer pessoa interessada nesta Irmandade "secreta"

Um relato detalhado e intrigante dos rituais e simbolismos desde as suas origens até aos dias de hoje.

HARWOOD, Jeremy , *The Freemasons: Rituals, Codes, Signs, Symbols: Unlocking the 1000-year old Mysteries of the Brotherhood*

Hermes House Ed. 2007

96 páginas

ISBN: 0681462353, 9780681462359

Gilbert GARIBAL

COMPRENDRE et VIVRE

LES HAUTS-GRADES MAÇONNIQUES

Le Rite Ecossais Ancien et Accepté en 33 planches

Tome I

1^{er} au 18^{ème} degré



Préface d'Hervé BODEZ

Éditions NUMÉRILIVRE

GARIBAL, Gilbert, *Comprendre et vivre les hauts grades maçonniques: Le rite écossais ancien et accepté en 33 planches Tome 1 (1er au 18e degré)*

Numénilivre Ed. 2000

317 páginas

ISBN: 2366320485

Não é por acaso que o Rito Escocês Antigo e Aceite está hoje amplamente difundido nas lojas maçônicas de todo o mundo. Nascido em França, fruto de um desenvolvimento lento, marcado pelo espírito do Iluminismo, partiu pela primeira vez no final do século XVIII para conquistar o "novo mundo" e regressar em 1804, estruturado em 33 graus e adornado com títulos poéticos, que ainda hoje identificam um verdadeiro viático humanista!

De entre as várias formas de entender este Rito, é interessante "ir além" da sua função de condutor cerimonial na loja, interpretando as inúmeras metáforas que expressa para ampliar as nossas reflexões e visões do mundo, em particular, segundo o conceito kantiano de "pensamento expandido".

Então, de repente, abrem-se para nós as disciplinas das "ciências humanas" - produtoras de sentido - para as quais somos assim encaminhados: a Filosofia - companheira estruturante da Maçonaria especulativa desde as suas origens - mas também a Cosmologia, a Botânica, a Antropologia, a Arqueologia, a Psicanálise a Linguística, a Biologia, etc.

Tantas disciplinas - por vezes inesperadas - tantas ilustrações do autor, claras e vivas, que constituem este livro em dois volumes. Este é o método original e revigorante que ele escolheu para o ajudar a descobrir os Altos Graus da R.:E.:A.:A.: e, assim, permitir que os compreenda e vivencie melhor.

Gilbert GARIBAL é membro da Grande Loja de França e doutorado em Filosofia, psicossociólogo, com formação em psicanálise. É autor de vários livros sobre desenvolvimento pessoal e de várias obras sobre a Maçonaria.

Trabalhar a Pedra

Textos Maçónicos
e de Inspiração Maçónica

(2015-2019)



Paulo Mendes Pinto

Cedo, antes de irem para o trabalho, quando andaram os dois aos pulos em cima das cadeiras, da mesa, a tentarem apanhar o pombo com o cabo da vassoura, o Josué não fez qualquer pergunta. Mas, assim que o Ilídio pousou o livro em cima da mesa, o pedreiro perguntou logo:

Onde é que vais com isso?

Foi mais fácil não responder. Voltou a guardar o livro. A caminho da obra, o Josué começou por falar da importância daquele livro, devia estimá-lo sempre. Quando ia para dizer qualquer coisa sobre a mãe do Ilídio, este mandou-o calar. Não gostava que se mencionasse esse assunto, não existia.

Brigaram durante o resto do caminho e estiveram amuados toda a manhã.

Vai-me lá buscar o prumo.

Foi com estas palavras que, ao fim da manhã, o Josué voltou a dirigir-se ao Ilídio. Enquanto o via a afastar-se na direcção da barraca das ferramentas, o Josué acreditava que o simbolismo do prumo lhe tinha passado totalmente despercebido. Enganava-se.

JOSÉ LUÍS PEIXOTO, Livro

PINTO, Paulo Mendes, *Trabalhar a pedra: Textos maçónicos e de inspiração maçónica (2015-2019)*

Ed. de Autor, 2020

255 páginas

ISBN: 978-989-54526-1-3

Dep. Legal nº: 464872/19

Paulo Mendes Pinto é o Coordenador da área de Ciência das Religiões na Un. Lusófona, onde é responsável pelo projecto REC-XXI – Religiões, Educação e Cidadania (desde 2018), onde dirigiu o Mestrado (2007-2011) e a Licenciatura em Ciência das Religiões (2007-2017).



Festas Felizes